

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA

**AS DESCRIÇÕES DA CIDADE DE LISBOA:
ESCRITA, PODER E SOCIEDADE NO PORTUGAL
DOS FILIPES.**

**Niterói
2013**

DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA

**AS DESCRIÇÕES DA CIDADE DE LISBOA:
ESCRITA, PODER E SOCIEDADE NO PORTUGAL DOS FILIPES.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Eixos temático e cronológico: História Moderna.

Orientador: Prof^o Dr^o Ronald Raminelli

**Niterói
2013**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P149 Paiva, Daniela Rabelo Costa Ribeiro.

As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Filipes / Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva. – 2013. 112 f. ; il.

Orientador: Ronald José Raminelli.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 108-112.

1. História de Lisboa (Portugal). 2. Cultura. 3. Escrita. 4. Guerra. 5. Epidemia. 6. Fome. I. Raminelli, Ronald José. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 946.902

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Professor Doutor Francisco Cosentino pela descoberta da Lisboa Filipina e por ter me guiado nos primeiros passos para seu estudo. E ao Professor Doutor Ronald Raminelli, que assumiu a missão de dar prosseguimento a essa pesquisa. Sem a orientação e o suporte que ambos me ofereceram certamente a presente dissertação não se concretizaria.

Não posso me esquecer de agradecer à equipe do PPGH-UFF pela forma atenciosa que sempre me tratou e ao apoio financeiro da CAPES.

Também às obsequiosas leituras feitas pelos Professores Doutores Rodrigo Bentes, Georgina Silva dos Santos, Carla Almeida, Carlos Ziller, Patrícia Vargas e Mônica Ribeiro.

Por fim, mas não menos importante, eu agradeço à Mamãe Ninica e ao Super-Paizão por fazerem dos meus sonhos também seus. Dedico a esse irreverente casal todas as minhas conquistas. Amo vocês! Às minhas irmãs e primas por estarem sempre presentes mesmo quando fisicamente distantes. Aos meus queridos tios ribeirinhos por juntos fazerem toda diferença. À Beatriz, Sarah e Thayse pela amizade sincera. Às minhas companheiras da Celeste e aos meninos do 401 pela forma carinhosa que me acolheram em Niterói, lugar que aprendi também a reconhecer como lar. E ao meu namorado Simão que, nos momentos mais difíceis, foi minha fonte de paz e coragem. Um dos grandes responsáveis por essa conquista, a qual também lhe dedico.

A todos minha eterna gratidão!

RESUMO

Portugueses ou estrangeiros, os autores que dedicaram os seus escritos à cidade de Lisboa foram muitos. Sendo que, os escritos se tornaram mais expressivos durante a União Ibérica. O incentivo que os Filipes ofereceram às atividades de impressão e o desenvolvimento da história urbana em toda Europa ajudam a compreender melhor essa produção, que ainda pode ser explicada pela própria condição de Lisboa na época. Quando Portugal foi incorporado à monarquia católica, os reis Filipes optaram por não residir em sua principal cidade. Desta sorte, a antiga residência dos Avís perdeu seu status de corte régia e aos poucos se viu transformar em uma simples capital de província. A historiografia identificou a ausência real como tônica para se compreender o período. A proposta da pesquisa de dissertação é avaliar em que medida a retórica de uma Lisboa sem Rei está presente nas representações feitas sobre a cidade, em especial as descrições que tiveram maior repercussão na época. E também identificar outros elementos que compõem o seu imaginário, como as adversidades vivenciadas pela urbe, guerras, epidemias e crises de abastecimento, que marcaram o cotidiano dos cidadãos e merecem projeção historiográfica.

Palavras-chaves: União Ibérica, Lisboa, Cultura Escrita, Ausência real, Calamidades.

ABSTRACT

THE DESCRIPTIONS OF THE CITY OF LISBON: WRITTEN, POWER AND SOCIETY IN PORTUGAL PHILLIPPINE.

Portuguese or foreign, the authors who have dedicated their writings to Lisbon were many. And these writings became more expressive during the Iberian Union. The incentive offered to the Phillips printing activities and development of urban history throughout Europe to help better understand this production, which can still be explained by the condition of Lisbon at the time. When Portugal was incorporated into the catholic monarchy, the kings Phillips opted not reside in its main city. Thus, the ancient residence of Avis lost her royal status cutoff saw and slowly transform into a simple provincial capital. The historiography identified the absence as tonic for understanding the period. The proposed dissertation research is to assess the extent to which the rhetoric of a Lisbon without King is present in the representations made about the city, especially the descriptions that had the greatest impact at the time. And also identify other elements that make up your imagination, as the adversities experienced by the metropolis, wars, epidemics and supply crises that marked the daily lives and deserve historiographical projection.

Keywords: Iberian Union, Capital of Portugal, Writing Culture, Absence real, Calamities.

ÍNDICE

INTRUDUÇÃO	7
CAP. 1: AS DESCRIÇÕES DA CIDADE DE LISBOA	11
A CIDADE IDEAL DOS CLÁSSICOS. E DOS MODERNOS.	13 17
PRIMEIROS ESCRITOS DE LISBOA.	20
LUÍS MENDES VASCONCELOS E A ANÁLISE URBANA DE LISBOA.	22
A CULTURA ESCRITA NO TEMPO DOS FILIPES: UM ESTUDO DAS DEDICARÓRIAS.	27
AUSÊNCIA REAL.	36
CAP. 2: LISBOA SEM REI	38
MADRID: VILA, CORTE E CAPITAL DO IMP. HISPÂNICO. O DESCOBRIMENTO DE LISBOA.	42 48
LISBOA NO TEMPO DOS FILIPES. SOBRE AS EXCELÊNCIAS DE LISBOA E O DESEJO DE TORNÁ-LA CAPITAL DO IMPÉRIO.	55 60
UMA CIDADE EM FESTA. LISBOA RECEBE OS FILIPES LITERATURA AUTONOMISTA OU FILIPINA?	63 75
CAP. 3: LISBOA SITIADA	80
A CONQUISTA MILITAR DE LISBOA. A GUERRA, A PESTE E A FOME. DISSIMULAR LISBOA. A PARCELA DE CULPA QUE CABE AO REI.	84 88 91 97
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

“No se bastan a un Reyno para ser famoso heroicas virtudes de sus naturales, si le faltan escritos, que las publiquen”. Não faltavam a Portugal virtudes e façanhas para encher muitos livros, mas carecia daqueles que as escrevessem. Desejando fazer algum serviço ao seu reino, António de Sousa de Macedo propõe escrever um tratado sobre as excelências portuguesas e o faz em castelhano para que todo o mundo pudesse lê-lo, inclusive o rei Filipe III. Sendo assim, em 1631, aos 25 anos de idade, ele publica o livro *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. A escolha do título pode ser entendida pelo trocadilho sugerido pelo autor “las Excelencias de Portugal no ay duda, que son Flores de España”, em outras palavras, refere-se à superioridade do reino português dentre os demais reinos pertencentes ao vasto Império Hispânico. Embora não se julgue digno de fazer tal tratado, Sousa de Macedo diz que não se trata de uma tarefa engenhosa, pois as qualidades lusas são evidentes e conhecidas. Por essa mesma razão, foram poucos aqueles que se propuseram a escrevê-las. O autor destaca a importância da oralidade na preservação da memória das excelências. Também preocupado em preservar essa memória e prestigiar quem se dedicou a descrevê-las, Sousa de Macedo elenca todos aqueles que escreveram sobre Portugal, sem contudo querer ser exaustivo. O seu tratado está alicerçado e legitimado por esses autores¹.

As citações feitas por António de Sousa de Macedo permitiram identificar os textos feitos sobre Lisboa até aquele momento, sejam portugueses, sejam estrangeiros. Inclusive, o autor discute a importância de também contemplar estes à medida que pareceria suspeito utilizar apenas relatos dos naturais, embora, considere-os muito generalistas². Lisboa seria uma das excelências de Portugal e, por isso, Sousa de Macedo destina algumas páginas à descrição da capital, que seria a cidade mais

¹ MACEDO, Antonio de Sousa. Al Lector. In: *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

² *Idem*.

grandiosa do mundo e a mais digna para sediar a capital do Império Hispânico. A relevância da fonte não é apenas a descrição feita sobre as excelências da cidade, o período em que escreve e a expectativa que cria em torno da ideia de Lisboa voltar a ser residência do monarca, mas primordialmente as referências aos outros impressos e os indicativos que oferece sobre sua projeção na União Ibérica.

Na listagem dos autores feita, nota-se que António de Sousa Macedo dedica atenção especial aos livros *Do sítio de Lisboa: Diálogos* (1608) e o *Livro das Grandezas* (1620), escritos por Luís Mendes Vasconcelos e Frei Nicolau de Oliveira, que lhe eram contemporâneos e também tinham como proposta fazer uma descrição de Lisboa de modo a destacar suas qualidades e defender suas aptidões como possível capital. Sousa de Macedo sugere que esses livros foram os que tiveram maior repercussão na época dentre aqueles que seguiam a mesma linha. Outra evidência seria as suas presenças na biblioteca particular dos Filipes, em Madrid. Desta forma, a presente pesquisa de dissertação, que tem como proposta o estudo das descrições da cidade de Lisboa escritas no período em que a cidade deixou de ser assistida pelo seu rei, centrou-se na análise dessas três fontes.

Embora lhes atribua um papel secundário, não foram descartadas outras descrições do mesmo período que contemplavam a principal cidade portuguesa, como *Descrição do Reino de Portugal* (1610) e *Regimento para conservar saúde e vida* (1626), escritas respectivamente por Duarte Nunes de Leão e Fernão Solis da Fonseca. A pesquisa de dissertação também recorreu a obras cujos autores influenciaram e legitimaram o discurso produzido sobre a cidade de Lisboa. Foi necessário o conhecimento dos clássicos de Platão, Aristóteles e Vitruvius. E a leitura dos livros escritos por Giovanni Botero, *Delle cause della grandezza e magnificenza delle città e Della Ragione di Stato*, e Francisco Monzón, *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. Além de *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* (1552) e *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554), de João Brandão de Barros e de Damião de Góis, que foram os primeiros escritos portugueses direcionados a análise urbana da cidade.

A dificuldade de acesso às fontes de origem portuguesa pode ser identificada como um obstáculo para aqueles que pretendem estudar no Brasil a História de Portugal. Entretanto, essa dificuldade não constitui um impedimento à pesquisa, visto que, dependendo do enfoque proposto, e considerando a ampliação do conceito de documento, é possível encontrar aqui um considerável acervo documental. Desta sorte,

o acesso às fontes que foram citadas anteriormente ocorreu via consulta ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em sua sessão de Obras Raras. Esta oferece a consulta pública outros livros portugueses de época em sua edição original. Aliás, esse acervo de livros de época, que sofria com a deterioração física, hoje está sendo restaurada e conservada pelo Projeto Fênix, que propõe também disponibilizar alguns desses livros para o acesso eletrônico. A facilidade de acesso às fontes digitalizadas também pode ser encontrada em bibliotecas europeias, como a própria Biblioteca Nacional de Lisboa e de Madrid, que disponibiliza ao público algumas das impressões. O que demonstra serem viáveis as pesquisas sobre a União Ibérica no país. Inclusive, parte expressiva das produções sobre esse período permanece ainda sendo feita fora de Portugal.

A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica mediante uma união dinástica foi um importante capítulo da história europeia. Após longos anos de peleja dos cristãos na Reconquista, a reintegração da Península Ibérica foi um projeto religioso e político que ganhou muitos partidários ao longo do século XVI e por pouco não ocorreu no reinado de D. Manuel, concretizando-se com Filipe II. A monarquia dual simbolizava, portanto, o sucesso desse propósito de recomposição da cristandade. Além de celebrar a união de dois reinos com extensas dimensões imperiais³. A notoriedade desse acontecimento, entretanto, contrasta com a marginalidade de seus estudos na produção histórica. A União Ibérica foi preterida por representar a perda da soberania para um rei estrangeiro. Essa forma de conceber a união dos reinos tornou reduzidos os trabalhos que contemplavam o período, sendo que a escrita foi marcada por um sentimento de lástima e melancolia. As perspectivas assumidas pelos estudiosos de História Política nos últimos anos se mostraram fundamentais para questionar esse tipo de abordagem dotada de acentuado caráter nacionalista, bem como incentivar as pesquisas acerca desse singular período da história lusa.

Com relação aos estudos que utilizam as cidades portuguesas como perspectiva histórica, pode-se dizer que ainda são pouco desenvolvidos e andam em descompasso com os debates que se fazem no meio acadêmico. Esses estudos eram até pouco tempo feitos pelos pesquisadores da história local, que teria assistido durante a segunda metade do século XX um significativo progresso. No entanto, esses pesquisadores, muitos deles sem formação acadêmica, não se mostraram capazes ou se interessaram em estabelecer

³ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.11.

uma relação entre a cidade estudada e outros centros urbanos, a conjuntura do país ou mesmo do mundo. A história da cidade era isolada, presa em sua própria realidade. Nos últimos anos, com o aumento das investigações e produções acadêmicas que dispõem a utiliza-la como campo de estudo, a história da cidade assistiu um desenvolvimento mais sistemático, que está lhe conferindo um estatuto próprio e independente da história local. Mas ainda são poucos aqueles que investigam as cidades portuguesas. Diante desse quadro, não é espantoso a falta de estudos que buscam entender a historicidade dessas cidades a partir de uma articulação entre a esfera social e simbólica⁴.

Inserido nas atuais perspectivas historiográficas, o texto de dissertação foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, “Descrições da Cidade de Lisboa”, apresenta o modelo de análise das condições urbanas proposto por Luís Mendes Vasconcelos em seu exame do espaço físico de Lisboa, que serviu de referência para as outras descrições que foram analisadas ao longo dos outros capítulos. O capítulo mapeou suas principais influências e as diferentes conjunturas que estava inserido, acabando por também fazer uma reflexão sobre a cultura letrada dos séculos XVI e XVII. Intitulado “Lisboa Sem Rei”, o segundo capítulo propõe uma reflexão sobre a importância da figura real para o desenvolvimento da cidade moderna, especialmente para Lisboa. Para essa tarefa, o capítulo analisou como os portugueses contemporâneos a união dos reinos pensaram o papel e a condição de Lisboa quando deixou de ser residida por seu rei e como as descrições feitas na época representaram essa nova realidade política. O último capítulo, “Lisboa Sitiada”, busca recuperar outros aspectos do imaginário lisboeta, além do símbolo da ausência real. A cidade vivenciou uma série de eventos funestos (guerras, epidemias e crises de abastecimento) que tiveram repercussões na mentalidade da época e também nas suas descrições, por mais que houvesse um esforço dos autores em mascarar as imperfeições de Lisboa.

⁴ TEIXEIRA, Manuel A. C. A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes. In: *Revista Análise Social*, vol. XXVIII, n°121, 1993. p.371 - 390.

CAPÍTULO 1

DESCRIÇÕES DA CIDADE DE LISBOA

Na ocasião em que escreveu o *Regimento para conservar a saúde e a vida* (1626), Fernão Solis da Fonseca colocou ao alcance do monarca hispânico – ou de qualquer outro Estado, com maior e menor salubridade – seus conhecimentos de medicina. O autor considerava o regimento de muito préstimo à vida humana. Ainda tinha planos de escrever outros dois livros, de medicina especulativa em língua latina e de medicina curativa em língua vulgar. Nessa empreitada, esperava contar novamente com o apoio do rei, a quem dedica o regimento. Este foi o primeiro tratado de higiene produzido em Portugal. Mas não deixava de ser também mais um tratado sobre a cidade onde nasceu, Lisboa. Tal como Luís Mendes Vasconcelos, ele o faz em forma de diálogos⁵.

Como enredo, o colóquio entre três personagens: Bispontano, doutor em Cânones que sofre de gota; D. Tibalte, nobre cortesão que tinha curiosidade nas matérias de Filosofia; e Lisônio, médico e filósofo. O primeiro personagem mostrava-se convencido a se retirar da cidade de Lisboa em razão da sua doença. Ao saber da vontade do amigo e parente, o nobre convida Lisônio para a conversa e pede ao médico que os esclareça sobre as condições necessárias para um sítio ter saúde. Ele acaba por também mostrar o elevado padrão de salubridade lisboeta, dissuadindo Bispontano a se mudar para outro termo. Embora o autor defenda as excelências de Lisboa, em especial a questão da saúde, ele não reveste seu tratado de significado político como outros autores que lhe são contemporâneos, que dedicaram seus escritos a convencer os Filipes a transferirem a sede do Império Hispânico para a cidade⁶.

⁵ SOLIS, Fernão. *Al Rey. Regimento para conservar a saúde e a vida*. Lisboa: Geraldo da Vinha. 1626.

⁶ *Idem*.

O autor diz embasar os argumentos do texto em tratados médicos e filosóficos, gregos e latinos, clássicos e modernos, destacando os livros de Hipócrates e de Galeno⁷— que, aliás, foi a cadeira que ele regeu como professor na Universidade de Coimbra, onde havia se formado em Artes e adquirira o título de mestre, além do bacharel em Medicina⁸. Luis Mendes Vasconcelos pode ser acrescentado às principais referências do autor. Não apenas pela escolha dos diálogos ou por usar os mesmos parâmetros para analisar a questão da saúde em Lisboa. Fernão Solis da Fonseca reproduz no primeiro livro boa parte *Do Sítio de Lisboa*, diz o bibliógrafo Innocência Francisco da Silva⁹.

Escrito em 1608, *Do Sítio de Lisboa* teria sido referência não apenas para o tratado de higiene produzido por Fernão Solis, mas também influenciou decisivamente as descrições sobre a cidade escritas durante a União Ibérica. Sendo assim, o livro foi muito mencionado pela historiografia referente ao período, apesar de serem poucos os historiadores que assumiram a tarefa de lhe dedicar estudos mais específicos, como será feito no presente capítulo. A relevância do testemunho do autor é percebida no compêndio organizado por António de Sousa de Macedo, em que a obra ganha destaque dentre as demais com mesma temática. Inclusive, nas poucas páginas que dedicou a descrição da cidade de Lisboa, Sousa de Macedo também teria recorrido ao esquema descritivo desenvolvido por Luís Mendes Vasconcelos. De forma parecida fez Frei Nicolau de Oliveira quando escreveu seu minucioso trabalho sobre as grandezas de Lisboa. O que reintera a importância do livro para os escritores da época e conseqüentemente para a historiografia.

O esquema descritivo desenvolvido por Luís Mendes Vasconcelos teria sido influenciado, por sua vez, pelos clássicos e seus leitores. Seu exame das condições urbanas de Lisboa teria adotado os parâmetros sugeridos por Aristóteles e Vitruvius em suas formulações acerca da cidade ideal. E do mesmo modo, aqueles que foram propostos por autores modernos, como Giovanni Botero. Ao mesmo tempo em que sintetizavam as tipologias clássicas, os modernos agregaram novos elementos à discussão. Platão e suas formulações sobre a cidade ideal também teria influenciado o dito autor, principalmente, quando ele aborda em seus diálogos os prejuízos que o empreendimento das Índias teria gerado a Lisboa. Luís Mendes Vasconcelos fez uso

⁷ *Idem*.

⁸ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitânia História, Crítica e Cronologica*. Tomo 2. Na Officina de Ignácio Rodriguês, 1747, p.56.

⁹ Disponível em: http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/FONSECA_fernandosolisda. Acessado em: 19/03/2011.

ampliado do conceito de Justiça platoniano, que é fundamental para se compreender a forma com que esse pensador entende a cidade ideal. Por fim, pode-se dizer ainda que os primeiros escritos de Lisboa encontram-se repercutidos na descrição de Mendes de Vasconcelos através da presença de uma justificativa mitológica e profética. Essas autoridades serão apresentadas ao longo do capítulo, limitando-se as questões que tiveram peso no trabalho do autor português.

Com relação ao contexto, o modelo de análise escrito por Luís Mendes Vasconcelos estava inserido em uma conjuntura favorável a tematização da cidade. O que foi aumentado pelo fato de ter havido por parte dos Filipes medidas de amparo às Letras, incentivando em Portugal impressões tanto de obras antigas como recentes. Era politicamente interessante para a monarquia hispânica o estabelecimento de uma relação estreita com os autores e artista. Mais de um século depois da invenção da imprensa, a comunidade letrada formada pelos autores e seus leitores era significativa. Essa realidade cultural foi capturada pela dinastia filipina, que, desde os momentos iniciais do processo sucessório que deu início a União ibérica, teria recorrido à dimensão textual para angariar apoio e conferir legitimidade ao regime que se instaurava. Essa cultura escrita será discutida em um tópico à parte, assim como ausência real que também teria incitado Luís Mendes Vasconcelos a escrever sobre a cidade.

A CIDADE IDEAL DOS CLÁSSICOS.

Foi na Grécia Antiga que surgiram os primeiros esforços teóricos e práticos para proporcionar à cidade melhores condições de vida aos seus habitantes, oferecendo bases ao Urbanismo Moderno. Isso ocorreu na segunda Época Arcaica, concomitante ao desenvolvimento de importantes reflexões políticas, filosóficas e científicas, que marcam a história da humanidade até os dias de hoje. Os filósofos gregos não queriam apenas teorizar sobre uma cidade perfeita ou sobre um Urbanismo racional a partir de uma tradição prática construtiva. Eles entravam em cheio na utopia, buscando antes modelos ideias de cidade¹⁰. Dentre as formulações sobre a cidade ideal que foram produzidas na Grécia na antiguidade, destacam-se aquelas que foram escritas por Platão

¹⁰ JIMENEZ, José Miguel Muñoz. Aproximación al urbanismo griego: la ciudad como obra de arte. *Estudios Clásicos*.1991, p.19-20.

e Aristóteles. Essas formulações tiveram grande projeção após o Renascimento, influenciando outras produções que teorizavam sobre a cidade ideal. Outra formulação que teria sido fonte de inspiração para os modernos foi produzida pelo Marco Vitruvius Pollio, arquiteto da também admira Roma na era augusta. Suas reflexões foram fundamentais para o conhecimento da arquitetura no mundo antigo. Pela importância dos respectivos nas descrições da cidade de Lisboa feitas nos séculos XVI e XVII, esse tópico se limitará a analisar os pensadores supracitados.

A cidade ideal proposta por Platão (428-347 a.C.) em *A República* é construída em meio aos debates sobre o conceito de Justiça. É na tentativa de fazer compreensível o surgimento da Justiça e sua antítese que Platão recorre à Cidade como escala de análise mais ampla. Ao fazer isso, o filósofo também estipula sobre a forma com que a cidade foi gerada. A formação da cidade é explicada a partir do fato dos indivíduos não serem auto-suficientes e precisarem um dos outros para suprir suas necessidades elementares, como alimentação, habitação e vestuário. Assim, a origem da cidade não estaria associada a uma justificativa política e filosófica, mas, fundamentalmente, econômica. A fim de oferecer as condições básicas para a sobrevivência da comunidade, cada indivíduo se especializaria em uma ocupação, definida a partir das suas qualidades. Platão defende que já haveria nessa cidade primeira uma divisão baseada em classes funcionais que não reconheceriam ainda a tripartição. A tripartição da sociedade é fundamental para a compreensão do conceito de Justiça, bem como o de cidade ideal. O filósofo defende que os indivíduos estão destinados a três tipos de funções sociais, produtores, auxiliares e guardiões. Essas funções sociais estariam diretamente relacionadas às características da alma, deliberativa, impetuosa e racional, respectivamente. As funções seriam ocupadas de acordo com a natureza mais adequada ao indivíduo. Essa tripartição só é percebida a partir de uma situação de conflito que não existe nessa cidade rudimentar. Esta inicialmente é constituída de poucos ofícios, mas a demanda por outros é crescente e, ao atingir determinada complexidade, a cidade se torna acabada. A cidade seria em seu germe perfeita de acordo com Platão, que a denomina como “cidade verdadeira” (*alethinè polis*)¹¹.

Cláudio William Veloso diz que, diferente do cantado por Homero e Hesíodo, a “cidade verdadeira” não seria um mundo mítico do ócio e da abundância, muito menos representaria um relato histórico. A explicação sobre sua formação parte de um esforço

¹¹ PLATÃO. *A República*. Apresentação e comentários de Bernard Pietre. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Editora Universidade de Brasília, 1985.

de raciocínio empreendido por Platão¹². A finalidade dessa dedução, como já dito, era fazer um paralelo com o surgimento da justiça e da injustiça. A “cidade verdadeira” mostra-se justa, sobretudo; contudo não se exime da injustiça. Esta surge do processo de corrupção da cidade perfeita, que se transforma numa “cidade luxuosa”. Essa cidade, por sua vez, não existe e sobrevive das “coisas necessárias”, mas também é movida pelo desejo do perfunctório, do luxo. A corrupção também está associada à imitação dos ofícios, isto é, os indivíduos se dispõem a realizar atividades que não condizem com seu temperamento, burlando sua função social. A “cidade luxuosa” tem em sua essência a discórdia e, porque não, a injustiça. É nesse contexto que a tripartição se impõe. Mesmo com o fim dos conflitos, o que tornaria a cidade próxima da “cidade verdadeira”, esse modelo social permaneceria.

Antônio Heliodoro Lima Sampaio diz que as formulações sobre a cidade ideal têm suas origens geralmente associadas a uma insatisfação com o presente e ao desejo de modificá-lo. Em outras palavras, aqueles que imaginam a cidade ideal são mobilizados pela expectativa utópica de um futuro melhor que o presente defeituoso¹³. O posicionamento crítico com relação à realidade é marcante não apenas na cidade idealizada por Platão, mas em toda sua filosofia que é escrita como resposta às imperfeições de Atenas, principalmente no que tange ao plano político.

Platão era ainda criança quando Atenas entrou em derrocada. Era o fim da Idade Dourada de Atenas. A cidade teria conhecido seu auge após as Guerras Médicas. As vitórias conquistadas na guerra contra os persas fizeram com que ocupasse posição de destaque frente às outras polis gregas. O prestígio era tal que Atenas conseguiu formalizar com as demais cidades, ainda durante a guerra, uma aliança militar conhecida com Liga de Delos. As resoluções dessa aliança lhe foram muito vantajosas do ponto de vista econômico à medida que à Atenas foi dada a função de administrar os recursos. Foi controle sobre esses recursos que patrocinou o apogeu ateniense. No século V a.C., a cidade vivenciou um notório desenvolvimento artístico e intelectual e o estabelecimento da democracia. No entanto, uma crescente insatisfação com o domínio exercido por Atenas fez com que as pólis gregas, lideradas por Esparta, entrassem em conflito com a cidade. Platão tinha quatro anos quando começou a Guerra do Peloponeso e trinta e quatro no seu desfecho, que significou o início do domínio

¹² VELOSO, Cláudio William. A Verdadeira Cidade de Platão. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 107, Jun/2003, p.72-85.

¹³ SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. Cidade Ideal, Imaginação e realidade. *Rua*. Campinas: Universidade de Campinas, 1997, p.54-65

espartano que foi catastrófico à cidade. O filósofo responsabiliza a democracia pela difícil situação em que Atenas se encontrava. A cidade ideal proposta por Platão deve ser entendida então como uma resposta a essa realidade e também como uma crítica a essa instituição política.

Em *Política*, Aristóteles (384-322 a.C.) elabora formulações acerca das condições físicas necessárias a cidade ideal, que não seriam difíceis de alcançar por sinal. Essas formulações talvez tenham sido a maior contribuição do pensador para os textos com temática urbana que seriam produzidos na modernidade uma vez que se converteram em parâmetros de análise da cidade. Aristóteles inicia sua tipologia suscitando a seguinte pergunta: uma grande cidade é a cidade mais próspera? Antes de responder, ele pondera que uma cidade não deve ser considerada grande pelo número de habitantes que possui, mas sim por sua eficiência. Para uma cidade ser próspera, seria preciso um número mínimo de habitantes para constituir a cidade de modo a assegurar sua autossuficiência. E também, um limite para sua expansão populacional. A distribuição das funções de governo de acordo com o mérito ocorre mediante o conhecimento do caráter de cada cidadão. Uma cidade excessivamente populosa levaria a atribuições injustas e, até mesmo, a usurpação dos direitos de cidadania por estrangeiros, que serão dificilmente percebidos. Portanto, o filósofo não considera que a magnitude populacional esteja relacionada com a prosperidade de uma cidade¹⁴.

Basicamente, a cidade ideal de Aristóteles reúne quatro aspectos principais: o primeiro, que seria a condição predominante, é a salubridade. O sítio deveria estar em um local escarpado voltado para o oriente e exposto aos ventos que assopram nessa mesma direção, que são considerados mais saudáveis. E, como segunda condição, ser protegido dos ventos oriundos do norte, tornando a temperatura mais agradável. Sua localização deveria favorecer ainda a administração e às ações militares, que são os dois parâmetros que restam. Em relação ao segundo, o local ideal seria aquele que permitisse a retirada fácil dos cidadãos e que oferecesse dificuldades ao inimigo. E, finalmente, deve haver disponibilidade de água e fontes naturais em abundância e grandes reservas pluviais, para que não cessem se forem cortados os meios de comunicação com o território em caso de guerra. Aliás, a cidade ideal é aquela que está em comunicação com o mar e com todo seu território, inclusive, o interior¹⁵.

¹⁴ ARISTÓTELES. *Política*. Trad. CURY, Mário da Gama. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 229-231.

¹⁵ *Ibidem*. p. 245-247.

Marco Vitrúvio Pollo também teria proposto uma discussão sobre as condições físicas necessárias a cidade ideal e em muito se assemelha àquela de Aristóteles, o que seria uma das muitas evidências de que sua única obra *De Architectura*, composta por dez volumes, teria sido favorecida pelos pensadores helenos. O autor destaca como requisito fundamental para a eleição do sítio a salubridade. Preferencialmente, deve estar localizado em um local alto, não nebuloso, sem geadas e voltada para uma região temperada, que não fosse fria e nem quente. Além disso, os lugares próximos a pântanos deviam ser evitados. E também regiões junto ao mar, onde, independente da sua orientação, o sol aqueceria de forma pernicioso¹⁶. Depois de se verificar a salubridade, a escolha do sítio deveria levar em conta o abastecimento. Comparando a cidade com uma criança em fase de amamentação, uma cidade não pode crescer sem ter abundância de alimentos e a população não pode desenvolver se não tiver recursos¹⁷. Outro requisito importante são os meios de condução terrestre e marítimo. Apesar da facilidade de transporte das regiões portuárias, o arquiteto atenta sobre a necessidade de se investir em segurança, outro requisito importante, construindo torres e muralhas¹⁸. Novamente, Vitruvius mostra-se desfavorável a regiões próximas ao mar. Por fim, o autor apresenta a cidade que considera modelo ideal: Alexandria, que estaria assistido em um porto naturalmente protegido, seria um centro comercial respeitado, possuiria campos que produziam trigo para todo Egito e uma infinidade de recursos proporcionados pelo Nilo¹⁹.

E DOS MODERNOS.

As formulações de Platão sobre a cidade ideal e as tipologias urbanas de Aristóteles e Vitruvius foram revisitadas durante o Renascimento italiano, marcando decisivamente a esfera arquitetônica e urbanística e também a política. A dimensão espacial pode ser considerada um dos elementos mais ativos da ideologia do poder e do exercício da soberania, argumenta Marcello Fantoni. O poder senhorial teria se apropriado das reflexões produzidas pelos clássicos para legitimar seu poder e também

¹⁶ VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. MACIEL, M. Justino. São Paulo: Martins, 2007, p. 83-90.

¹⁷ *Ibidem*. p.110.

¹⁸ *Ibidem*. p.90.

¹⁹ *Ibidem*. p.110-111.

para executar reformas nos antigos edifícios medievos visando atender às novas necessidades políticas da época. A projeção e a elaboração de um espaço de natureza principesca, que articulava o político com elementos simbólicos de influência clássica, foram desenvolvidas na Itália a partir da segunda metade do século XIV. Como parte desse processo, observa-se um aumento das produções literárias sobre a cidade ideal. As formulações sobre a cidade ideal produzidas naquela época seriam responsáveis por ditar ideologias e agregar valores canônicos às reformas urbanas que ocorreriam na centúria seguinte e proporcionariam o surgimento das cidades²⁰. Uma das principais formulações modernas sobre a cidade ideal teria sido escrita por Giovanni Botero (1544–1617).

Publicado em 1588, *Delle cause della grandezza e magnificenza delle citá* foi o primeiro trabalho de Giovanni Botero, sendo composto de três volumes. Sabendo da aceitação dos seus trabalhos em Portugal. E também a influência que exerceu sobre a forma com que Luís Mendes Vasconcelos e, por conseguinte, seus sucessores avaliaram a capital portuguesa, a obra em questão será analisada nesse tópico, que se centrará na tipologia urbana que propõe.

No primeiro livro da obra em questão, Giovanni Botero definirá a forma com que concebe a palavra cidade e indicará as causas de sua grandeza. Para o italiano, cidade seria um grupo de pessoas que se reúnem para viverem felizes. Dessa forma, as causas de sua grandeza não estariam relacionadas ao espaço do sítio ou às terras que cercam seu muro, mas sim à multidão que a habita e seu poder. O pensador diz ainda sobre a origem das cidades que podem estar associadas a uma relação de autoridade, força, prazer e de utilidade. No que tange a relação de autoridade, a origem da cidade ocorre quando as pessoas se reúnem em torno de um líder, alguém que imponha respeito por sua conduta e que seja capaz de conduzir os demais à civilização. Na relação de força, por sua vez, as pessoas se reúnem em uma situação de insegurança e conflito, a fim de protegerem suas vidas. Já o prazer teria atraído aqueles que queriam deleite, como ar fresco, comodidade dos vales, sobra das florestas, atividades de caça, água em abundância ou arte. Por fim, a relação de utilidade, em que as pessoas se beneficiam da comodidade do sítio, da fertilidade do seu terreno e do seu bom trânsito. Essa seria para o pensador a mais importante e duradoura que as demais, por ser a única responsável em

²⁰ FANTONI, Marcello. Una ciudad con forma de palacio:cortes y modelos urbanísticos en la Itália del Quinientos. *Espacios de poder : cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*. Vol. 2. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, p.3-20.

tornar uma cidade grande. A partir de então que o autor italiano apresenta as características que tornariam uma cidade modelo, em outras palavras, as causas da grandeza da cidade²¹.

A primeira seria a comodidade do sítio. Para Giovanni Botero, cômodo seria o sítio que possuísse aptidão para o comércio, fazendo-se útil não só para as pessoas que o habitam, mas também àquelas que estão inseridas e dependem desta atividade. Esse comércio contribuiria para a grandeza da cidade por proporcionar enriquecimento. A segunda causa para a grandeza de uma cidade é a fertilidade. Essa ofereceria os víveres necessários (alimentação, vestuário, “cavandozi”, entre outros) à sobrevivência dos habitantes, contribuindo para sua permanência na cidade. A terceira seria a facilidade da condução, que ocorre por terra e por água. No que se refere a terra, esta precisa ser plana para facilitar o transporte de mercadorias. A água, por sua vez, pode ser lago, rio ou mar, contanto que seja navegável e seguro para o comércio²²

Na exposição das características acima, o italiano sempre reitera que dependem da multidão que povoa as cidades. Assim, no segundo livro de sua obra, o autor irá propor características mais relacionadas ao perfil dos habitantes, tais como os estudos, a religião, seu tribunal de justiça, sua atividade mercantil, entre outros²³.

No terceiro e último livro, ele volta a traçar uma tipologia do espaço físico urbano, porém sua discussão sobre as causas da grandeza da cidade é substituída por proposições sobre os modos de conservar essa magnitude. Embora argumente que adversidade como a guerra, a peste e a fome sempre estiveram presentes na história das cidades, até mesmo com maior intensidade nos séculos passados. Giovanni Botero atribui a sua causa ao crescimento da cidade, principalmente populacional. Para o autor italiano, esse crescimento urbano deveria vir atrelado a um proporcional desenvolvimento dos meios de subsistência, o que nem sempre ocorre. A partir dessa discussão, que se tornou conhecida anos depois através dos trabalhos de Malthus, ele diz sobre a necessidade de a cidade ideal criar meios para ampliar suas provisões, mediante a agricultura ou indústria, e semear a paz e a justiça²⁴.

²¹ BOTERO, Giovanni. *Delle cause della grandezza e magnificienza delle città*. Roma: Biblioteca Italiana, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecaitaliana.it>> . Data de acesso em 5 de Julho de 2010.

²² *Idem*.

²³ *Idem*.

²⁴ *Idem*.

PRIMEIROS ESCRITOS SOBRE LISBOA.

Não obstante Lisboa ser uma das principais cidades da península ibérica e desempenhar um papel fundamental na História de Portugal, servindo de palco para os principais episódios que ocorreram no reino desde suas origens, somente em meados do século XVI teriam surgido escritos que tinham como temática a cidade. O primeiro deles foi impresso pelo editor eborense André de Burgos em 1554. A obra que se intitulava *Urbis Olisiponis descriptio* foi produzida por Damião de Góis e deu início a uma série de outros trabalhos sobre Lisboa, como, por exemplo, as descrições da cidade que foram escritas na União Ibérica²⁵.

Damião de Góis começa seu livro chamando a atenção sobre as duas cidades que poderiam ser consideradas em sua época as Rainhas dos Oceanos: Lisboa e Sevilha. Essas cidades sozinhas estabeleciam a direção e o domínio de toda a navegação que se processava no Oriente e no Ocidente. A primeira cidade reivindicava para si o controle do oceano que ia desde a embocadura do rio Tejo, perpassando a África e atingindo a Ásia. Já Sevilha teria se lançado a navegação do Novo Mundo. Embora o autor reconheça a importância da cidade castelhana e acredite que aqueles que trataram da descoberta do Novo Mundo deixarão escritos memoráveis para a história, a descrição que propõe no livro evidencia os feitos de Lisboa. Possivelmente, o objetivo de Damião de Góis ao equiparar as duas cidades logo no início do seu trabalho se deve à existência de uma rivalidade dentre elas e a descrição que se seguirá mostrará a superioridade da cidade portuguesa²⁶.

Em um segundo momento, o autor trata da origem de Lisboa. Apesar de não se atrever a afirmar com certeza quem teria sido seu primeiro fundador, Damião de Góis diz que escritos mais antigos consideravam a cidade a mais antiga da Espanha e alguns chegam até mesmo a asseverar que teria sido fundada pelo famoso Ulisses²⁷. Polêmicas à parte, dando prosseguimento à história dos grandes feitos da cidade, o autor trata da conquista do reino por Afonso Henriques que, após uma longa e dura guerra, restituiu a fé cristã mediante a expulsão dos mouros do território em 1147²⁸.

²⁵ CASTELO BRANCO, Fernando. *A Breve História da Olisipografia*. Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p8-9.

²⁶ GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.27.

²⁷ *Ibidem*. p.31.

²⁸ *Ibidem*. p.36.

A descrição da cidade de Lisboa ocorrerá em seguida, começando por seus aspectos geográficos, nomeadamente a disposição da cidade tendo como referência o Tejo. Nos tempos mais remotos, Lisboa ocupava apenas uma colina elevada que se prolongava até a beira desse rio, mas, como o passar dos anos, abrangeu outros montes e vales a sua extensão. O território que se formou e as regiões circundantes foram descritas pelo autor, que não poupou nenhum detalhe. As constantes alusões que foram feitas durante essa tarefa ao rio Tejo são justificadas no final do livro, quando o autor argumenta sobre a importância internacional dessa bacia hidrográfica, que ditava as regras da navegação que acontecia nas costas do Oceano, na África e na Ásia. E desta forma, seria responsável pelo título que foi oferecido pelo autor a Lisboa de Rainha dos Mares²⁹.

Por fim, Damião de Góis esclarece ao leitor que ele teria feito essa obra por acreditar que outros autores tiveram o caminho vedado para escrever sobre a cidade de Lisboa. E seria sem dúvida agradável e motivo de gratidão para todos, inclusive para Góis, se outro escritor apresentar uma perspectiva mais perfeita sobre a origem e situação da principal cidade portuguesa³⁰.

O próximo trabalho que tinha como temática Lisboa foi escrito cerca de meio século depois, justamente, por Luís Mendes Vasconcelos em 1609. Em *Do Sítio de Lisboa*, o autor salienta as vantagens e qualidades geográficas do sítio de Lisboa que seria merecedor da assistência do monarca. Mendes Vasconcelos também utilizou seus diálogos para discutir a situação econômica portuguesa e se posicionar contra os descobrimentos, mostrando o quanto este era nocivo para o reino e sua principal cidade. Seguido por Frei Nicolau de Oliveira publicou no ano de 1620 o *Livro das Grandezas de Lisboa* (que receberá uma atenção maior ao longo do texto de dissertação), que, primeiramente, trata da divisão e da antiguidade de Portugal para só então passar à descrição de Lisboa, destacando seu papel como cabeça do reino e suas excelências, além de dizer sobre as entradas e saídas do seu território. Segundo Fernando Castelo Branco, os autores apresentados nesse tópico por inaugurarem uma tradição de escritos sobre Lisboa ofereceram bases para que a partir do século XVIII fosse escrita a história da cidade mais importante de Portugal³¹.

²⁹ *Ibidem*. p.58.

³⁰ *Ibidem*. p.39.

³¹ CASTELO BRANCO, Fernando. *Op. cit.* p. 11-12.

LUIS MENDES VASCONCELOS E A ANÁLISE URBANA DE LISBOA.

Quando jovem, em seus últimos anos em Évora, o narrador de *Do Sítio de Lisboa* teria se tornado amigo de um erudito fidalgo que outrora frequentara a Corte del-rei D.João III. Muito versado em letras, humanidades e outras artes, a companhia deste fidalgo se tornou muito estimada por ele. Certa vez, em uma de suas muitas visitas a este sábio, ele o encontrou portando nas mãos um livro de um geógrafo flamengo. Aproveitando a oportunidade lhe fez mais uma de suas (muitas vezes importunas) perguntas. Indagou-lhe sobre qual seria dentre os sítios europeus o superior. Ao responder que Lisboa seria o mais vantajoso dos sítios, o narrador questionou se a sua resposta não teria sido influenciada por algum sentimento patriótico. O fidalgo propôs então contar sobre um colóquio que presenciou entre três fidalgos para justificar a sua escolha por Lisboa³².

Ambientado na Corte, este diálogo ficcional ocorreu em um dia que El-Rei D.João III se encontrava ausente, em sua recreação nos mosteiros de Belém. Os fidalgos que ali permaneceram aproveitaram essa ausência para desfrutar da beleza de Lisboa. Dentre estes fidalgos, o estimado amigo do narrador que ao se dirigir ao final dos dormitórios para prestigiar a vista da praia encontrou três fidalgos conversando, aos quais preferiu denomina-los pelas profissões: um conselheiro real, a quem chamou de Político; um capitão, o Soldado; e um sábio, chamado de Filósofo pelo fidalgo³³.

A partir dessa deixa, o autor inicia os Diálogos propriamente ditos. *Do Sítio de Lisboa* é dividido em duas partes: na primeira parte, Luís Mendes Vasconcelos discute como a manutenção de um Império Ultramarino deixou de ser *útil* ao Portugal, nomeadamente o empreendimento indiano. Já na segunda parte, o autor apresenta ao rei as vantagens de se fixar residência em Lisboa, na expectativa de que sua majestade se convença a transferir a sede de sua realeza para a cidade.

A escolha por essa forma literária clássica, muito comum após o Renascimento, dentre outros fatores, evidenciam a influencia que Platão exerceu no seu trabalho. Platão, assim como outros pensadores gregos e romanos da antiguidade, recorreu ao esquema de Diálogos para desenvolver suas reflexões e o realizou de duas formas: a

³²VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*. Lisboa: Na Officina de Luys Estupiñan, 1608. p. 2.

³³ *Ibidem*. p. 3.

primeira forma, menos dinâmica, baseia-se em um colóquio simples cujos personagens envolvidos se limitam a fazer perguntas e a concordar com um personagem central que encarnaria Sócrates, reduzindo os diálogos a simples monólogos; a segunda forma, por sua vez, mais dinâmica, todos os personagens contribuiriam para o desenvolvimento da discussão estipulada, tornando aos diálogos mais teatralizados³⁴.

Apesar da escolha dos personagens por Mendes Vasconcelos ter como intuito mostrar como cada profissão se posiciona frente às discussões propostas, não se percebe em sua obra o dinamismo esperado. Os diálogos ficam centrados na figura do Filósofo, que assume o papel de interlocutor principal, exercendo no texto uma função ímpar. Seja suscitando discussões ou mediando essas. Seja desenvolvendo argumentações mais convincentes ou oferecendo o parecer final. Observa-se que o Filósofo também se torna uma personificação de Sócrates. Segundo Platão, este pensador grego acreditava que a prática de conversação seria a melhor forma de transmissão de conhecimento. A arte de interrogar e responder forçaria os interlocutores envolvidos a refletirem sobre determinadas questões. Então, a partir dessa lógica, esses alcançariam de forma autônoma o conhecimento concreto, o mundo das essências, em detrimento das opiniões parciais e precárias provindas do mundo das “aparências”, o mundo sensível.

Estipulações foram feitas para desvendar quais pessoas estariam sendo representadas pelos personagens escolhidos por Luís Mendes Vasconcelos. Segundo a interpretação da *Bibliotheca Histórica de Portugal*, o *Político* supostamente seria o Conde de Castanheira, ministro de D. João III e avô materno do autor; o *Soldado*, o ex-governador da Índia, Martim Afonso de Sousa; e o *Filósofo*, o bispo D. Jerônimo Osório. José da Felicidade Alves, comentarista da edição feita em 1990 com o financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, que oferece essa informação, questiona as razões que levaram a apontar o bispo como um dos personagens representados. Felicidade Alves argumenta sobre o longo espaço de tempo entre a morte do bispo, em 1580, e o momento em que a obra foi criada, vésperas de 1608³⁵.

Não querendo entrar neste mérito, mesmo porque a pesquisa de dissertação não tem acesso a documentações que permitam esse tipo de conclusões. A análise feita permite perceber que Luís Mendes Vasconcelos se personifica nos personagens, sobretudo o do *Filósofo*. A partir deles, o autor mostra aos leitores os conhecimentos

³⁴ BURKE, Peter. *Los avatares de El Cortesano*. Barcelona: Gedisa, 1998, p.37.

³⁵ ALVES, José da Felicidade. Organização e notas. In: VASCONCELOS, Luís Mendes. *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p.9.

adquiridos em seus cargos administrativos e militares, quando participou das armadas régias de Filipe II e de Filipe III e foi nomeado Capitão-Mor nas armadas do Oriente; e sua intelectualidade, sempre incorporando às argumentações considerações históricas, mitológicas, filosóficas, poéticas, políticas e, até mesmo, matemáticas. A utilização da escrita como veículo de promoção social era uma prática muito recorrente entre os cortesãos da época. Por essa razão, podemos dizer que o autor ao escrever o livro também objetiva mostrar sua capacidade para exercer cargos oficiais e ascender na trajetória de carreiras.

Em *Do sítio de Lisboa*, Luís Mendes Vasconcelos priorizou a discussão sobre o espaço urbano, embora também tenha utilizado outras escalas de análise, dentre as quais a dimensão do Império. Sendo que, em sua descrição da cidade de Lisboa, o autor adotou a mesma tipologia utilizada nas obras de Aristóteles e de Vitruvius, conhecida pelo autor tanto de forma direta, a partir da leitura dos clássicos; como também indiretamente, através do contado com algumas releituras feitas após o Renascimento, em especial a obra do autor italiano Giovanni Botero, *Delle cause della grandezza e magnificenza delle città*. Esses modelos de análise urbana eram baseados em três parâmetros principais³⁶.

O primeiro diz respeito à salubridade. Luís Mendes Vasconcelos tece seis considerações sobre a saúde do sítio lisboeta, que foram apropriadas no tratado de Fernão Solis da Fonseca sem nenhuma cerimônia. As considerações são as seguintes: a posição terra em uma zona temperada, a posição do céu voltado para o Oriente, o relevo pouco acidentado, os recursos hídricos de boa natureza, a excelente natureza do ar, a qualidades dos mantimentos e a forma conveniente que as imundícias são despejadas³⁷.

Outro parâmetro seria o abastecimento. O autor teria introduzido novidades à análise, segundo Diogo Ramada Curto, ao mapear as diferentes redes de abastecimento de Lisboa³⁸. Trabalhando com uma escala mais reduzida, Luís Mendes Vasconcelos traça os círculos de abastecimento entre Lisboa e outras regiões lusas, mostrando as potencialidades da produção e do mercado interno português. Com uma escala de alcance global, o autor discute os círculos de abastecimento entre Lisboa e os mais diversos territórios, enfatizando a aptidão portuguesa para o comércio. A cidade teria a

³⁶ CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa. 1988, p.195-196.

³⁷ VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Op. cit.* p.95-113

³⁸ CURTO, Diego Ramada. *Op.cit.* p. 196-197.

sua disposição em abundância todas as coisas necessárias à vida, como comida, vestuário, habitação, repouso e atividades lúdicas³⁹.

E, finalmente, a defesa aparece como último parâmetro. Embora não contasse com a proteção de muros, Lisboa era resguardada pelas várias fortificações presentes ao longo do Tejo até Cascais e também pela dificuldade de se navegar por esse rio. Luís Mendes Vasconcelos admite a necessidade de aperfeiçoar a fortificação lisboeta. Ele propõe que se faça uma ligação entre o rio de Sacavém e o rio de Alcântara, onde se faria também um afundamento por onde entraria a maré. Esse projeto utópico transformaria Lisboa em uma ilha⁴⁰. A motivação de Vasconcelos ao propor intervenções nos rios supracitados, de acordo com Diogo Ramada Curto, deve-se aos assaltos feitos pelos corsários à cidade, como noticiado pelos testemunhos da época. O historiador ainda diz que a preocupação em se destacar a salubridade, o abastecimento e a defesa nas análises das condições urbanas indicava o temor que os modernos tinham da peste, da fome e da guerra, responsáveis pela queda de várias cidades⁴¹.

Luís Mendes Vasconcelos adita as recreações ao modelo de análise, esse parâmetro está relacionado ao estilo de vida dos nobres, principalmente, ao ócio. Lisboa também preencheria essa condição por ser um lugar deleitoso, possuindo agradável vista, clima e comodidade para exercícios, como a pesca e a caça, e por oferecer para distração espaços como Jardins, Quintas e Conventos⁴².

Em sua discussão sobre a cidade ideal, o autor não confere ao perfil dos habitantes uma posição de destaque, em contraste com Giovanni Botero. São poucas as passagens em que o português associa a grandeza de Lisboa à índole dos seus compatriotas. Embora considere necessário para a dignidade da cidade que seus habitantes tenham disposição para vencer e governar⁴³, o que prevalece são as qualidades relacionadas ao espaço físico.

O autor chega também a dizer que uma cidade com população numericamente expressiva seria mais poderosa que cidades pequenas, argumentando que a virtude unida tem maior força e utilizando como exemplo as cidades de Atenas e Roma, que teriam crescido de senhorio quando cresceram de povo. Não obstante atentar acerca da dificuldade de se governar sítios grandes e dos problemas com o abastecimento, o autor

³⁹ *Ibidem.* p.125-130.

⁴⁰ *Ibidem.* p.193.

⁴¹ CURTO, Diogo Ramada. *Op.cit.* p. 198.

⁴² VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Op. cit.* p.158.

⁴³ *Ibidem.* p.9.

mantêm um posicionamento favorável ao crescimento demográfico, principalmente pelo fato dos príncipes não residirem cidade pequenas⁴⁴, em contraste dessa vez com Aristóteles.

Afora essas discussões, muito possivelmente, o papel secundário creditado ao elemento humano se deve ao fato de Luís Mendes Vasconcelos considerar que os portugueses estavam passando por uma crise moral gerada pela manutenção do empreendimento das Índias. O autor atribui-lhe tal perversidade que profetiza a ruína do Estado.

O autor argumenta que o empreendimento das Índias deixou de ser *útil* para Portugal quando este começou a colonizar efetivamente a região. Em sua percepção, as relações entre as Índias e Portugal deveriam ser restritas ao comércio, opondo-se ao deslocamento de portugueses para o Oriente. Segundo Luís Mendes Vasconcelos, a colonização estaria comprometendo a disponibilidade de mão de obra em Portugal, principalmente nos setores agrícolas e pecuários. A colonização das Índias também demandava altos recursos financeiros que eram gastos para assegurar sua defesa. O autor mostrava-se, portanto, contrário à manutenção desse empreendimento e descrente quanto às vantagens de se manter um extenso Império Ultramarino⁴⁵.

Luís Mendes Vasconcelos fez uso de argumentos sofisticados na defesa do seu ponto de vista, recorrendo a pensadores clássicos como Platão. O autor português diz que as conquistas ultramarinas eram motivo de orgulho para o povo luso. Deste modo, mesmo não sendo mais *útil* ao Estado, optava-se pela manutenção dessas conquistas por estarem relacionadas a valores como *glória* e *honra*. Esses valores estariam corrompendo a sociedade portuguesa à medida que eram antepostos aos interesses do Estado, não concorrendo para a *conservação* da *República*. Essa seria a razão que levou Mendes Vasconcelos a uma previsão tão pessimista sobre Portugal. A solução seria ampliar o comércio de modo que Goa e Índia atinjam recursos para garantir a própria segurança. O autor não defende o abandono do empreendimento por entender que essa ação poderia comprometer os interesses comerciais do reino e os projetos de cristianização da região⁴⁶.

Esse debate tem grande importância e espaço em seus diálogos, assim como no discurso político de Portugal. E teria reforçado ainda mais as qualidades de Lisboa. A

⁴⁴ *Ibidem.* p.4-5.

⁴⁵ *Ibidem.* p.63

⁴⁶ *Ibidem.* p.73-74.

magnitude da principal cidade portuguesa seria tal que a tocante resistia aos contínuos danos proporcionados pela conquista da Índia. Não se pode desconsiderar também seu caráter de advertência. Por mais que a cidade se mantivesse incólume, a manutenção desse empreendimento poderia ser responsável por sua queda, como ocorreu em outras cidades insignes, como Roma, Constantinopla, Jerusalém, entre outras.

Estaria presente nos diálogos de Luís Mendes Vasconcelos o mito das Quatro Monarquias. A excelente localização geográfica de Lisboa que permitia ligações com o ultramar e com todo o conjunto do Império Hispânico tornava a cidade forte candidata a se tornar cabeça do Quinto Império. Mendes Vasconcelos chega a reivindicar para Lisboa o título atribuído a Roma por Tito Lívio de *caput orbis terrarum*. Contudo, os mitos e profecias que permeavam o imaginário de Lisboa acabavam por combatidos pelo autor quando o mesmo se propõe a fazer uma análise das condições necessárias à vida urbana pautada em argumentos pretensamente racionais e determinismos geográficos. Seria possível então identificar uma contradição no tratado de Mendes Vasconcelos? O historiador Diogo Ramada Curto responde que não. Foi justamente no momento que as elites portuguesas desenvolveram instrumentos intelectuais de análise que mais se investiu nos elementos místicos da cidade, em especial sobre as origens da sua fundação. Em meados do século XVI, Damião de Góis teria contribuído para difundir nos escritos sobre a cidade de Lisboa uma tradição humanista que atribuía a Ulisses a sua fundação⁴⁷. Por mais que a origem mítica de Lisboa não estivesse clara no tratado de Luis Mendes Vasconcelos (apesar de se fazer presente nas descrições de Frei Nicolau de Oliveira e António de Sousa de Macedo), a ideia de Lisboa como uma cidade predestinada desde sua fundação a ser capital do maior dos Impérios indubitavelmente fazia parte do seu texto.

CULTURA ESCRITA NO PORTUGAL DOS FILIPES: UM ESTUDO SOBRE AS DEDICATÓRIAS.

Na dedicatória do seu tratado, António de Sousa de Macedo identifica Filipe IV como um rei que favorecia as letras e todas as ciências e destaca sua afeição pela matéria de Portugal. As mercês oferecidas ao reino português mostram que a majestade

⁴⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Descrições e Representações de Lisboa (1600-1650)*. *Anais do Congresso O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1989, p.132-133.

cumpriu sua obrigação de honrar os Reis passados, que lhe deixaram o reino como herança através do seu sangue. Sousa de Macedo acredita que seu trabalho será bem recebido e beneficiado pelo rei, como foram as publicações de outros autores sob o reinado filipino. E também espera contar com seu apoio nas futuras produções⁴⁸.

A aprovação real representava para o autor a possibilidade de conquistar graças e mercês em difíceis tempos de rei ausente, garantia o patrocínio e a proteção às tiragens do livro e ainda tornava seus trabalhos bem vistos pelo público-leitor. Para o monarca, conceder patronato era igualmente importante à medida que criava uma imagem positiva do seu governo, tornando-o reconhecido como defensor das artes, e aliciava partidários para o regime hispânico. Apesar de se tornar anos depois um dos principais defensores da Restauração, António de Sousa de Macedo apresentava-se na sua tenra idade como mais um dos aliados dos Filipes, como se pode inferir na sua dedicatória. As dedicatórias presentes nas descrições dos autores analisados (e até mesmo nos outros livros por eles publicados) permitiram à pesquisa de dissertação refletir sobre a cultura letrada da época, em especial as estratégias incutidas pelos autores e pelos grupos os quais estavam filiados.

As dedicatórias foram muitas vezes ignoradas nas análises históricas como se fossem um gesto de retórica vazio, diz Harry Sieber. O historiador utiliza essas inscrições para entender o sistema de patrocínio que sustentou a produção literária na época moderna, particularmente na Espanha. Tanto nos grandes centros regionais, como Sevilha, Tolledo, Valladolid e Valência, quanto nas dezenas de cidades castelhanas menores, a cultura literária contou com o apoio de uma variedade de patrocinadores na segunda metade do século XVI. Em ocasiões especiais para a cidade, o incentivo financeiro oferecido pelos magnatas locais, funcionários clericais e pelos governos municipais à produção de tratados, histórias, genealogias e dramas tornava-se ainda maior. Assim, durante o reinado de Filipe II, era comum homens letrados se tornarem escritores itinerantes ou mesmo empregados de uma grande família nobre ou de algum clérigo poderoso. Situação que se reverteria com Filipe III, quando poetas, dramaturgos, romancistas e historiadores passaram a se reunir principalmente em torno desse monarca para atender as demandas da sociedade de corte que estava se formando. A corte tornou-se então a principal fonte de patrocínio para todos os escritores que se mostrassem capazes de integrar a sua dinâmica, seus protocolos e suas linguagens.

⁴⁸ MACEDO, Antonio de Sousa. Señor. In: *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

Sendo que, as dedicatórias se mostraram ser mais uma das formalidades dessa sociedade cortesã e um trampolim para alçar posições sociais⁴⁹.

Harry Sieber diz sobre o caráter utilitário que existe por detrás dos trópicos retóricos da prosa dedicatória. Ao oferecer sua obra, o autor se beneficia do prestígio de alguém rico, poderoso e considerado de bom gosto. Em contrapartida, aquele que recebeu a dedicatória conquista uma imagem positiva perante a sociedade. O historiador diz ainda que, por mais que não existisse uma obrigatoriedade na recompensa, havia uma aliança tácita que foi pensada para garantir a gratificação do escritor e comprovar o poder do patrono. Muitas vezes as relações entre escritor e patrono foram fundadas em interesses em comum entre amigos, ligações familiares e na partilha dos mesmos propósitos políticos, sociais e econômicos. O ideal para um homem das letras seria encontrar um patrono endinheirado e influente o suficiente para aproxima-lo do rei, principal financiador da produção literária naquele momento⁵⁰.

O incentivo oferecido pelo rei não se limitava a mecenas cultural, configurava-se antes como uma importante estratégia política capaz de produzir uma retórica de superioridade e propagandear a coroa, além de integrar as formas de coerção suave e violência, seguindo a perspectiva foucaultina. Essa prática também teria sido adotada pelas casas aristocráticas. Fernando Bouza Álvarez diz que, por mais que os modelos régios e seus usos políticos tivessem lhe servido de referência, os interesses concretos teriam feito a nobiliarquia desenvolver formas próprias de patrocínio ou consumo cultural e consigo intencionalidades específicas. O historiador também não descarta que o mecenas praticado tanto pela realeza como pelos grandes senhores poderiam ser feito pelo simples desfrute e distração. Muito embora, levando-se em consideração o patronato literário, a habilidade de leitura oferecesse distinção e fizesse parte do estatuto régio e aristocrático. Além disso, não eram muitos aqueles que dispunham de recurso para investir em poetas, dramaturgos, cronistas e autores em geral⁵¹.

A primeira edição de *Livro das Grandezas de Portugal*, datada em 1620, a dedicatória faz uma homenagem a Pedro d'Alcaçova⁵². Em sua longa vida, ele recebeu

⁴⁹ SIEBER, Harry. The magnificent Fountain: Literacy Patronage in the Court of Philip III. *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*. 1998, p.85-116.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ ALVAREZ, Fernando Bouza. Realeza, Aristocracia y Mecenas. [Del ejercicio del poder modo calamo]. In: EGIDO, Aurora, y LAPLANA, José Enrique (eds.). *Mecenas y Humanidades en tiempos de Lastanosa. Homenaje a Domingo Ynduráin*. Zaragoza: IFC – IEA, 2008, p.69-88.

⁵² OLIVEIRA, Nicolau de. Dedicatória. In: *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Régia, 1804.

o título de Primeiro Conde das Idanhas e fez parte do Conselho Régio. Faleceu em 1593 com quase oitenta anos, sendo ministro por mais de cinquenta anos. Sua nobre carreira perpassou a Dinastia de Avis, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, chegando a alcançar a Dinastia dos Áustrias⁵³. A dedicatória também faz referência ao seu filho António d'Alcaçova. Certamente, guiado pelo objetivo pessoal de reforçar a própria imagem, este nobre tenha se empenhado em recuperar a memória gloriosa de seu pai, oferecendo alguma espécie de recurso para Frei Nicolau de Oliveira.

O religioso escreve que o Senhor Pedro d'Alcaçova foi um grande benfeitor da Santíssima Trindade, mosteiro no qual o autor professou e que lhe deve sempre respeito. Juntamente com seu filho e o pai de Sua Majestade, dignos de mesma estima, teria patrocinado a Capela do Santíssimo Sacramento. A inscrição de Nicolau de Oliveira ainda contempla Filipe III, então monarca português, pela singular generosidade que mostra ao monastério e pela grandeza e liberalidade com que faz o serviço e as festas. Por essas razões também lhe oferece as primícias do seu trabalho, esperando que Sua Majestade defenda e ampare seu escrito. Por fim, o autor roga a Santíssima Trindade para que o guarde e o faça prosperar por largos anos⁵⁴.

Antes, em 1612, após publicar seu livro mais conhecido, *Do Sítio de Lisboa*, que não apresenta nenhuma dedicatória em sua versão original, Luís Mendes Vasconcelos terminou de escrever *Arte Militar*. Este livro teria lhe tomado quase quinze anos de trabalho e foi dedicado a ninguém menos que o Marquês de Castelo Rodrigo, comendador-mor de Alcântara, gentil homem da Câmara e do Conselho de Estado, vice-rei e capitão geral de Portugal⁵⁵. Essas titulações foram obtidas por Cristovão de Moura e Távora como recompensa aos serviços prestados aos reis Filipes. Ele foi um dos nobres mais influentes de sua época, sua participação teria sido decisiva nas negociações sucessórias entre o reino português e o Império Hispânico.

Se já não fosse o bastante, Cristovão de Moura foi vice-rei de Portugal em mais de uma ocasião, o primeiro mandato foi entre 1600 e 1603 e o segundo, 1608 e 1612, ambos foram marcados por controvérsias. Embora fosse natural do reino, sua nomeação foi recebida com antipatia pelos portugueses por não ser membro da família real. Os cargos de vice-rei e governador foram criados como estratégia para suprir

⁵³ TORRES, João Romano. *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III*. 1904-1905, p. 945-946.

⁵⁴ OLIVEIRA, Nicolau de. In: *Loc.cit.*

⁵⁵ VASCONCELOS, Luís Mendes de. Al Marquês de Castelo Rodrigo. *Arte Militar*. Impressa no termo d'Alenquer. Na quinta do Mascotte : por Vicente Alvarez, 1612.

simbolicamente a ausência do monarca em seus diferentes domínios. Em alguns deles, era exigido que o primeiro cargo fosse ocupado exclusivamente por membros da família real, o que nem sempre era possível. Segundo Fernando Bouza Álvarez, os portugueses encararam a nomeação de Cristovão de Moura como uma violação do Estatuto de Tomar, documento inaugural da União Ibérica. Em seus autos, os monarcas espanhóis juraram preservar as leis, os foros e os costumes do Reino de Portugal, que ofereceu apoio e lealdade à dinastia como retribuição. O texto determinava que os cargos do reino fossem exclusivamente ocupados por nativos, requisito que Cristovão de Moura atendia. Contudo, ao empossar alguém que não era um príncipe de sangue real para governar, o monarca acabava por degradar a autoridade de Portugal como reino autônomo. O historiador defende que somente a *semelhança* do monarca encarnada em algum membro da sua família era capaz de remediar a saudade daqueles que se tornaram súditos de um rei ausente⁵⁶. Essa rejeição a Cristovão de Moura tornou-se ainda mais intensa no seu segundo mandato, quando lançou pesados impostos no reino, que já passava por dificuldades financeiras. Mesma época em que Luís Mendes Vasconcelos lhe dedicou o livro.

Em suas próprias palavras, Luís Mendes Vasconcelos não se mostra preocupado em ser bajulador. O autor diz que era uma obrigação oferecer o fruto de seus trabalhos ao Marquês de Castelo Rodrigo, que, desde o início da Dinastia dos Áustrias, teria se mostrado um continuo protetor de Portugal. Além de intermediar a relação entre o reino e o monarca, Castelo Rodrigo garantiu que este não se descuidasse do seu governo em nenhum momento. E assim, por obrigação, todos os portugueses deveriam lhe dedicar as suas obras como forma de prestigiar os serviços que prestou ao reino. Luís Mendes Vasconcelos teria feito a sua parte ao lhe oferecer *Arte Militar* e esperava que Castelo Rodrigo continuasse com seu trabalho junto ao monarca com o mesmo empenho que até então tinha mostrado⁵⁷.

Obviamente, Luís Mendes Vasconcelos tinha claros objetivos pessoais ao escrever o livro e oferecê-lo a alguém ilustre como o Marquês de Castelo Rodrigo. *Arte Militar* foi a forma que o autor encontrou para explicar o fato de não conseguir um cargo ao deixar a milícia, o que poderia ter gerado dúvidas sobre a sua competência. Por ser uma figura conhecida e não ter controle sobre aquilo que as pessoas falam, o autor

⁵⁶ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Os vice-reinados de príncipes do Portugal dos Filipes. In: *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p.111-126.

⁵⁷ VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Loc. cit.*

temia que sua imagem ficasse comprometida. Portanto, Luís Mendes Vasconcelos escreve o livro para se justificar perante o seus pares e para demonstrar o seu domínio das matérias relacionadas à milícia. Nesse caso, a escrita também teria sido importante para preservar a reputação do autor, principalmente, perante a Casa Real a qual era filiado⁵⁸. O que reitera a função social e política da escrita naquele período.

Com relação a sua dedicatória, primeiramente, era interessante para o autor e sua obra estar ligado ao homem de confiança e principal representante do monarca em Portugal. A influência de Marquês de Castelo Rodrigo também poderia representar o estreitamento da sua relação com o monarca. Ainda, o apoio que manifestou ao governo desse vice-rei em meio a forte posição indicava o comprometimento do autor com as deliberações do monarca e daqueles que o representavam. Por outro lado, não se pode deixar de asseverar que uma dedicatória sobre os feitos e virtudes de Castelo Rodrigo contribuía para desconstruir a imagem negativa do seu governo, justificando qualquer patrocínio que possivelmente ofereceu a Luis Mendes Vasconcelos.

Cristovão de Moura demonstrava conhecer bem os meandros do sistema de patrocínio de tal modo que chegou a sugerir a Filipe II que era conveniente recrutar poetas espíões. De acordo com Fernando Bouza Álvarez, o futuro Marquês de Castelo Rodrigues – que também foi Secretário de Estado de D. Henrique I – deixou claro para o rei que o estabelecimento de uma relação com autores e artistas na época era algo que ia além da delgada linha do mecenato cultural, entrando em cheio na prática política. Seguindo as orientações de Cristovão de Moura, na conjuntura sucessória de 1580, antes mesmo da sua entronização em Tomar, Filipe II mostrou-se generoso com as gentes das letras, criando uma expectativa positiva com relação ao seu reinado. A atenção dispensada aos homens, e também mulheres, das letras pode ser ilustrada pelo interesse que o novo monarca mostrou pela figura de Luis de Camões. Ser reconhecido como um admirador do grande poeta português não deixava de ser uma propaganda para Filipe II, melhor ainda ser evocado como “Rey de tan grande ingenio”. O historiador destaca nessa atitude a notoriedade do ilustre escritor, bem como a realidade em que estava inserida, a formação de uma comunidade de autores e leitores em meio ao crescimento da imprensa, um século e meio após sua aparição. Pode-se ainda fazer que, Filipe II não dispensou esforços para se tornar o monarca de Portugal⁵⁹.

⁵⁸ VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Al Leitor*. *Op. cit.*

⁵⁹ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010, p.11-22.

Na primeira edição de *Arte Militar*, encontra-se ainda anexado um alvará emitido pelo próprio Filipe III. Nesse alvará, o rei dá provisão ao pedido de Luis Mendes Vasconcelos, identificado como fidalgo da sua casa, de ter exclusividade na impressão e venda de sua obra. Por ser grande e ter várias estampas, o autor não conseguiria repor o custo do livro caso outras pessoas participassem da sua distribuição⁶⁰. Foi muito comum encontrar nos escritos da época acusações contra os impressores e livreiros, revelando que a relação entre os autores e eles nem sempre era amistosa. As principais queixas dos autores são as alterações feitas pelos editores ao texto original e a venda realizada pelos livreiros sem seu consentimento⁶¹.

Segundo Fernando Bouza Álvarez, em um primeiro momento, a imprensa teria sido bem recebida pelos autores. A invenção da cópia tipográfica revolucionou o consumo dos livros, mostrando-se desde o início mais amplo que em cópia manuscrita. A imprensa não só publicava maiores quantidades de livros, mas também oferecia melhores preços de modo a torna-los mais acessíveis. Consequentemente, os autores tornaram-se mais conhecidos entre seus contemporâneos, o que incentivou outros a também ingressarem no ofício. Nesse momento, a imprensa representava aos autores a possibilidade de terem suas obras divulgadas e conquistar renome. Entretanto, o historiador diz que, à proporção que o livro foi se tornando um bem de consumo geral, algumas circunstâncias teriam desgastado a relação entre esses agentes⁶².

A primeira circunstância apontada por Bouza Álvarez foi a mercantilização, em outras palavras, livreiros e impressores queriam tirar o máximo de proveito econômico, o que resultou na perda da qualidade dos materiais empregados, além de ter gerado atritos com os autores. A relação entre os agentes do livro eram supostamente regulamentadas por sistema contratual que determinava, dentre outras coisas, a quantidade de tiragens e a qualidade dos exemplares. Mas na prática essas condições não eram respeitadas. Os autores perdiam o seu direito a impressão e tinham como único privilégio possuir a impressão original, que seria concedida à coroa. E às vezes esse direito também lhe era privado. Deste modo, a relação era marcada por submissão por parte dos autores para que sua obra fosse publicada⁶³.

⁶⁰VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Loc. Cit.*

⁶¹ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en Siglo de Oro. *Cuadernos de História Moderna*. Universidade Complutense. Madrid, nº18, 1997.

⁶² *Ibidem*. p.34-35.

⁶³ *Ibidem*. p.35.

Outra circunstância foi a padronização da escrita. Por um lado, a imprensa teria contribuído para fixar uma ortografia que não era muito respeitada pelas transcrições. Por outro lado, influenciado pelas orientações editoriais, os corretores mudavam os aspectos gráficos do livro, chegando a até mesmo variar o título e o próprio texto, algumas vezes através de erratas. Apesar das modificações efetuadas pelos corretores, a culpa pelos erros textuais recaía sobre os autores, o que não ocorria no sistema de cópias manuscritas por sua variedade de versões, conforme Fernando Bouza Álvarez. O autor moderno passa então a se preocupar com as intromissões, ou erratas, que eram feitas no seu texto⁶⁴.

Por fim, o historiador não poderia deixar de discutir as dedicatórias, que ele considera fundamentais para o entendimento da história da imprensa. As dedicatórias podem ser entendidas como um elogio ao poder ou um instrumento encontrado pelo poder para demonstrar a sua influência e também como uma iniciativa que visava conseguir financiamento para a impressão. O que seria certo são os benefícios que trouxeram tanto para os nomes e brasões que essas obras eram oferecidas, quanto para os autores. As oportunidades proporcionadas pelas dedicatórias foram discutidas por alguns escritos de época; outros denunciavam que essas inscrições impediam que a verdade fosse dita, como teria feito António de Sousa de Macedo.

Ao discutir sobre a forma com que a história era escrita no seu tempo, em seu livro *Eva e Ave ou María Trinfante*, publicado pela primeira vez em 1576, Sousa de Macedo observa que a bajulação feita aos poderosos poderia representar um obstáculo para a narração da verdade e a impressão, por mais que benefícios que tenha trazido com a ampliação da difusão dos textos, teria aumentado esse tipo de inconveniente. O autor português pondera que as histórias antigas mais confiáveis seriam aquelas que foram menos divulgadas, acabando por estabelecer uma relação inversa entre a difusão e o grau de verdade dos textos⁶⁵. Ironicamente, seu único livro de temática religiosa teve enorme repercussão. Foram cinco edições portuguesas na época, impressas por Antonio Craesbeeck de Mello em 1676, Miguel Deslandes em 1700, Oficina de Deslandesiana em 1711, Paschoal da Silva em 1716 e por Antonio Pedroso Galvão em 1720. *Eva e Ave ou María Trinfante* ainda ganhou uma versão espanhola feita por Diogo Soares de

⁶⁴ *Ibidem*. p.36

⁶⁵ *Ibidem*. p.49-50.

Figueirôa em 1731⁶⁶. Sendo que foram incorporadas dedicatórias em alguma dessas edições prestigiando os senhores que empregaram recursos para a execução da impressão. Críticas às práticas abusivas dos livreiros e editores à parte, a imprensa teria de fato se convertido em um instrumento de triunfo do autor e do poder moderno, como bem concluiu Fernando Bouza Álvarez⁶⁷.

Em Portugal, estima-se que durante a União Ibérica foram impressos mais de 486 obras, um número expressivo considerando que desde a invenção da imprensa até o período em questão só haviam sido publicadas em seu território 182 livros. Dentre essas obras houve 36 edições de Camões. Esses dados estatísticos apresentados por Rebelo da Silva em seu livro *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* nos permitem refletir sobre o crescimento de uma cultura letrada lusa mesmo em tempos de influência estrangeira. Camilo Castelo Branco, no segundo volume do *Curso de Literatura Portuguesa*, também recorre aos números supracitados para dizer que, diferentemente do consenso, o período dos “reis intrusos” foi marcado por um incentivo à publicação. Segundo o literato, o incentivo permitiu que fossem escritos em Portugal mais livros e de erudição superior aos escritos pelas gerações anteriores, excetuado a obra prima de Camões⁶⁸.

Ana Paula Torres Megiani sublinha que a agregação de Portugal ao Império Hispânico não teve apenas implicações políticas, mas também sociais e culturais. No tempo dos Filipes, a imprensa ampliou a circulação de leis, regimentos e ideias, que, antes restritos aos ambientes cortesãos, passaram a interagir em diferentes espaços, até mesmo nas terras além-mar. O incentivo que foi oferecido às atividades de impressão foi importante para a integração da monarquia católica. Os textos e documento oficiais que passaram a circular, assim como os relatos de combates, festas e entradas régias, determinavam padrões e formas em comum, estabelecendo um vínculo entre as instituições de poder e administração e os súditos dos mais diferentes reinos. Além disso, a transmissão da imagem do rei e das propagandas régias por meio de objetos impressos, de certo modo, compensava a sua ausência física, em outras palavras, a forma que o monarca encontrou para se fazer presente. Em decorrência disso, qualquer texto que fazia referência a sua administração representava ao seu autor a possibilidade

⁶⁶ *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 vol., 1858-1923, p.276.

⁶⁷ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Loc. cit.*

⁶⁸ CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d. p.49.

de adquirir graças e mercês, tão difíceis de serem concedidas e muito disputadas em uma corte sem rei. E aos impressores, novas propostas de vinculação⁶⁹.

AUSÊNCIA REAL.

Quando Portugal foi incorporado à monarquia hispânica, Lisboa deixou de ser sede da corte régia já que os reis Filipes não teriam optado por residir ali. Fado que teria sido compartilhado por outros reinos e províncias agregados a esse vasto império. A resposta que as corte teriam oferecido à ausência do rei foi similar. Um conjunto de textos foi escrito exigindo a presença permanente do principado ou proclamando as excelências da cidade. As descrições de Lisboa feitas no princípio do século XVI teriam compartilhado dessa finalidade. Seus autores exaltavam o reino português, em especial Lisboa, na expectativa de convencer o monarca sobre a mudança da sede da corte e da capital do Império para a cidade.

A monarquia nesse momento ainda se mostrava indecisa com relação à escolha de uma cidade ibérica para fixar a capital. Valladolid por muito tempo teria desempenhado funções políticas-administrativas próximas à de uma capital. No entanto, suas chances de se firmar nesse posto teriam sido minadas quando foram descobertas seitas hereges na cidade. Em 1559, a cidade foi então abandonada em benefício de Toledo, que fora na medievalidade uma das principais urbes espanholas e que estava muito bem localizada na região central do reino. Mas a decisão de transferir a sede da monarquia para Toledo não teria durado muito. Toledo possuía espaço e infraestrutura para acomodar a demanda populacional gerada pela corte e pela burocracia do reino. A próxima cidade eleita foi Madrid, onde a monarquia teria se fixado desde 1561. Não se sabe as razões que levaram a sua escolha, ao que parece a estadia da corte ali seria breve e foi se prolongando. Essa imprecisão com relação às razões que determinaram a sua escolha teria dificultado o reconhecimento de Madrid como capital. Sua capitalidade teria sido então recorrentemente debatida pelos diferentes reinos que compunham a monarquia hispânica, como por exemplo, pelos defensores da Lisboa Filipina em Portugal. Os debates teriam se tornado ainda mais acirrados depois da curta passagem

⁶⁹ MEGIANI, Ana Paula Torres. O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. *Relações Luso-Brasileiras. Revista Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 19, 2002, p.47-50.

da corte de Madrid para Valladolid entre 1601 e 1606. Nessa ocasião, a monarquia abriu caminho de fato para uma possível mudança da capital.

Os esforços empreendidos pelas cidades para estabelecer uma relação mais próxima com o monarca teriam motivações políticas e econômicas. Com perda da sua função de corte régia, Lisboa presenciou o esvaziamento dos hábitos e práticas cortesãs. Mesmo com a determinação de manutenção da casa real e a sua restrição a vassalal lusos, a corte perde o esplendor dos tempos em que era agraciada pela presença do rei, que conferiam sentido às relações simbólicas cotidianas. A ausência régia também comprometeu o funcionamento das Assembleias de Estados, ou Cortes, que eram eventos propriamente políticos que permitiam a participação política dos setores que compunham a sociedade portuguesa. Podemos dizer ainda sobre a dificuldade de aquisição de mercês e ascensão na trajetória de carreiras. Assim, os gastos que os nobres tinham em sua permanência na capital tornaram-se injustificáveis. Muitos optaram por se deslocar para os paços provinciais. Outros nobres tiveram como destino a distante e diferente corte madrilena, onde podiam pleitear honras e favores. Lisboa acabou por se transformar em uma simples capital de província.

Percebe-se que a ausência real é a principal tônica para se compreender o período da união dos reinos, que permanece ainda pouco estudado pela historiografia, sobretudo portuguesa. Aluminado por essa percepção, o próximo capítulo da dissertação discutirá mais a fundo como as descrições da cidade de Lisboa estavam associadas ao signo da ausência.

CAPÍTULO 2

LISBOA SEM REI

Conforme Antonio de Sousa de Macedo, alguns leitores consideraram que o tratado escrito por Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620), teria sido mais em descrédito de Lisboa que em sua honra, como pretendido pelo autor, posto que, tratando das grandezas da cidade, mostrou-se incapaz de dizer um décimo delas. Sousa de Macedo acredita que a dificuldade mostrada pelo tratadista deve-se a sua atividade eclesiástica que o fez desde muito moço recolher-se e assim se afastar de Lisboa. Mesmo com toda a clausura do monastério, Frei Nicolau conseguiu escrever algo sobre a cidade, se as qualidades não fossem tantas, isso não seria possível. Sousa de Macedo diz ainda que a única culpa do religioso foi se meter em uma empreitada que não era capaz de executar, mas que o amor à pátria o absorveria. O autor termina aconselhando aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer Lisboa a não utilizar o dito tratado como referência, ou qualquer outro, pois as grandezas da cidade não poderiam ser descritas⁷⁰. Lisboa deveria ser contemplada, especialmente por Sua Majestade.

O que teria motivado Frei Nicolau de Oliveira a fazer o tratado foi justamente oferecer um panorama àqueles que ainda não viajaram a Lisboa. Quando ficou hospedado em Sevilha, alguns cavalheiros e figurões da cidade vieram visitá-lo no Mosteiro. O clérigo praticou com eles diversas matérias, sendo que, por vezes, era inquirido sobre as coisas do Reino de Portugal, particularmente Lisboa. Perguntaram se a cidade era tão grande, tão famosa, e nomeada, e reconhecida em todo Império Hispânico por suas qualidades como Sevilha. Todos ficaram surpresos quando Frei

⁷⁰ MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, 1737, p.31.

Nicolau respondeu que Lisboa não apenas seria três vezes maior que Sevilha, como também poderia ser considerada a maior cidade da Espanha e até mesmo da Europa. A ignorância das visitas quanto às grandezas de Lisboa teria servido de estímulo à escrita de Frei Nicolau de Oliveira⁷¹. Membro da Ordem da Santíssima Trindade, o religioso atuou como visitador e conselheiro geral; deste modo, conheceu diversos lugares e pôde constatar a superioridade da cidade onde nasceu e morreu⁷². Entrementes, a partir de Antonio de Sousa de Macedo, pode-se inferir que o livro não teve a mesma aceitação do público que o precursor, *Do Sítio de Lisboa* (1608); tratado apontado como excelentíssimo e seu autor, Luís Mendes Vasconcelos, como alguém de ilustre sangue e entendimento⁷³.

A razão que despertou em Luís Mendes Vasconcelos o interesse de escrever o tratado, por sua vez, foi o fato de não consentir que as excelências de Lisboa fossem silenciadas, sendo estas mais dignas de todos de alta consideração. Ou antes, entendendo a importância da presença do Rei para Lisboa, mostrar a Sua Majestade que a cidade seria a mais qualificada para as coisas do mar, que possui provisões em abundância e as coisas mais preciosas do Mundo, e recreações para seu deleite, de modo a convencê-lo que Lisboa seria merecedora não somente da sua assistência senão que ainda de ser sede do Império Hispânico⁷⁴. Os Diálogos foram então escritos e impressos para um leitor em potencial, Filipe III. O autor acreditava que, passando de mão em mão, chegassem ao encontro de um nobre de espírito generoso que os apresentariam à Sua Majestade⁷⁵. E aquela era uma ocasião oportuna para se discorrer sobre uma possível mudança da corte para Lisboa dado que poucos anos antes ocorreu a passagem da corte de Valhadolid para Madrid e a *jornada real* de Filipe III ao reino português, postergada desde 1599, estava supostamente próxima de acontecer⁷⁶.

A presença do exemplar na biblioteca particular de Filipe IV sugere que a expectativa criada por Luís Mendes Vasconcelos para que os reis castelhanos conhecessem os Diálogos fora atendida. Localizada na Torre Alta de Alcázar, em

⁷¹ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p.XII.

⁷² *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 6 vol., 1858-1923, p. 289.

⁷³ MACEDO, Antonio de Sousa. *Loc.cit.*

⁷⁴ VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1803, p.III.

⁷⁵ *Ibidem*. p. IV.

⁷⁶ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p.178.

Madrid, essa coleção de impressos contava ainda com o tratado de Frei Nicolau de Oliveira⁷⁷. De certo, esses livros foram o de maior repercussão na época dentre aqueles produzidos para exaltar o reino português e convencer sobre a transferência da sede da corte e da capital do império para Lisboa. Ainda havia no acervo da Biblioteca Escorial livros sobre Lisboa produzidos em épocas anteriores, dentre os quais, *Urbis Olisiponis Descriptio* de Damião de Góis (Évora, 1546) e *Libro primero del espejo del príncipe cristiano* de Francisco Monzón (Lisboa, 1544). Se os Filipes não estavam dispostos a visitá-la, salvo uma curta estadia em 1619, não faltaram oportunidades para ler sobre a principal cidade portuguesa. Elogiada e admirada por insígnos autores espanhóis, como Cervantes, Gracián, Lope de Vega e Molina, seus escritos também estavam em pauta nas tipografias⁷⁸. Essas obras seriam relegadas pelas gerações pós-1640 por não serem declaradamente antifilipinas e assim consideradas favoráveis à União das Coroas, de acordo com Ana Paula Torres Megiani.

A historiadora brasileira argumenta que de fato não estaria evidente nesses textos uma crítica à hegemonia espanhola, refutando aqueles que os interpretaram como forma de resistência e insatisfação dos grupos letrados lusos ou como manifestação de um incipiente nacionalismo; muito menos devem ser apontados como partidários da monarquia filipina. Torres Megiani entende que os discursos construídos na época revelam, primeiramente, uma tentativa de restituir uma ordem perdida e superar um estado de consternação. O Portugal dos grandes feitos marítimos e conquistas submerge-se pouco a pouco a condição de província espanhola. Desta sorte, os contemporâneos acreditavam que a escolha de Lisboa como capital significaria ter a presença de um célebre imperador e uma posição de prestígio no cenário europeu novamente. Outra variável importante é o desejo de solucionar o esvaziamento dos hábitos e das práticas cortesãs. Mesmo com a determinação de manutenção da casa real, desde a partida de Filipe II em 1583, a corte tinha sido privada da presença daquele que conferia sentido às relações simbólicas cotidianas, o rei. Por fim, os textos refletiriam um ambiente de crise típico da cultura barroca⁷⁹.

A rápida visita de Filipe III em 1619 não foi capaz de remediar o incomodo gerado por anos de abandono. Desta forma, os escritos que faziam apologia a Portugal e

⁷⁷ O acervo da Biblioteca Escorial de Filipe II também possuía uma variedade de livros produzidos antes da União Ibérica que discutiam Lisboa, dentre os quais, *Urbis Olisiponis Descriptio* de Damião de Góis (Évora, 1546) e *Libro primero del espejo del príncipe cristiano* de Francisco Monzón (Lisboa, 1544).

⁷⁸ *Ibidem*. p. 165-166.

⁷⁹ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004, p.54-57.

sua principal cidade continuaram em voga⁸⁰, dentre os quais, *Flores de España. Excelências de Portugal*, publicado por António de Sousa de Macedo em 1631, no reinado de Filipe IV. O autor elucida que, embora o título reporte a todo Império Hispânico, o livro abrange apenas as matérias lusas. A escolha por utilizar “Flores de España” na inscrição deve-se ao fato de Portugal ser o reino mais importante da Espanha; sendo assim, tecendo sobre as qualidades portuguesas, estaria também fazendo referência às espanholas, *pars pro toto*. As Excelências de Portugal, indubitavelmente, seriam as Flores de Espanha e, como todas as flores, buscaria a sobre da mais bela e perfeita, a majestade⁸¹. Sousa de Macedo quer persuadi-lo, em castelhano, a amparar e integrar as perfeições portuguesas.

Quer exigindo a presença permanente do principado, quer proclamando as excelências da cidade, Fernando Bouza Álvarez diz que a resposta oferecida à falta de assistência do rei foi similar àquelas manifestas por outras cortes em mesma situação, algo recorrente. Um exemplo de grande repercussão na história da imagem mítica da cidade foi a mudança da corte papal para Avignon, processo desastroso para Roma que resultou em formulações que destacavam a condição de centro do mundo e as maravilhas da cidade, edifícios e eventos religiosos; além de associar o infortúnio romano ao babilônico. Pode-se citar ainda a própria Madrid que foi abandonada no limiar do século XVII a favor de Valladolid; do mesmo modo, Toledo cedeu lugar àquela em 1561⁸².

Aliás, a escolha de Madrid como a capital da monarquia espanhola foi uma decisão política paulatina e não premeditada. Quando transferiu sua corte para a cidade, em detrimento de Toledo, Filipe II acreditava que sua estadia ali seria breve, assim como tinha sido a passagem dos reis de Castela pelas principais cidades do reino, que esperavam também ser eleitas. No entanto, a manutenção de uma corte transeunte não era mais possível em uma monarquia com semelhante dimensões geográficas. A dificuldade de governar um império com tantos domínios contínuos e descontínuos que requeriam decisões diárias estimulou o rei a manter sua corte em Madrid e administrar a partir da cidade. Era preciso evitar também as disputas que acontecia entre as comunidades à medida que cada qual se considerava a mais digna de sediar a corte.

⁸⁰O livro de Luis Mendes Vasconcelos e a *Descrição do Reino de Portugal* (1610), cuja autoria é atribuída a Duarte Nunes de Leão, foram os únicos textos do gênero anteriores à jornada real a Portugal.

⁸¹ MACEDO, Antonio de Sousa. Ao Lector. In: *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, 1737.

⁸² BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Op. Cit.* p.162.

Pouco a pouco, com um pequeno percalço entre 1601-1606, na ocasião da passagem por Valladolid, a cidade foi se tornando referência como capital e sede da corte. Processo que constituiu uma etapa importante da política imperial dos filipes, como será desenvolvido no tópico a seguir⁸³.

MADRID: VILA, CORTE E CAPITAL DO IMPÉRIO HISPÂNICO.

Por diversas ocasiões, Carlos V foi levado a afastar-se da Espanha para manter e proteger o império que havia sido deixado por seus avós, D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela. Desta forma, por mais que houvesse o projeto de um monarca permanente no reino espanhol, ainda não era um momento propício. A principal meta do seu governo era resguardar a herança dos reis católicos, conquistada, em contrapartida, por uma política de expulsão dos mulçumanos remanescentes da península ibérica e de expansão do seu poderio nos reinos europeus e América. As ocasiões em que esteve afastado não devem ser interpretadas como ausência régia visto que o imperador Habsburgo estava liderando os exércitos em defesa dos interesses do reino e a este o regresso era certo ao cessar dos conflitos, de acordo com Ana Paula Torres Megiani. A concretização dos planos de um rei presente na Península Ibérica – e, conseqüentemente, ausente nos demais domínios – ocorreria durante o reinado do sucessor, Filipe II⁸⁴.

Por muito tempo, Valladolid desempenhou funções político-administrativas próximas às exercidas por uma capital, sendo o centro de atividade real desde o reinado dos reis católicos. Os imperadores Habsburgo haviam sido coroados ali. Carlos V ficou cerca de um ano na cidade, tempo significativo considerando que o imperador não permaneceu em nenhum lugar que visitou. Seu filho Filipe nasceu e residiu em duas ocasiões na cidade, sendo que, entre 1543 e 1545, atuou como regente de seu pai. Desta forma, a alta nobreza reconhecendo a cidade como importante instância de poder alocou-se lá. As expectativas de Valladolid tornar-se terminantemente sede da corte real e capital da monarquia foram frustradas com a descoberta de hereges na cidade. Em

⁸³ BROWN, Jonathan, e ELLIOTT, John H. *A Palace for a King: The Buen Retiro and The Court of Philip IV*. Yale University Press, 2003, p.1-2; MONTOLIU, Pedro. *Madrid. Villa y Corte*. vol1. Madrid: Sílex, 1996, p. 87.

⁸⁴ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004, p.31-35

1559, Filipe II abandona-a em benefício de Toledo, principal urbe espanhola na medievalidade e localizada na parte central do reino⁸⁵.

Toledo não possuía espaço e infraestrutura para acomodar o contingente populacional gerado pela vinda dos membros da corte e da burocracia. Seu centro era reduzido com ruas e prédios dispostos desordenadamente e a cidade não possuía provisões e água suficientes. Além disso, a vida social dos cidadãos ainda era influenciada pelo clero e não se ajustava com os hábitos e práticas de uma corte secularizada e que buscava um ambiente mais cosmopolita. Esses inconvenientes ficaram evidentes ao longo dos meses que a corte esteve na cidade. Porém não era mais possível voltar a Valladolid cujo centro havia sido destruído por um incêndio em 1561. Filipe II foi então impelido a escolher uma localidade aleatória como capital. A eleita foi Madrid que até então era uma cidade pequena, pouco habitada e um tanto quanto monótona, a corte já tinha estado lá de 1551 a 1553⁸⁶.

Antes, Madrid havia sido visitada por Carlos V em 1525. A chegada do Imperador à cidade foi marcada por decepção de ambas as partes, conforme Pedro Montoliu. Enquanto Madrid mostrava-se desapontada com o fato de em quatro anos de governo o monarca não ter ainda feito corte ali. Ele não entendia a razão que levou seus antecessores a passarem longas temporadas naquela cidade. Era um período de instabilidade política e social, Madrid assumira uma posição contrária ao do Imperador na rebelião protagonizada pelas comunidades de Castela e precisou ser ocupada pelas tropas reais. Quando Carlos V chegou à cidade a revolta comuneira havia sido reprimida de tal maneira que foi recebido com grande alegria e a mesma fidelidade oferecida aos reis anteriores. As cortes do reino foram convocadas em 1528 para que seu filho Filipe fosse jurado como Príncipe de Áustrias. E foram novamente celebradas em 1534, quando o monarca aceitou a petição feita pelos regedores da cidade e outorgou-lhe o título de *Villa Imperial y Coronada*, autorizando também que sobre seu escudo estivesse uma coroa real. Desde então, a influência de Madrid foi se ampliando⁸⁷.

Não se sabe ao certo as razões que o levaram a eleger Madrid como capital. Seu sítio possuía algumas qualidades, ainda que singelas. Embora seus invernos e verões fossem rigorosos, Madrid não era muito chuvosa. Dispunha de grande quantidade de madeira. E, sua água era salubre e em abundância. Contudo, essas qualidades não teriam

⁸⁵ BROWN, Jonathan, e ELLIOTT, John H. *Op.cit.* p.1.

⁸⁶ KAMEN, Henry Arthur Francis. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.263-265.

⁸⁷ MONTOLIU, Pedro. *Op.cit.* p. 85-86.

motivado a escolha do monarca. Segundo Jonathan Brown e John H. Elliot, a única vantagem da cidade com relação às outras que pode ter pesado na decisão real era sua posição no centro da península⁸⁸. Já Henry Kamen, biógrafo de Filipe II, afirma categoricamente que a localização central do sítio em nada influenciou em sua escolha, que foi definida pela proximidade das residências reais aos locais de caça, tornando possível planejar o crescimento da capital e construir palácios nos arredores. Filipe II nunca gostou do ambiente citadino, as residências que desenvolveu eram voltadas para o campo onde estava a sua principal fonte de lazer, a caça⁸⁹.

Ao longo do século XVI, as monarquias européias determinaram pouco a pouco uma cidade-capital para dirigir o reino e ser residência da família real e sede das instituições que assessoravam o governo. Sendo que, a escolha da cidade-capital era regida por uma centralidade natural adquirida por questões geoestratégicas, econômicas e/ou históricas. Não obstante Madrid possuir clima agradável e terrenos boscosos e a corte ter estado ali algumas temporadas; não passava de uma vila sem importância cuja história e economia não se sobressaíam no conjunto das cidades castelhanas. Desta forma, a imprecisão com relação aos motivos que levaram Filipe II a escolher Madrid (que acompanha os autores até os dias de hoje) dificultou o reconhecimento da cidade como capital. Por muito tempo a capitalidade de Madrid seria debatida, não somente pelos espanhóis, mas também pelos outros reinos que compunham essa monarquia heterogênea, dentre os quais, Portugal e os defensores da Lisboa Filipina. Entretanto, a capital deveria estar em Castela onde havia as maiores arrecadações e os homens mais importantes⁹⁰; de modo que, Lisboa não chegou a protagonizar a guerra pela capitalidade, vivenciada por Madrid e Valladolid em sua plenitude.

Tão logo decidiu transferir-se para Madrid, Filipe II acelerou as reformas de ampliação e melhoramento das vias que estavam sendo feitas desde a década de 1540 em um pequeno palácio, outrora usado por governantes castelhanos. O palácio se transformaria na residência real de Alcázar, para onde o monarca se mudaria com sua corte. As reformas contaram com a participação de artesãos italianos, que estilizaram a arquitetura do prédio, e as intervenções do monarca. Seu critério técnico e estético na

⁸⁸ BROWN, Jonathan, e ELLIOT, John H. *Op. cit.* p.2.

⁸⁹ KAMEN, Henry Arthur Francis. *Op. cit.* p.264,267.

⁹⁰ ADÁN, José Cepeda. El Madrid Cultural en la España de Filipe II. *Madrid. Revista de Arte, Geografía e Historia*. Comunidad de Madrid, nº1, 1998, p. 21-46.

construção das residências da coroa tirou a arquitetura espanhola de uma situação de desprestígio e atraso, particularmente com relação à Itália e aos Países-Baixos⁹¹.

A itinerância real até meados do século XVI impediu que as ideias renascentistas que há muito tempo circulavam nas principais cortes nobres e principescas europeias adentrassem na monarquia espanhola, retardatória no conjunto de outras cortes. A elite espanhola tinha pouco rebuscamento intelectual e não estava apta a colaborar na construção de uma cultura cortesã competitiva. Desta forma, Filipe II convocou humanistas para reformarem os currículos das universidades e levantar todo conhecimento adquirido ao longo dos anos, especialmente o que foi produzido por historiadores e cronistas sobre as Índias; manteve as fronteiras relativamente abertas de modo a permitir o intercâmbio cultural sem se descuidar com a heresia; e patrocinou diversos cientistas, técnicos, autores e artistas, que aproveitando o livre acesso visitaram o reino⁹².

A determinação de uma casa real insigne e o estabelecimento de um expediente próprio de serviços para integrar as elites foi uma prática política utilizada pelas monarquias desde a baixa Idade Média para conferir identidade às dinastias e legitimidade sobre os reinos dominados. Mesmo prezando pela originalidade, as casas reais costumavam ter departamentos e estruturas similares⁹³. A construção dos imponentes alcáceres de Toledo e principalmente de Madri foi importante para a afirmação da dinastia Habsburgo, ou dos reis Áustrias, bem como o protocolo cortesão que foi praticado nesses espaços e para além deles, a cidade também estava integrada à dinâmica dos palácios.

Jonathan Brown e John H. Elliott comparam a corte do Rei da Espanha a um grande teatro em que a casa real seria o palco e o ator principal o rei. Ele estaria em todos os atos da peça contracenando como um número expressivo de atores, os nobres que lhe servem, oficiais e ministros. Cada cena teria detalhes que deveriam ser rigorosamente seguidos pelos atores que representam o polimento e a disciplina às regras de etiqueta. Seu maior diretor foi Conde-duque de Olivares, formado na corte de Sevilha, renomado teatro urbano. A vida cortesã teria sido introduzida ainda durante o reinado do Imperador Carlos V, quando foi adotado o mesmo modelo de cerimônia e de organização utilizado na Borgonha e quando surgiram os primeiros códigos de etiqueta,

⁹¹ *Ibidem*. p. 262.

⁹² KAMEN, Henry. *Op. cit.* p. 265-266.

⁹³ MILLÁN, José Martínez. La Corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studios históricos, História Moderna*. Ediciones Universidad de Salamanca, 28, 2006, p 35.

regulamentando as funções cerimoniais, e as obrigações, renumerações e gratificações de cada servidor. Entretanto, foi apenas no século XVII que a corte espanhola ganhou visibilidade dentre as demais europeias. O segredo do sucesso estava na sua excessiva formalidade e a forma como combinava o muito público e o muito privado, isto é, os protocolos e etiquetas eram rigorosamente procedidos quer quando o monarca se apresentava para mundo quer quando estava cercado apenas por seus funcionários mais próximos⁹⁴.

As primeiras iniciativas de dotar a corte e a casa real um modo de serviço singular, com protocolos, etiquetas e características próprias (que a fariam ser reconhecida na centúria seguinte) aconteceram também no reinado de Filipe II. E faziam parte de um conjunto de ações que visavam oferecer mais identidade à monarquia católica, tal como a reforma dos conselhos e a estabelecimento do sistema polissinodal. A monarquia católica era uma entidade política plural que aglutinava diversos reinos (Aragão, Navarra, Castela, Borgonha, Nápoles, Sicília e Portugal) politicamente articulados entre si a partir de suas casas reais; sendo que, até então, eram igualados apenas pelas circunstâncias de ter o mesmo rei (ausente) e religião. Porém, as renovações seriam observadas apenas na gestão do sucessor, que deu prosseguimento à sua política. O ímpeto de Filipe III em reformular a Monarquia, e sua casa real, foi assinalado com a transferência da corte para Valladolid, e depois o regresso para Madrid⁹⁵.

A exemplo do que ocorrera na Lisboa dos Filipes, durante a mudança da corte para Valladolid, surgiram escritos que descreviam as excelências de Madri na expectativa do regresso da corte e lamentavam o desamparo real. Em *El buen repúblico* (1611), Agustín de Rojas retrata o estado de abandono dos seus opulentos prédios e ruas após a partida de corte régia. Outro escrito importante é os memoriais de Alfredo Alvar dirigidos a Filipe III que em um primeiro momento defendiam a permanência da corte régia e depois da sua partida, o regresso para Madrid. Para tal tarefa, o autor construiu uma teoria sobre qual a localização ideal para uma corte, sendo influenciada pelas discussões de Vitruvius, Alberti e Botero. Pode-se dizer ainda sobre o trabalho de Francisco Pereda dedicado aos milagres da Virgem de Atocha, padroeira de Madrid.

⁹⁴ BROWN, Jonathan, e ELLIOTT, John H. *Op. Cit.*p.31-32.

⁹⁵ RODRIGUEZ, Manuel Rivero. Una monarquía de casas reales y cortes virreinales. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José, VISCEGLIA, M^a Antonietta. *La monarquía de Felipe III: los reinos (vol. IV)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008, p.31.

Embora publicado em Valladolid no ano de 1606, a obra intitulada *Historia de la Santa y devotissima imagem de Nuestra Señora de Atocha Patrona de Madrid. Dirigido a la muy noble y muy leal Villa de Madrid* proclama as excelências da cidade⁹⁶.

Madrid tornou-se efetivamente residência do Monarca e sua família, centro político-administrativo do império espanhol e referência na transmissão de um padrão de comportamento cultural, social e artístico. As elites políticas e sociais dos mais diferentes reinos que compunham a monarquia católica foram atraídas para a cidade, onde podiam articular entre si. Desta forma, a definição de Madrid como sede da corte régia teve um papel importante na governabilidade da monarquia à medida que contribuiu para a captação dos grupos nobiliárquicos, gerou entre estes interesses compartilhados e fabricou vínculos e sentimentos de lealdade, minimizando as tensões. No entanto, é preciso reavaliar a permeabilidade dos súditos não castelhanos na corte em questão, como proposto por Mafalda Soares da Cunha. Muitos nobres foram à capital espanhola apenas para defender seus interesses particulares, mostrando descaso nas matérias coletivas (de dimensão imperial) e obstinação nos discursos sobre as mazelas de um rei ausente. Sendo necessário que a monarquia desenvolvesse outras estratégias, como a concessão de títulos e o incentivo ao matrimônio entre a nobreza dos territórios⁹⁷.

Apontado por Filipe III, em um alvará anexado na primeira edição do livro *Arte Militar* publicada em 1612, como fidalgo da sua casa⁹⁸, Luis Mendes Vasconcelos foi um dos titulados que, não obstante se beneficiar da corte régia e estar em condições de receber mercês régias, mostrou empenho para convencer o monarca que Lisboa era digna da sua assistência. A ambição de ver a prima cidade portuguesa sede da corte régia e capital do império espanhol foi vivenciado por todos, desde aqueles que permaneceram em Portugal nas cortes provinciais até aqueles que se transferiram para Madrid, de fidalgos até letrados e poetas. Afinal, Lisboa era portuguesa⁹⁹. E a importância da cidade no imaginário do reino, embora tenha desenvolvido na proporção em que ocorreram os primeiros feitos e conquistas marítimas, tornou-se paradoxalmente mais vívida no período filipino, quando o rei deixou de residir-la.

⁹⁶ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Op. Cit.* p 163.

⁹⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640 Práticas Senhoriais e redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982,p.209.

⁹⁸ VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Arte Militar*. Impressa no termo d'Alenquer. Na quinta do Mascotte : por Vicente Alvarez, 1612, p.121.

⁹⁹ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.100.

O DESCOBRIMENTO DE LISBOA.

Em meados de Quinhentos, Damião de Góis atribuiu a Lisboa e a Sevilha o título de “senhoras e rainhas dos Oceanos” por exercerem gerência e domínio sobre todas as navegações que se processavam no Oriente e Ocidente. Na partilha dos Mares, Lisboa estabelecia domínio sobre a parte do Oceano que começava pela embocadura do Tejo e perpassava o circuito marítimo que envolvia a África e a Ásia, enquanto cabia a Sevilha a navegação que ocorria desde o rio Guadalquivir ao Novo Mundo. Mesmo reconhecendo a importância da segunda cidade, especialmente pela descoberta das terras além-Atlântico; naquela ocasião, o autor propunha uma descrição dos feitos da primeira. Até então nenhum autor teve a principal cidade portuguesa como objetivo específico do seu escrito, sendo *Urbis Olisiponis descriptio* (1562) o primeiro livro com esse escopo¹⁰⁰. O próprio Damião de Góis admite que a escrita sobre Lisboa tornou-se oportuna depois da descoberta do caminho marítimo para as Índias, quando a cidade adquiriu destaque no cenário europeu. Embora o desenvolvimento da urbe sempre estivesse atrelado ao mar e ao rio, Lisboa tornou-se reconhecida como uma cidade marítima e aclamada por essa qualidade (de modo a receber o título supracitado) somente após as iniciativas de expansão. Portanto, ao escrever sobre a situação e o estado da cidade de Lisboa, Damião de Góis sugere analisá-la a partir da lógica dos Descobrimentos¹⁰¹.

Renata de Araujo relaciona as transformações vivenciadas por a Lisboa de limiares do século XVI, momento de concretização das expansões marítimas, aos efeitos de um “terremoto”. Essa metáfora adquire um sentido especial na trajetória dessa cidade, que, em 1755, foi destruída quase que completamente pelo fenômeno. Entrementes, o “terremoto” que a historiadora descreve mostra-se diferenciado, seria um tremor de repercussão positiva, produzido no interior da própria cidade¹⁰². Os Descobrimentos tornaram Lisboa referência para as demais cidades do Reino e de toda

¹⁰⁰ CASTELO BRANCO, Fernando. *A Breve História da Olisipografia*. Câmara Municipal de Lisboa, 1959, p8-9.

¹⁰¹ GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. ALVES, José da Felicidade trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.27.

¹⁰² ARAUJO, Renata de. *Lisboa. A Cidade e o Espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.26.

Europa. Houve um significativo crescimento demográfico e das atividades comerciais, foi preciso que a cidade oferecesse maior capacidade de suporte e para tanto passou por reformas na sua infraestrutura. Esse foi o “tremor de terra” que Renata de Araujo se referiu e teria atingido seu espaço público e ritual.

Nesta mesma época, os reinos europeus estavam em processo de centralização política e, por conseguinte, de definição da cidade que seria sede do Estado, dos órgãos assessores e de administração pública e das relações diplomáticas. De acordo com Giulio Carlo Argan, a formação da cidade-capital relegou as demais cidades do Estado à condição capital de província. Do ponto de vista cultural e artístico, estas ficariam em uma posição periférica com relação a outras metrópoles, inclusive àquela, favorecida pelas intensas trocas internacionais que ocorrem em seu território. Localizada geralmente em uma região mais central, a cidade-capital que antes era um organismo fechado, cercado por muros, torna-se mais aberta e voltada ao exterior quando as guerras passam a assumir outra dimensão. A defesa deixa de ocorrer nas zonas fronteiriças para ser organizada em lugares mais afastados. Sua formação também determina uma mudança na relação cidade e campo, a distinção de classe entre citadinos e interioranos substitui a antítese clássica civilização/natureza. O historiador também aponta que a cidade-capital perde seu tradicional caráter municipal e adquire a função de representar o Estado e ser instrumento de seu poder. Como implicação, as transformações em seu espaço se dão pela intervenção do soberano e do governo, não mais pelas iniciativas dos cidadãos ou da municipalidade. E ocorrem por meio de planos, sugerindo que, por mais que o prestígio da capital esteja fundado no seu passado histórico, a cidade tem uma perspectiva voltada para o futuro¹⁰³.

As reformas urbanísticas e arquitetônicas pretendiam adequar a cidade-capital ao aumento populacional e de tráfego; destinar espaços para a atividade política, administrativa e militar; alargar e organizar as ruas; e construir monumentos que simbolizassem o poder do soberano e os valores por ele pregados. Lembrando que, não somente os naturais integravam a dinâmica dessa comunidade, havia muitos estrangeiros. A opulência dessas edificações serviria para legitimar e propagandear o regime para além dos limites do reino. Assim, Giulio Carlo Argan almeja resgatar o sentido político e simbólico das reformas vivenciadas pelas capitais europeias em seu alvorecer. Essa abordagem aproxima-se daquela oferecida por Lewis Mumford, que

¹⁰³ ARGAN, Giulio Carlo. Europa das Capitais. In: *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 71-72.

aponta a capital barroca como uma das mais expressivas representações da “ideologia do poder”¹⁰⁴. E ambos influenciaram os autores discutidos logo mais.

Modelo de cidade representativa, Roma teria sido a primeira urbe a se tentar oferecer uma estrutura e uma fisionomia de capital, de acordo com Giulio Carlo Argan. A dianteira pode ser explicada por seu passado histórico, muito embora, as ruínas da antiga civilização tivessem desaparecido sob um amontoado de casas ocupadas de forma desordenada e imponentes palacetes e igrejas. Sua reforma urbanística foi pensada já em meados do século XV e na época tinha como pressuposto a restauração desse patrimônio histórico. Leon Battista Alberti, no primeiro tratado moderno de arquitetura, “De Re aedificatoria” (1492), idealiza a reconstrução “humanística” de Roma a partir do reparo dos edifícios antigos. Essa tendência perdeu força na centúria seguinte, após o saque a Roma em 1527. A reforma urbanística seria enfim levada a efeito pelo Papa Sisto V no final do século XVI, momento em que se assiste ao fortalecimento dos Estados Nacionais em toda Europa. A Igreja que tinha acabado de passar pela fase mais delicada da Reforma, marcada por muitas revoltas, apostou no poder temporal do Estado para se recompor. Este, por sua vez, apoia-se no poder espiritual eclesiástico para superar as fragilidades econômicas e militares que ainda enfrenta. É dessa parceria que Roma se torna capital. Destino das peregrinações religiosas que ocorriam no continente, a centralidade exercida pela cidade era interessante para ambas as partes. O planejamento urbano que foi feito ali veio reforçar sua função devocional enquanto capital espiritual do catolicismo. Giulio Carlo Argan diz que Roma emanava uma autoridade superior e transcendente, encarnando o ideal de cidade-capital e sendo fonte de inspiração para outras capitais em formação, nomeadamente, Paris e Londres¹⁰⁵.

As primeiras iniciativas de ordenamento urbano e arquitetônico de Lisboa ocorreram durante o reinado de D. Manuel, concomitante a outras reformas administrativas e legislativas. Por um lado, essas iniciativas fizeram parte de um movimento reformista que ofereceu instrumentos para o aparelho estatal gerir um território de dimensões imperiais cujo estágio de complexidade era impensável na medievalidade. Por outro lado, integravam uma tendência de ordem funcional, sistematizar e uniformizar processos, que também fazia parte de uma estratégia política

¹⁰⁴ *Idem.*

¹⁰⁵ *Ibidem.* p. 73-74.

de concentrar o poder nas mãos do monarca, de acordo com Helder Carita¹⁰⁶. Renata de Araujo completa que o próprio ressalto de Lisboa contribuiu para a afirmação do poder real, que utilizou seu espaço público como palco para os espetáculos da corte depois de ter fixado residência ali¹⁰⁷.

Em duas ocasiões (1498-1502 e 1513), houve um programa de reforma e planejamento da cidade, sendo que em ambas novos impostos foram instituídos com o objetivo de oferecer suporte legislativo e financeiro às obras que se iniciavam. O primeiro programa era voltado para o reordenamento do centro, atuando basicamente na demolição e correção de edifícios, construção de chafarizes, alinhamento de ruas e redefinição das portas da cidade. Outra medida foi a doação de terras na região do Cata-Que-Farás aos altos armadores e servidores do Estado, direcionando o desenvolvimento da cidade para Ocidente, sentido Tejo. O segundo programa, por sua vez, é marcada por grandes edificações administrativas e portuárias: Alfândega Nova, Armazéns Reais, Casa dos Contos, Paço da Madeira e Tercenas de Porta da Cruz. Essas construções, juntamente com a remodelação da antiga Ribeira em uma grande praça, buscavam estruturar a cidade para ser centro de um Império, Lisboa avança em direção ao Mar. Sinteticamente, pode-se dizer que, enquanto este plano concentrou-se em adequar a cidade ao novo contexto político-econômico imperial, aquele se voltou para renovação e reestruturação do centro da cidade¹⁰⁸. E as ações empreendidas por um e outro mudaram a forma com que Lisboa era representada pelos reinóis e estrangeiros, como pode ser observado no material iconográfico da época.

As primeiras representações, produzidas entre 1520 e 1540, ainda contemplavam a cidade no sentido nascente-poente, tal como a direção assumida no primeiro plano de desenvolvimento urbano. Os poucos desenhos que permaneceram nessa orientação buscavam capturar com maior riqueza de detalhe o Paço Real, principal patrimônio arquitetônico cívico que simbolicamente representava o poder real e a modernidade. O panorama que prevaleceu foi o sentido sul-norte, em outras palavras, a visão do mar. Nessa perspectiva, poderiam ser observadas as duas características essenciais e o caráter duplo da cidade: sua topografia irregular e suas atividades marítimas, cidade na terra e cidade no mar. Figurando a fachada ribeirinha e destacando o status de “cidade marítima”, as pinturas tomavam como referência um ponto imaginário no meio

¹⁰⁶ CARITA, Helder. Lisboa *Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.111.

¹⁰⁷ ARAUJO, Renata de. *Op. Cit.*

¹⁰⁸ CARITA, Helder. *Op. Cit.*



(Figura 1) BRAUN, Georg. *Olisipo, sive ut perestustae lapidum inscriptiones habent, Ulysipo, vulgo Lisbona Florentissimum Portugalliae Emporiv.* 1572. Disponível em: <http://purl.pt/22211/1/>. Acessado em: 15/05/2012.



(Figura 2) BRAUN, Georg e HOGERBERG, Franz. *Urbium praeci Puarum mundi theatrum*. 1598. Disponível em: <http://www.museudacidade.pt/Colecoes/Gravura/Paginas/Panoramica-de-Lisboa.aspx> . Acessado em: 12/12/2012.

do Tejo ou no cesto da gávea de uma nau. Essas representações clássicas de Lisboa se tornariam conhecidas principalmente nas gravuras publicadas por Georgius Braunio em 1572 e 1598 (Figura 1 e 2)¹⁰⁹.

Os Descobrimentos também proporcionaram mudanças aos espetáculos, que deixaram de ser dedicados exclusivamente ao sagrado, como eram produzidos na Idade Média, e passaram a celebrar progressivamente o poder. Como forma de reforçar a imagem do governo, os cortejos que antes eram organizados ao sabor das tradições começam a seguir regimentos e regulamentações. Entretanto, isso não representou o abandono dos elementos do ritual sagrado medieval, muito pelo contrário; mesmo convivendo com elementos profanos, ainda se faziam sentir fortemente, enriquecendo o espetáculo e sua relação com a cidade. Os espetáculos que a Lisboa sediou também celebravam sua condição de principal do reino. As procissões e os passeios do monarca pelas ruas e rio, marcantes na rotina da cidade, não somente promoveram sua imagem, como também mudaram a forma com que Lisboa se relacionava consigo e com o reino. Por isso, Renata de Araujo afirma que o espetáculo teria se transformado como Lisboa e com Lisboa¹¹⁰.

O estabelecimento de Lisboa como residência permanente da corte ocorreu de forma gradual e com alguns percalços, como a peste sofrida por Lisboa em 1505, seguida de anos de epidemia, que a levaram a vagar por diferentes regiões, retornando à cidade apenas em 1511, onde permaneceu por um logo período. Até o século XVI, não houve em Portugal nenhum espaço que como Lisboa tivesse alocado o paço régio por muito tempo, apenas residências temporárias. Santarém, Coimbra, Évora e, principalmente, Sintra (por vezes anteposta a Lisboa) foram alguns dos lugares por onde a corte perambulou. Porém, à proporção que cresceu a burocracia ligada ao monarca e as possessões ultramarinas, tornou-se inviável a manutenção de um governo itinerante. A necessidade de determinar uma sede administrativa foi sentida ainda durante o reinado de D. Manuel, que se fixou na cidade. Não houve nenhuma lei ou decisão régia que deixasse evidente o posto de Lisboa como capital do reino, ou mesmo sede burocrática; bem como não foram esclarecidas as razões que o fizeram escolhê-la – muito embora houvesse motivos de sobra para justificar a decisão, diferente de Madrid.

¹⁰⁹ PEREIRA, Paulo. Lisboa (séculos XVI-XVII). Discurso proferido no simpósio internacional *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a época dos Descobrimentos*. Deutsches Historisches Museum, Berlim, 23-25/11/2006, p.2.

¹¹⁰ ARAUJO, Renata de. *Op. Cit.*

Possivelmente, a natural primazia de Lisboa sobre as demais cidades do reino explique a capitalidade que adquiriu ao longo de tempo. Nesse aspecto, o período filipino será importante no reconhecimento da importância da cidade e na afirmação de sua posição como primeira do reino¹¹¹.

LISBOA NO TEMPO DOS FILIPES.

D. João II nasceu em Lisboa. Já D. Manuel morreu e foi enterrado ali, onde construiu um opulento jazido à beira do Tejo. Em Lisboa, D. João III nasceu, morreu e tornou-se rei. Também nasceu e se coroou D. Sebastião. E foi onde Cardeal Henrique foi regimento tumultado. Filipe II entrou triunfante nessa cidade, que também recebeu com muita festividade o seu filho. Joaquim Romero Magalhães faz um retrospecto dos monarcas portugueses para demonstrar como eles teceram laços de especial ligação com a cidade. Ser aclamado na principal urbe lusitana era uma etapa fundamental na trajetória desses monarcas¹¹². Se nenhum rei esqueceu o que era ser ovacionado em Lisboa, do mesmo modo, a cidade não desconhece a importância da presença real para seu desenvolvimento urbano, especialmente ao longo do Quinhentos quando ocorreu a emergência do urbanismo moderno e foi instituída ali a Casa Real, como foi discutido no tópico anterior.

Essa reciprocidade entre o rei e sua capital foi muitas vezes representada nos tratados modernos a partir da metáfora política do matrimônio. Resta agora saber como a dinâmica da cidade e sua condição de primeira do reino responderam à ausência do rei no período filipino. Momento em que Lisboa passou a ser alegorizada como uma esposa saudosa (quase viúva) à espera da volta do seu marido e com ele a felicidade perdida. Ou ainda, como uma cidade que entrara no sono profundo em 1580, seguindo o gênero dos *lamenti* que marcou outras cidades que haviam sido abandonadas e saqueadas e teve como principal acontecimento o Saque de Roma em 1527. Embora essas duas imagens

¹¹¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. O enquadramento do Espaço Nacional. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993, p. 51-55; MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p.38-39.

¹¹² *Ibidem.* p. 50-51.

digam respeito a diferentes tradições e linguagens políticas, partilham da construção do mito da Lisboa corte, capital e metrópole, como mostrou Fernando Bouza Álvarez¹¹³.

No início do livro *Cortes de Aldeia, Noites de Inverno* (1618)¹¹⁴, cuja autoria é de Francisco Rodrigues Lobo, sugere-se sobre a condição lisboeta naquela nova conjuntura política. Lobo escreve que, após o fim da Corte dos Sereníssimos Reis, a Capital já não oferecia mais atrativos aos fidalgos e cortesãos que ali residiam. Morar na principal Cidade da Lusitânia despendia excessivos gastos, o que os levou a se deslocarem voluntariamente para as aldeias, onde tinham *quintas, amigos ou heranças*. O enredo do livro se passa em uma dessas aldeias, Vila Viçosa, especificamente na casa de Leonardo, nobre que já pertencera à corte real. A escolha deste enredo está diretamente relacionada à sua trajetória social, já que esteve vinculado a essas cortes provinciais, notadamente a Casa dos Bragança¹¹⁵. Inclusive, ele dedica o livro em questão a dois membros desse grupo nobiliárquico, D. Duarte e seu irmão, Duque D. Teodósio. Durante as “Noites de Inverno”, metáfora utilizada para representar o fim de uma Idade Dourada portuguesa, a casa de Leonardo recebeu a visita de ilustres convidados que discutiu sobre os hábitos cortesãos. O intuito dessa conversa é preservar, mesmo em um ambiente provinciano, esses costumes à espera do retorno dos áureos tempos, em que o Rei conferia luz e graça à Corte lisboeta.

O historiador Eduardo de Oliveira França argumenta que, após a perda do estatuto de corte régia, Lisboa perde o esplendor de outrora. A capital não oferecia mercês e proporcionava ascensão na trajetória de carreiras, não produzia tantas festas e nutria vaidades, e deixou de sediar as Assembleias e promover a participação política, como será discutido mais a seguir. Mesmo com todas as suas excelências, Lisboa sem o rei se transformou em uma simples capital de província e perdeu sua função de corte. Em consequência disso, tornaram-se injustificáveis os gastos que os nobres tinham em sua permanência na capital, eles então se deslocaram para as cortes de aldeia, ou paços provinciais, como versado por Rodrigues Lobo. Sobre a dispersão da nobreza cortesã portuguesa, Oliveira França diz que seria um processo de ruralização parecido com o que ocorrera nos tempos medievais. Entretanto, não teria sido impulsionado por ambições econômicas e políticas. Essa ruralização não pode ser julgada como um

¹¹³ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Op. Cit.* p.162.

¹¹⁴ LOBO, Rodrigo Francisco. *Corte de Aldeia e Noites de Inverno*. Lisboa: Por Pedro Craesbeeck..., 1630.

¹¹⁵ JORGE, Ricardo. *Francisco Rodrigues Lobo, Estudo Biográfico e Crítico*. Lisboa: Fenda, 1999.

fenômeno social fundamentalmente, mas sim, antes de tudo, um derivativo mental, uma atitude de fuga oriunda de um sentimento de derrota e despeito¹¹⁶.

Em uma posição distinta do historiador brasileiro, Mafalda Soares da Cunha atribui dimensões políticas a atitude de dispersão da nobreza. Além disso, Soares da Cunha nomeadamente coloca em cheque o próprio testemunho de Rodrigues Lobo, que, apesar de fazer uso da palavra “voluntariamente”, entende a formação das cortes de aldeia como um processo irreversível decorrente da dominação filipina. Estudiosa da Dinastia dos Bragança, ela defende que a escolha de Vila Viçosa como residência foi um escolha política. Após o advento da União Ibérica, houve uma transformação das formas de representação. Com a ausência do rei para intermediar as disputas entre as aristocracias, essas começaram a demarcar seus espaços de poder e criar suas próprias formas de representação em busca da valorização da sua linhagem. É nessa lógica que se formam as cortes provinciais, que exerciam influência social sobre a região em que estavam localizadas¹¹⁷.

Mafalda Soares da Cunha diz que, inicialmente, a monarquia dual teria contribuído com esse processo reforçando o poder a nível local da nobreza portuguesa de maneira a recompensar o afastamento da corte. Houve então um aumento da área de jurisdição senhorial no Reino e uma profusão de mercês régias foi distribuída para garantir o apoio da aristocracia ao regime filipino. Entretanto, no momento seguinte, o que se veria era uma fiscalização ferrenha que restringiria os privilégios concedidos. E também uma tentativa de limitar a base territorial da nobiliarquia através do aumento dos senhores de terras, ou seja, quanto maior fosse o número de donatários menor a territorialização e a capacidade de exercício de poder local. Deste modo, ao contrário do que foi postulado pela historiografia, a ausência real não teria concorrido para o fortalecimento do poder senhorial nas cortes de aldeias¹¹⁸.

A corte madrilena foi também o destino de muitos fidalgos portugueses uma vez que as petições de mercês e graças eram feitas junto ao rei. A distância e as peculiaridades dessa corte geraram dificuldades para negociantes e pretendentes, sendo uma das principais críticas presentes na publicística restauracionista. Madrid acabou por

¹¹⁶FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

¹¹⁷CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa dos Bragança, 1560-1640. Práticas Senhoriais e redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p.29-36.

¹¹⁸CUNHA, Mafalda Soares da. *Relações de Poder, Patrocínio e Conflitualidade. Senhorios e Municípios (séc.XVI-1640)*. In: CUNHA, Mafalda (org.). *Os Municípios do Portugal Moderno: dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, p.93-97.

paradoxalmente personificar a ausência do rei. Esse incômodo afetou vassallos dos diferentes reinos, inclusive castelhanos. Fernando Bouza Álvarez utiliza o caso de D. Duarte de Bragança para ilustrar o trânsito e as estratégias utilizadas pelas elites nessa conjuntura de monarca ausente, tendo como complicador a sua condição de segundo filho. Em uma perspectiva diferente daquela assumida por Mafalda Soares da Cunha, o historiador defende que, não obstante a falta de assistência régia ter sido motivo de muitas queixas, não teria sido de todo negativa para a nobreza portuguesa. A ausência real teria representado possibilidades para os nobres fortalecerem o poder senhorial nas diversas “cortes de aldeia” e estabelecerem em uma corte tão nomeada como a madrilena¹¹⁹.

Logo no início de seu reinado, Filipe II teria lhe oferecido o título de Marquês de Frechilla. Era interessante para o monarca estabelecer uma relação estreita com a Casa de Bragança, uma vez que essa família detinha a maior rede de solidariedades do reino. A filiação de D. Duarte à Monarquia Hispânica teria se dado ainda através do matrimônio. Esse importante mecanismo de promoção social, que contava com a aprovação e participação da Coroa, como outrora discutido, teria o tornado também Marquês de Malagón. Ele ocupou as funções de conselheiro de Estado e gentil-homem da Câmara, participando ativamente da política da monarquia e das intrigas que a envolviam. No entanto, suas artimanhas e a influência do seu irmão D. Teodósio não foram capazes de torná-lo vice-rei. Embora tivesse sido cotado a substituir o Marquês de Alenquer em Portugal e a ocupar o mesmo cargo em Valência e Nápoles¹²⁰.

Fernando Bouza Álvarez diz que, contraditoriamente, ele seria lembrado como aquele a quem Francisco Rodrigues Lobo dedicou *Corte na aldeia*. Não obstante sua vida ser marcada pelas estadias em Valladolid e Madrid, muito além de Oropesa e Évora. Sua pequena corte o acompanhava em seu demandado, sendo considerada uma extensão da Casa de Bragança. E assim como praticado em sua matriz, havia ali uma política de cortesias e mecenatos culturais, responsável por construir e difundir a memória da família. A criação dessa memória particular teria sido fundamental para a Restauração de 1640, quando a memória do reino começou a fazer parte dela. D. Duarte teria desempenhado um papel ativo nesse processo à medida que transmitiu essa

¹¹⁹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Op. Cit.* p. 206-256.

¹²⁰ *Idem.*

memória através dos livros e pinturas que patrocinou e da sua trajetória dividida entre a corte e aldeia¹²¹.

Apesar de os espanhóis terem cumprido as determinações de Tomar no que tange à manutenção em Lisboa de um espaço semelhante a uma residência real, ocupada por vice-reis e governadores, onde tinha uma capela, um sistema de moradias e a prática de renumerar serviços, e limitada a vassallos lusos. Era marcante a falta de um importante ator na dinâmica da corte: o rei, que conferia coerência e coesão às relações simbólicas cotidianas¹²². Em uma sociedade de corte, as representações e atos cotidianos possuem regras precisas em que cada atitude identifica, legitima e afirma a posição do indivíduo na sociedade e a centralidade do monarca. Participar das atividades particulares do rei e lhe prestar serviços, além de ser um sinal de prestígio, representava uma oportunidade de gratificação. As disputas dos nobres por poder e status conferiam lógica à dinâmica de corte¹²³. Sem o monarca para mediar essas disputas e controlar a estrutura hierárquica, a partir do favorecimento e do prestígio do indivíduo, Lisboa é destituída de sua vida cortesã.

Por fim, a ausência real comprometeu o funcionamento das Assembleias de Estados, ou Cortes, que eram eventos propriamente políticos que permitiam a participação da sociedade portuguesa nos desígnios do reino. Nessas reuniões não se buscava a resolução de interesses particulares, como as matérias de graça ou a decisão de matérias judiciais. Suas atribuições eram voltadas ao bem comum e à remediação da república. Por essa razão, a presença de todos os setores da sociedade era fundamental e conferia sentido ao evento. Quando Portugal é privado da presença do seu rei, as Cortes perdem sua razão de existência. Além disso, naquele momento, a convocação dos estados mostrava-se um processo moroso devido às dificuldades e aos gastos em se reunir todos os representantes lusos dispersos nas cortes de aldeia ou na corte madrilena e o monarca, pouco afeito a viagens. E também se revelava pouco atrativo, ao passo que era muito comum os embates e a resistência dos setores em autorizar novos tributos, por exemplo. Esses obstáculos levaram à instituição de novas formas de representação, como os conselhos e tribunais. Estes substituíram um modelo participativo e atomista,

¹²¹ *Idem.*; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. En la corte y en la aldea de D. Braganza. Livros y pinturas del Marqués de Frechilla y Mallagón. In: *Península. Revista de Estudios Ibéricos*. 2003, p.261-288.

¹²² CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº13. p. 13-57; CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

¹²³ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

em outras palavras, em que cada agente representava seus próprios interesses, por outro representativo e burocrático, em que poucos representavam os interesses do reino. O corpo político deixa de ser formado por dezenas de conselhos para se transformar em um sistema hierarquizado composto de uma cabeça e um número restrito de membros¹²⁴.

Nesse contexto, como principal urbe do reino, Lisboa assume a função de intermediária nas negociações entre a coroa e os poderes periféricos e privilegiada interlocutora real¹²⁵. Deste modo, ao longo do período filipino, a câmara de Lisboa adquiriu importância junto ao reino e a cidade passou a exercer plenamente o papel de capital. Os escritos que proclamavam as excelências de Lisboa também corroboraram nesse processo à medida que reforçavam a imagem da cidade como a cabeça do reino, autoridade superior. Joaquim Romero Magalhães propõe que a atitude de exaltar a cidade de alguma forma compensou o vazio deixado por uma monarca distante no imaginário popular. Contraditoriamente, por mais que ausência real tenha implicado em consequências negativas para a cidade, Lisboa só passou a ser reconhecida como capital quando seu rei não residia e não era visto ali com frequência, o que constituiu uma exceção na relação rei e capital¹²⁶.

SOBRE AS EXCELÊNCIAS DE LISBOA E O DESEJO DE TORNÁ-LA CAPITAL DO IMPÉRIO.

“Si yó fuera Rey de Lisboa, yó lo fuera em breve tiempo del mundo todo”. Segundo António de Sousa de Macedo, qualquer monarquia que tivesse a pretensão de tornar-se o quinto império da terra deveria possuir o senhorio do mar. E, considerando a localização privilegiada e a qualidade portuária de Lisboa, o rei que a elegeisse como “cabeça” do seu reino teria a condição necessária para exercer domínio sobre outros territórios e logo ser líder do maior dos impérios¹²⁷. De forma semelhante a Sousa de Macedo, os autores que proclamaram as excelências de Lisboa e tentaram persuadir os

¹²⁴HESPANHA, António Manuel. As cortes e o reino. Da união à restauração. *Cuadernos de História Moderna*. Madrid: Edit. Univer. Complutense, n°11, 1991, p.21-56.

¹²⁵ HESPANHA, António Manuel. O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. n°2, FEV.1989, p.56.

¹²⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Op. cit.* p. 54.

¹²⁷ MACEDO, Antonio de Sousa. *Señor. Op.cit.* p.5

Filipes a transferirem a sede da corte régia e a capital do império espanhol para a cidade apoiaram suas argumentações em determinismos geográficos e em modelos urbanos ideais, não muito diferente dos escritos produzidos em outras situações de ausência real. A peculiaridade dos autores portugueses está na convicção de que Lisboa seria a *caput orbis terrarum*, algo mencionado repetidamente nos textos.

Luís Mendes Vasconcelos desenvolveu parâmetros de análise das condições urbanas que foram aprofundados, resumidos e até mesmo transcritos pelos autores que o seguiram, inclusive Frei Nicolau de Oliveira e António de Sousa de Macedo. Seu modelo descritivo é inspirado nas tipologias utilizadas nas obras de Aristóteles, Platão e Vitruvius, conhecidas por Vasconcelos tanto de forma direta, mediante a leitura dos clássicos propriamente; como também indiretamente, com o contato com a obra do italiano Giovanni Botero, *Delle cause della grandezza e magnificenza delle città*¹²⁸. A partir desse exame, são atribuídas características que qualificam Lisboa para ser a sede da corte régia e capital do império hispânico, dentre as quais: a localização privilegiada na foz do Tejo, rio que nasce na Espanha e deságua no Oceano Atlântico; ser um sítio salubre, possuindo ares, água e mantimentos de qualidade; ser fértil e bem abastecida de todas as coisas necessárias à vida, como mantimento, vestuário, habitação, repouso e atividades lúdicas; ter habitantes naturalmente dispostos a vencer e governar; possuir alegre vista e espaços para praticar recreações e exercícios para o corpo; e ser segura. Enfim, Lisboa preencheria com louvor todos os requisitos necessários para ser cabeça de um império¹²⁹.

A antiguidade da cidade de Lisboa também foi utilizada como critério de análise e argumento sobre sua superioridade frente aos demais sítios. Frei Nicolau de Oliveira e Antonio de Sousa de Macedo compactuavam com a ideia de que Lisboa seria a terra escolhida pelo heroico Ulisses, logo sua edificação seria a mais antiga de toda cristandade. Inclusive, o primeiro autor calcula que a cidade Imperial de Roma teria sido fundada quatrocentos e vinte três anos depois de Lisboa¹³⁰. De acordo com Sousa de Macedo, a narrativa de Homero dizia que Ulisses teria navegado até os confins da Espanha onde se encontrava os campos elísios. A localização de Portugal na parte final da península, em um promotório chamado *finis terrae*, a proximidade entre as datas do

¹²⁸ CURTO, Diogo Ramada. Descrições e Representações de Lisboa (1600-1650). *Anais do Congresso O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1989, p133-136.

¹²⁹ VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: sua grandezza, povoação e comunicação*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1803, p.8.

¹³⁰ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p.61-65.

término da destruição de Tróia e a fundação da cidade e a semelhança da palavra Elísios e campos lísios que deram nome a Lusitânia, Lysitânia ou Portugal, poderiam comprovar a origem mítica de Lisboa¹³¹. A maioria da cidade com relação ao restante da Europa reforçaria ainda mais suas qualidades à medida que, em sua longa trajetória, nunca havia sido destruída, ao contrário de Roma, capital de um grande império, por exemplo.

Assim, não apenas pelas naturais disposições, mas por sua perpetuidade, Lisboa seria digna de ser a cabeça do Império de toda Terra¹³². Mendes Vasconcelos reivindica para cidade o título de *caput orbis terrarum*, que teria sido oferecido a Roma por Tito Lívio. Desta forma, ele aparentemente recorre ao mito das quatro monarquias para sugerir Lisboa como cabeça do Quinto e último Império¹³³. A presença dessa argumentação de fundo mitológico também estaria presente na passagem que o autor defende a superioridade lisboeta a partir de uma explicação organológica em que a Espanha seria a cabeça, pois a este Estado foi dada a função de decidir, e Lisboa seria os olhos, farol que guiaria a Espanha e outros estados europeus, função que se justifica por estar localizada estrategicamente na foz do Tejo, rio que nasce na Espanha e deságua no Oceano Atlântico, e por isso ter notícia de todo o mundo¹³⁴. Ou mesmo, quando propõe comparar Lisboa com outras grandes cidades, como Cartago, Roma, Constantinopla e Jerusalém¹³⁵, outrora centros do mundo.

Sousa de Macedo também reclama para Lisboa a *caput orbis terrarum*. Na criação do mundo, Deus teria previsto as excelências do reino português e quis torná-lo cabeça do mundo, e oferecer ao mundo tal cabeça. Desta sorte, também partindo de uma explicação organológica, se existe no mundo dois extremos, onde o Ocidente seria o principio e o Oriente seria o fim, este representaria os pés e aquele, a cabeça; Portugal foi providencialmente alocado na porção mais ocidental. O autor ainda insinua que a vontade divina não estaria sendo respeitada pela monarquia espanhola visto que Portugal não deveria ser uma mera coroa e sim “cabeça coronada de todo el mundo”¹³⁶. Em outras palavras, o agravo de Portugal ter sido relegado à condição de simples

¹³¹ MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, 1737, p.10.

¹³² VASCONCELOS, Luís Mendes. *Do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1803, p.194.

¹³³ CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa. 1988, p.195.

¹³⁴ VASCONCELOS, Luís Mendes. *Op. Cit.* p.8.

¹³⁵ *Ibidem.* p.18.

¹³⁶ MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de España, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737, p.4-6.

província espanhola, sendo que merecia ser a coroa de honra e sua principal cidade, a capital do império.

Tal era o desejo de ver Lisboa corte régia outra vez – e devolver a Portugal uma posição proeminente na Europa – que todos receberam com muito entusiasmo a notícia da visita de Filipe III em 1619, quase quatro décadas após a estadia do seu pai. Assim Francisco Rodrigues Lobo escreve em um poema intitulado “Del desseo que tenian los Portugueses de que su Magestad viesse a Lisboa”, feito para a visita de Filipe III:

Agraviado, ye descontento
Se quexava há muchos años
De la ausência de sua Rey
El buen Reyno Lusitano. (...)

Desseavan todos verle,
Y que del fuessem mirados,
Que el bien sin ser conocido
No puede ser bien amado.

Queriam que su preferencia
Premiasse a los hijos dalgo
La gran lealtad de sus pechos,
Y el gran valor de sus braços¹³⁷.

Uma profusão de textos foi escrita para a ocasião das festas e cerimônias, que contaram com a participação (e financiamento) dos diferentes setores da sociedade portuguesa. Afinal, mesmo que momentaneamente, o sonho (ou a vertigem) de ver Lisboa novamente corte foi realizado, segundo Eduardo de Oliveira França. Deslumbramento de Cinderela. Finalmente, a nobreza abandonou a discrição forçada e teve a oportunidade de experimentar junto ao rei por alguns dias os prazeres da vida cortesã. E só¹³⁸.

UMA CIDADE EM FESTA. LISBOA RECEBE OS FILIPES.

A presença de Filipe II em Portugal foi crucial para a afirmação do seu poder e consolidação da União Ibérica. Em dois anos e dois meses de estadia (1581-1583), o

¹³⁷ LOBO, Francisco Rodrigues. *La jornada que la Magestad Catholica del Rey Don Phelippe III. de las Hespañias hizo a su Reyno de Portugal; y el triumpho, y pompa con que le recibió la insigne ciudad de Lisboa el año de 1619 : compuesta en varios romances*. Lisboa: por Pedro Crasbeeck Impressor del Rey, 1623.

¹³⁸ FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.100.

monarca ficou a maior parte do tempo em Lisboa, não se deslocando para outras cidades do reino. Participou de suas cerimônias tradicionais, visitou as igrejas e os conventos da cidade, e recepcionou os navios vindos das Índias e da América que atracavam no porto¹³⁹. Frei Nicolau de Oliveira narrou a visita que Filipe II fez à Igreja da Misericórdia tão logo chegou a Lisboa. Havia ali a Santa Casa da Misericórdia que era formada por seiscentos e vinte membros e contava com o amparo real. Nobres, oficiais e letrados receberam a majestade de joelhos e beijaram a sua mão. Após a saudação, ofereceram relação sobre a Irmandade. Filipe II respondeu que apreciava a instituição e estava contente em se tornar Irmão dela. Também se comprometeu a guardá-la como os reis que o antecederam. Agradecidos com a mercê, os membros queriam novamente se por de joelhos e beijar a mão real. Contudo, Filipe II pediu que não usassem a mesma cerimônia já que não era mais o vosso Rei, mas sim Irmão¹⁴⁰.

Pierre Bourdieu diz que todo rito tem a função de consagrar ou legitimar – e até mesmo deslegitimar o que é/será considerado arbitrário. Desta forma, possuem a capacidade de intervir na realidade social, mesmo atuando sobre os elementos simbólicos e as representações do real¹⁴¹. No caso das festas e cerimônias feitas na ocasião da passagem dos Filipes, ao mesmo tempo em que o rito exaltou a lealdade e a subordinação ao poder régio, reinterou o desejo dos súditos de ver preservados suas tradições e foros, de acordo com Eliseo Serrano Martín. Estudioso das viagens de Filipe II ao reino de Aragão (1542-1592), ele diz que as visitas não teriam obedecido apenas aos interesses da monarquia, mas também dos seus partidários, principalmente as oligarquias municipais, servindo para reforçar e consolidar seus privilégios. O monarca esteve naquele reino em três oportunidades em 1563, 1585 e 1592 e trouxe consigo toda a Corte; sendo que, as primeiras estadias ocorreram em virtude do casamento de sua filha com o duque de Saboya e a última, as Cortes de Tarazona. O roteiro desta viagem não incluiu a cidade de Zaragoza, principal do reino. Por mais que fosse importante ter um centro de referência na Espanha, essas visitas se mostravam necessárias para a manutenção da soberania, particularmente no que tange à ritualização e à forma que investia na figura real¹⁴².

¹³⁹ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p.97.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Op. Cit.* p. 194-195.

¹⁴¹ BOURDIEU, P. Los ritos como actos de institución. In: RIVERS, J. Pit; PERISTANY, J.G. (eds.). *Honor y Gracia*. Madrid: Alianza, 1992, p. 111-123.

¹⁴² MARTÍN, Eliseo Serrano. La Corte se mueve. Viajes de Felipe II a Aragón: 1542-1592. In: RUIZ, Enrique Martínez (coord.). *Madrid, Felipe II y las ciudades de la monarquía*. Madrid: Actas, 2000, p 33-56.

A itinerância foi considerada uma importante prática de governo desde a Baixa Idade Média. Nessa época, as entradas régias eram regularmente utilizadas para renovar o pacto firmado entre o rei e seus súditos de modo a assegurar os compromissos selados na coroação ou aclamação. Embora não fossem muito teatralizadas e não tivessem o esplendor observado nos eventos que marcariam o século XVII, as entradas medievais reuniam aspectos da cultura oral, folclórica e popular da região com imagens cristãs e até mesmo mitológicas, fazendo também referência a livros clássicos e canônicos. Deste modo, por mais que em alguns princípios fossem repetitivas, essas cerimônias contavam também com elementos próprios do imaginário da comunidade urbana. O Renascimento ampliou o significado das entradas régias e as tornou ainda mais complexas. Foram introduzidos elementos dos triunfos romanos e formulados protocolos para o desfile da corte e do clero, definindo novas regras para a disposição dos atores sociais. Nobres e religiosos passaram a ter o papel de coadjuvantes cedendo o protagonismo para o príncipe, que ocupou posições mais centrais; surge ainda o público espectador formado pelos súditos cidadãos. Essas transformações ocorrem concomitantemente ao processo de fortalecimento da monarquia, marcado por mudanças nas suas formas de representação do poder. Tal processo reforça o papel de espectador da população, tornando-a distante dos processos de organização; as regras de etiqueta são padronizadas e só por vezes ajustadas à tradição do local; outrossim, é determinado uma sede fixa para a corte contribuindo para a invisibilidade régia. O rei passa a ser visto com menor frequência e as visitas tornam-se raras e breves, impedindo que as cidades e vilas dialogassem simbolicamente com seu rei. Portanto, a itinerância deixa de ser uma prática de governo recorrente, embora ainda considerada importante¹⁴³.

Se Carlos V ficou famoso pelas longas viagens que fez, Filipe II teve um repertório quase tão extenso quanto do seu pai, embora tenha permanecido algum tempo em Madri. Seu roteiro de viagens inclui quatorze meses na Inglaterra, cinco anos nos Países Baixos, um ano e três meses na Alemanha, alguns meses na Itália e dois anos e quatro meses em Portugal; contrariando aqueles que o descreveram como um rei recluso. Certamente, a permanência em Portugal foi aquela que mais gerou comentários, ficando a sensação de que Filipe tinha abandonado os demais domínios. Apesar de o monarca ter passado mais tempo nos territórios de Aragão, cerca de três anos, que em

¹⁴³ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p.117-126.

qualquer outro lugar, excetuando os Países Baixos¹⁴⁴. Seus sucessores, em contrapartida, não optaram por um governo itinerante. Filipe III preferiu as cerimônias na própria corte de Madri, hesitando em percorrer os domínios herdados. Por diversas vezes procrastinou a jornada a Portugal anunciada, e esperada, desde 1609, época em que Luis Mendes Vasconcelos publica seu livro. E Filipe III recorreu a formas abstratas de representação da monarquia nos domínios em que não estava presente¹⁴⁵.

Frei Nicolau de Oliveira teve a oportunidade de vivenciar a atmosfera de festividade que marcou tanto a estadia de Filipe II quanto a do seu sucessor, entre abril e setembro de 1619. A descrição desta, por sua vez, apresenta-se mais pormenorizada devido à proximidade entre a data de produção do livro e do evento, tornando sua memória mais vívida. A rápida visita de Filipe III, possivelmente, reforçou ainda mais o desejo do autor de escrever sobre Lisboa e sua aptidão para ser sede do império espanhol. Parece razoável supor que os rituais envolvidos nas aparições reais não foram capazes de ativar símbolos e representações suficientes para remediar a “saudade” acumulada por anos de ausência, muito pelo contrário. Também pudera, em sessenta anos de regime ibérico, Portugal foi prestigiado pela presença efetiva dos reis Filipes por menos de três anos, somando as duas estadias. Deste modo, o sentimento tornou-se mais intenso e impulsionou a escrita de outros autores, que puderam contar com incentivo à prática de impressão oferecido pelos próprios monarcas espanhóis.

O religioso narra que, antes da solene entrada na cidade de Lisboa por mar, Filipe III esteve alguns dias no Real Mosteiro de Belém aguardando a conclusão dos altos e custosos Arcos Triunfais. Estes monumentos foram feitos em todas as ruas aonde aconteceria o cortejo, sendo que, a memória do autor permitiu que descrevesse apenas os três principais (Figura 3 e 4). O primeiro Arco estaria localizado no cais onde desembarcou a Galé Real. Possuía oito pedestais que representavam personalidades ricamente vestidas e suas respectivas virtudes, começando por Filipe II e a virtude da Fortaleza, D. João e a Liberalidade, D. Manuel e a Prudência, e D. Afonso e a Religião. A disposição dos pedestais formava quatro portas onde estavam quatro escudos com as armas de Portugal, e cada um sustentava dois serafins; acima foram representados os quatro heróis da mitologia grega, Jasão, Ulisses, Teseu e Hércules; no meio havia quatro figuras femininas que simbolizavam as partes do Mundo e estavam oferecendo ao rei suas riquezas; existia ainda no remate do Arco um capitel que sustentava uma

¹⁴⁴ KAMEN, Henry Arthur Francis. *Op.cit.* p.290.

¹⁴⁵ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p.131



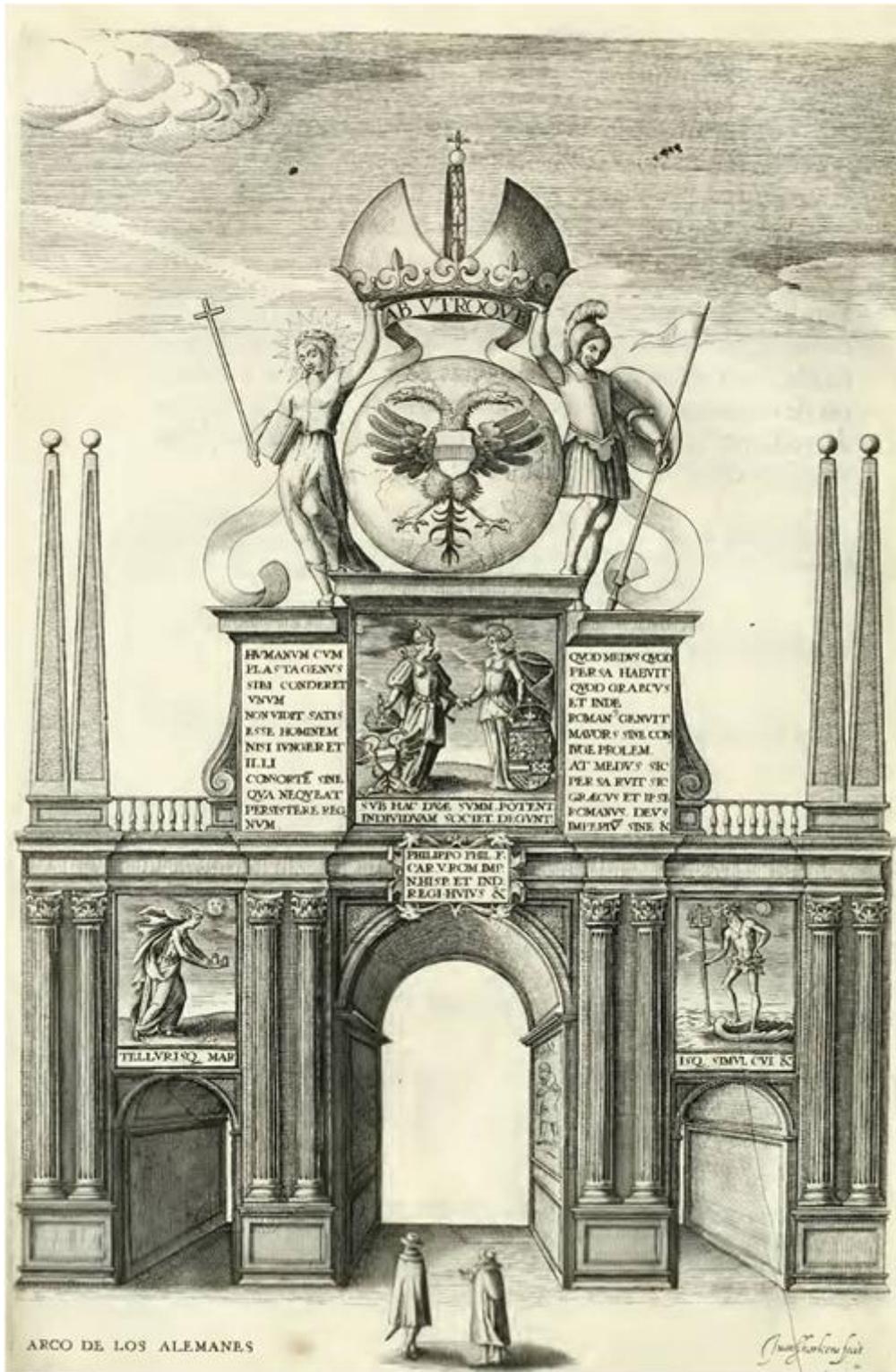
(Figura 3) TINOCO, João Nunes. *Planta da cidade de Lisboa* em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar/ Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650. Na margem inferior legenda sob o seguinte título: "Nomes d'algumas Ruas, Praças, Travessas e Becos que não estão escriptos na planta original mas por se terem conservado athe hoje os mesmos, agora aqui vão escriptos em numeração seguida nas respectivas freguesias" . publicada na Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853, Biblioteca Nacional Digital, Lisboa <http://purl.pt/4503>. Disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html. Acessado em: 20/02/2013.



(Figura 4) João Nunes Tinoco (1610-1690) produziu uma planta de Lisboa legendada com o nome das ruas em 1650. Esse esboço oferece uma visão da cidade antes do terremoto de 1755 (Figura 3). Na imagem ampliada, a localização de alguns dos Arcos Triunfais. Disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html. Acessado em: 20/02/2013.



(Figura 5) Arco dos Homens de Negócios de Lisboa (1). LAVANHA, Juan Baptista. *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622. Disponível em: http://lh4.ggpht.com/-ZvYvHwSILVc/T1pUdYcYGII/AAAAAAAAAXX8/gb_2sa64byA/s1600-h/b6424.jpg . Acessado em: 10/10/2012.



(Figura 6) Arco dos Alemães (2). LAVANHA, Juan Baptista. *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622. Disponível em: http://lh4.ggpht.com/ZvYvHwSILVc/T1pUdYcYGI/AAAAAAAAAX8/gb_2sa64byA/s1600-h/b6424.jpg . Acessado em: 10/10/2012.



(Figura 7) Arco dos Ingleses (3). LAVANHA, Juan Baptista. *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622. Disponível em: http://lh4.ggpht.com/ZvYvHwSILVc/T1pUdYcYGII/AAAAAAAAAXX8/gb_2sa64byA/s1600-h/b6424.jpg . Acessado em: 10/10/2012.

monumento, por sua vez, possuía doze pedestais que representavam capitães ilustres do reino e as virtudes (Figura 6). Em sequencia, uma pirâmide com uma esfera no cume; o famoso Arco construído pelos ingleses na porta do Pelourinho para comemorar a expulsão dos mouros de Lisboa, retratada em painéis pintados; e um cavalo, fazendo referência ao padroeiro São Jorge. No meio, o Rey D. Afonso Henrique trajado com lustrosas armas, espada e coroa real nas mãos e uma legenda declarando que Sua Majestade ganhara as forças armadas lusa (Figura 7). O último Arco do Trinfo descrito estava alocado na Rua Nova e tinha dezessete pedestais que representavam as principais cidades portuguesas, sendo o primeiro a cidade de Lisboa. Cada figura portava na mão direita uma chave e na mão esquerda um escudete com a pintura do fruto característico da respectiva cidade e também um escudo com suas armas. Nesse monumento ainda foi construída uma pirâmide e uma dispendiosa árvore com as figuras de D. Afonso Henrique e seus descendentes.

Quando veio de Belém por mar e na sua Galé Real, a majestade estava acompanhada de mais doze galés que traziam tropas e grande parte dos nobres portugueses e cerca de duzentos e noventa barcos menores repletos de gente. Outros muitos navios vieram das praias vizinhas ao seu encontro. O clima de festividade e alegria já estava presente nos embarcados que comemoravam a visita do rei com bastante dança e folia – as “Festas do Mar” foi também documentada em uma das estampas que compõem a obra do Cronista-mor do reino João Baptista Lavanha, cuja descrição da jornada régia tem valor inestimável por ser a única que inclui gravuras¹⁴⁶, a ilustração é de Domingos Vieira Serrão (Figura 4). Eles seguiram o rei pelas ruas riquissimamente armadas e com muitas pinturas, figuras e monumentos para ver e música para ouvir, ajuntando a outros súditos que enchiam os passeios e janelas. Frei Nicolau de Oliveira diz que a multidão era tamanha que se caísse um alfinete certamente daria na cabeça de algum homem ou mulher e nas seis mil janelas havia pelo menos três mulheres e em muitas tinham dez. Depois de concluir a passeata e fazer uma oração na Igreja maior, a majestade recolheu a seus Reais Passos. E essa foi a lembrança do autor sobre as coisas mais notáveis da entrada régia de Filipe III¹⁴⁷.

Os testemunhos dos contemporâneos sobre ambas as jornadas não diferiram muito entre si e destacavam a monumentalidade da festa, tal como os discursos

¹⁴⁶ LAVANHA, Juan Baptista. *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Op. Cit.* p. 9-20.



(Figura 8) SERRÃO, Domingos Vieira. *Desembarco de Felipe III en Lisboa*, grabado de la obra de Juan Bautista Lavanha, *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622. Disponível em: http://lh4.ggpht.com/-ZvYvHwSILVc/T1pUdYcYGI/AAAAAAAAAXX8/gb_2sa64byA/s1600-h/b6424.jpg . Acessado em: 10/10/2012.

apologéticos sobre Portugal e sua capital. Basicamente, os relatos dizem sobre as cerimônias de entregas das chaves da cidade, a procissão real por suas principais ruas e a bênção na Igreja principal. Também descrevem as construções feitas para a visita, como arcos de triunfo e a pintura de painéis, e as reformas no conjunto arquitetônico da parte central da cidade e correção das ruas. Por fim, as manifestações culturais feitas em homenagem à corte, danças, torneios e mascaradas. Ana Paula Torres Megiani demarca a diferença entre os eventos, principalmente com relação ao entrosamento dos reis nos preparativos da viagem e das festividades envolvidas: Filipe III mostrou-se menos participativo, deixando a cargo dos promotores reais, das corporações de ofício e representantes do vice-reinado. No entanto, as festas e cerimônias que ocorreram durante sua estadia foram mais espetaculares que em 1581 e ficaram marcadas na memória da população, vide o testemunho de Frei Nicolau de Oliveira. Pode-se dizer ainda que, enquanto a primeira jornada tinha o intuito de provar a legalidade da dinastia filipina e consolidá-la no poder, a segunda buscava afirmar e reforçar sua soberania de modo a garantir a manutenção da União das Coroas, além de atender ao pedido da população que esperava ansiosa ver novamente o rei e negociar o pagamento das fintas. Por fim, na última jornada a Lisboa teria encontrado dificuldades para imprimir seus particularismos e expressar os anseios da população e daqueles que a representam nas festas, prevalecendo o modelo flamenco na organização da entrada. Nota-se que as entradas régias passam a valorizar o espetáculo em prejuízo do seu objetivo original, estabelecer um diálogo entre o rei e seus súditos¹⁴⁸.

Por mais que o rei e a corte não estivessem presentes fisicamente em Portugal, as representações da realeza podiam ser observadas nas festas e comemorações realizadas entre uma ou outra estadia. O nascimento do príncipe, infante e infanta, a canonização da rainha D. Isabel e a procissão do corpo de Deus, e as exéquias de Filipe II foram algumas das cerimônias ligadas à monarquia dos Filipes feitas em Lisboa. Esses eventos públicos evidenciavam rivalidades e competições locais, representantes das câmeras e do Conselho de Portugal travaram confrontos entre si para definir quem efetivamente substituiria o rei, conforme a historiadora. Ao que parece, a dimensão das disputas foi tamanha que ocupar uma posição de destaque em uma das cerimônias em que o rei não esteve presente foi mais importante (e demandou mais esforço político) que naquelas

¹⁴⁸ MEGIANI, Ana Paula Torres. *Op. Cit.* p.142-164.

que ele participou; ao passo que, na ocasião das visitas, não era questionado a decisão real ou dos seus funcionários diretos sobre a disposição dos nobres¹⁴⁹.

A ausência do rei e da corte, no que tange aos aspectos burocráticos, foi compensada pela garantia de preservação das instituições tradicionais portuguesas, principalmente o Conselho de Portugal, que tinha plenos poderes administrativos. Contudo, ao longo da união das coroas, essa função nem sempre foi respeitada. Deste modo, a passagem dos Filipes pelas cidades portuguesas teria sido importante no estabelecimento de um diálogo entre o imperador e as câmeras municipais¹⁵⁰, que apresentaram as reivindicações locais e as impressões do terceiro estado, bem como nobres e clérigos, acerca do regime ibérico, segundo António de Oliveira. Com relação a Lisboa, a breve visita de Filipe III em 1619 serviu para reafirmar o privilégio de comunicar diretamente com a corte quando fosse necessário e também com as cidades e capitais de comarca¹⁵¹. Ao reforçar a posição de principal cidade do reino português, Lisboa buscava o reconhecimento de sua capitalidade que não havia ainda sido definida por nenhum dispositivo da lei ou pela escolha real para sede da sua burocracia.

LITERATURA AUTONOMISTA OU FILIPINA?

Segundo parecer da Mesa Censória do Paço, assinado por Diogo de Paiva de Andrade, Antonio de Sousa Macedo teria apenas vinte dois anos quando escreveu o livro *Flores de España, Excelências de Portugal*. Sem nem mesmo chegar à flor da idade, o autor já teria demonstrado grande *eloquência, erudição e curiosidade* ao dar notícia verdadeira das muitas excelências do reino português. Aliás, não seria menor excelência de Portugal ter um sujeito que oferece tão copiosos frutos do seu engenho. O livro seria merecedor da licença para impressão, bem como de todos os louvores e agradecimentos pela sua composição e matéria. O parecer sugere a repercussão positiva do livro na época. Outro indicativo são os poemas que lhe foram rendidos, dentre os

¹⁴⁹ *Ibidem*. p.98-116.

¹⁵⁰ *Ibidem*. p.116.

¹⁵¹ OLIVEIRA, António. As cidades e o poder no período Filipino. In: *Revista Portuguesa de História*. Universidade de Coimbra. t. XXXI, Vol. 2, 1996, p.314-315.

quais, um soneto escrito pelo célebre D. Francisco Manuel de Mello, publicado na 1ª edição¹⁵²:

Quando, envolto dos míseros cuidados,
De Portugal o Reino se levanta,
Quando a Fortuna, desigual, intenta
Mentir-lhe glórias e usurpa-lhe estados;

Vossa pena com termos levantados,
Excelências da Pátria representa,
Com que, por vossa pena a Pátria aumenta
Méritos nas desgraças sepultados.

Ação que eternamente celebrada
Será, porque com alta providência
Hoje fazeis a lastima oportuna,

Pois ficando na perda acreditado,
Veja o Mundo que há sido esta excelência
A razão principal desta fortuna¹⁵³.

Antonio de Sousa de Macedo fez parte de uma geração de cronistas e poetas que mostravam entusiasmo e comoção nos assuntos referentes à nação. O incipiente patriotismo teria sido apreendido no canto de D. Francisco Manuel de Mello, conforme Hernani Cidade. Embora Sousa de Macedo manifeste respeito aos protocolos e dedique seu livro a Filipe IV, chamando-o de *Excelência maior do Reino*, atitude que garantiria a aceitação e circulação do impresso. O crítico literário e estudioso da cultura portuguesa diz que sua escrita era dotada de um orgulho nacionalista e fazia resistência à política do monarca de desrespeito aos foros. Quando o autor proclamava a superioridade de Portugal entre todos os reinos que compunham o império espanhol, tornava-se um dos representantes da Literatura Autonomista que, segundo Hernani Cidade, seria uma literatura de resistência ao domínio filipino e à consequente perda da autonomia. A emergência do nativismo detectada nesses escritos teria oferecido instrumentos mentais para desencadeamento da Restauração que devolveria o trono aos naturais, libertando-os do subjugo estrangeiro¹⁵⁴. Aliás, Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, o letrado integrou o governo dos Braganças, sendo

¹⁵² CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d, p. 127-128.

¹⁵³ MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, 1737.

¹⁵⁴ CIDADE, Hernani. *Op. Cit.* p.128-130.

membro da Casa Real e atuando como secretário de embaixada na corte de Londres em defesa da causa restauracionista e embaixador da Holanda¹⁵⁵.

Hernani Cidade não faz referência a Luis Mendes Vasconcelos e Frei Nicolau de Oliveira cujos trabalhos foram expressivos. O estudioso diz que a ideia de uma transferência da corte para Lisboa, enfatizando os males gerados por sua ausência, pressupunham uma aceitação do rei estrangeiro. Portanto, não estaria presente neles sinais do espírito autonomista que desencadeou a Restauração¹⁵⁶. De certo, a forma tênue com que os autores tratam a condição de Portugal e sua principal cidade durante o período filipino e a trajetória social do primeiro também concorreram para que Hernani Cidade pensasse dessa forma. Há ainda que se pensar que o estudioso escreve na primeira metade do século XX, período cujas perspectivas são dotadas de um acentuado caráter nacionalista, principalmente nos estudos referentes à União Ibérica que representava a perda da soberania para um rei estrangeiro.

Luis Mendes Vasconcelos serviu às armadas régias de Filipe II, contra a ação do Pior de Crato, e de Filipe III, e ocupou os cargos de Capitão-Mor nas armadas do Oriente, Conselheiro Régio em 1610 e governador de Angola de 1617 a 1620¹⁵⁷. Não obstante também considerá-lo partidário dos reis estrangeiros, Antonio Sérgio diz que o Oriente estava carente de pessoas como ele, dotadas de grande erudição e espírito crítico. Os livros que escreveu teriam sido de préstimo à pátria. De acordo com o historiador, que, embora integre a geração supracitada, tem perspectivas distintas às de Hernani Cidade, além de convencer Filipe III a mudar a capital do império de Madrid para Lisboa, os diálogos almejavam persuadi-lo a adotar uma política favorável aos portugueses, afastando qualquer ideia de tiranizá-los. Os diálogos ainda faziam oposição à política ultramarina que vinha sendo adotada pautada na ideia de conquista e na prática de fixação, corrompendo o objetivo comercial e preterindo atividade do transporte. Por fim, retificam alguns conceitos éticos, particularmente a noção de verdadeira glória e do heroísmo que seria o esforço daqueles que servem à pátria de concorrer para sua prosperidade, sendo sua finalidade única e incorruptível. Este talvez

¹⁵⁵ *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 vol., 1858-1923.p. 276.*

¹⁵⁶ CIDADE, Hernani. *Op. Cit.* p.224.

¹⁵⁷ *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Nacional, 5 vol., 1858-1923.p. 305-306.*

seja para o historiador Antonio Sérgio seu maior legado e também uma demonstração genuína da glória e do heroísmo¹⁵⁸.

Diogo Ramada Curto advoga que o surgimento de uma consciência nacional pode estar atrelado ao enfraquecimento da monarquia dos Áustrias, após a morte de Filipe II e a sucessão de um príncipe de pouca idade. A ausência do rei teria sido compensada pela emergência da nação. Surgem então textos com a proposta de estudar o passado português, os feitos dos seus reis e heróis, seu território e recursos, entre outros assuntos que despertam a reflexão sobre a nação e o seu significado. No entanto, a dimensão dessas manifestações culturais é considerada irrisória. As perspectivas assumidas pelos estudiosos de história política nos últimos anos buscam relativizar o significado político do nacionalismo – bem como superar uma leitura nacionalista do período filipino. Diogo Ramada Curto assevera que não se pode atribuir caráter excepcional às histórias e descrições, independente de suas escalas, visto que faziam parte de uma conjuntura editorial favorável, desde 1590. Sendo assim, mesmo representando uma ruptura na forma com que o conhecimento sobre nação e seu passado eram produzidos, assinalam também um continuidade com que havia sendo impresso na Europa. Somado a isso, houve por parte dos Filipes medidas de amparo às Letras, estimulando impressão de obras antigas e recentes. Essas iniciativas tinham como finalidade se apropriar da memória oficial portuguesa, como as diligências feitas na Torre do Tombo, principal arquivo do reino¹⁵⁹.

Por mais que as descrições de Lisboa estivessem alinhadas com que estava sendo produzido em todo velho continente, não se pode esvaziar desses escritos as estratégias imprimidas por cada ator social, ou grupo, naquele contexto político e a forma com que concebem o reino português¹⁶⁰. Muitos dos recursos empregados pelos autores representavam uma tentativa frustrada de oferecer alento a Portugal e devolver a Lisboa sua vida cortesã mediante o convencimento das vantagens da presença permanente do rei ali. Esses escritos acabaram sendo importantes no processo de capitalização de Lisboa por afirmarem a posição da cidade como primeira do reino. Parece razoável então asseverar que a ausência real é um elemento fundamental para a

¹⁵⁸ SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974; ALVES, José da Felicidade. Nota Prévia. In: VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*. Lisboa: Novo Horizonte, 1990.

¹⁵⁹ CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa. 1988, p.115; CURTO, Diego Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p.313-314.

¹⁶⁰ *Idem.*

compreensão da União Ibérica, bem como das descrições da cidade de Lisboa. Contudo, outras variáveis devem ser analisadas. A cidade vivenciou uma série de eventos funestos, guerras, epidemias e crises de abastecimentos, que repercutiram na mentalidade da época e merecem projeção historiográfica. O próximo capítulo avaliará em que medida esses acontecimentos influenciaram a escrita dos autores e a forma com que eram associados à figura real e sua ausência física.

CAPÍTULO 3

LISBOA SITIADA

“**P**ues esta gloria podia tener Lisboa sobre Jerusalem y sobre todas as cidades que agora sabemos en la tierra que siendo a mas antigua dellas que ay nunca ha sido jamas destruyda”¹⁶¹. Natural de Madri, Doutor Francisco Monzón mudou-se para Portugal em 1535, convidado por D. João III para lecionar Teologia na Universidade de Lisboa e Coimbra¹⁶². Escreveu o *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano* em 1544, literatura de caráter político, religioso, moral e pedagógico direcionada a cortesãos e príncipes. Nesse tratado, Doutor Monzón propõe uma breve descrição da cidade de Lisboa e estabelece uma comparação com a Jerusalém dos áureos tempos do Rei Salomão, advogando sobre a superioridade daquela em relação a esta e outras cidades conhecidas. Ele demonstra essa superioridade dispondo os seguintes argumentos: primeiramente, a localização de Lisboa proporcionava-lhe um clima mais temperado que o de Jerusalém, tornando seus invernos e verões mais aprazíveis. A qualidade e a abundância dos mantimentos foi outro argumento utilizado pelo espanhol, que identifica algumas relações comerciais que Portugal estabeleceu com as regiões europeias e africanas, e diz sobre a fertilidade das suas terras. Também, o fato de nunca ter sido destruída ao longo de sua trajetória. O autor compactua com a mítica ideia de que Lisboa seria a terra do heroico Ulisses, logo sua fundação seria a mais antiga de toda cristandade. A Fortaleza lisboeta teria sido a grande responsável por sua integridade. O mérito devia-se tanto à sua estrutura física como ao esforço das gentes em proteger a cidade. Ainda destaca outras qualidades da cidade, como a Armada portuguesa, a estrutura arquitetônica dos edifícios, casas e palácios, os altos índices

¹⁶¹ MONZÓN, Francisco. *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. Lisboa, 1544.

¹⁶² FERNANDES, Maria de Lourdes C. Francisco de Monzón, Capelão e Pregador de D. João III e D. Sebastião. *Lusitânia Sacra*, 2º série, 3, 1991, p.41.

demográficos e, por fim, a benevolência de sua gente, que acolhe peregrinos e pobres na Casa de Misericórdia¹⁶³.

A iniciativa do autor espanhol de prestigiar Lisboa e defender sua magnificência frente às demais cidades influenciou os escritos posteriores, destacadamente os diálogos de Luis Mendes Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa* (1608). Segundo Fernando Bouza Álvarez, a teoria que construiu sobre Lisboa como cidade ideal e mais adequada para sediar a corte teria sido tributária antes do capítulo de Francisco Monzón que Giovanni Botero, embora este lhe fosse mais contemporâneo¹⁶⁴. Não minimizando a importância do pensador italiano. Do mesmo modo que Monzón, Mendes Vasconcelos propõe comparar Lisboa com outras grandes cidades como Cartago, Roma, Cápuia, Corinto, Constantinopla e Jerusalém. Após estabelecer os paralelos, ele conclui com a seguinte indagação: “E assim, que Cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo, que pudesse, como Lisboa, sujeitar grandissimas Provincias, e enriquecer-se com o commercio de riquissimas Nações, fazendo-se a mais poderosa de todas que foraõ, e podem ser”¹⁶⁵. Outro elemento de convergência é a presença de uma justificativa mitológica e profética, expressa por Mendes Vasconcelos através do mito das Quatro Monarquias, de maneira que a Lisboa cabia o destino de ser a cabeça do Quinto Império. Por fim, ele desenvolve as sete qualidades apresentadas por Francisco Monzón para descrever a principal cidade portuguesa, que são a localização, a antiguidade, a hierarquia, a segurança, a população, a abundância e a recreação¹⁶⁶.

Entretanto, Luis Mendes Vasconcelos admite a necessidade de complementar a segurança militar de Lisboa. O autor traça um plano que, sinteticamente, consiste em fazer uma ligação da ribeira de Alcântara com o rio de Sacavém, onde se faria um fosso que permitira a entrada da maré. Esse projeto ambicioso transformaria Lisboa em uma ilha, tornando-a inexpugnável¹⁶⁷. As modificações propostas por ele contrastam com a imagem da mesma fortificação defendida por Francisco Monzón. Na concepção de Diogo Ramada Curto, o que teria instigado o autor a sugerir intervenções nos rios supracitados – e refutar aquele que o inspirou – foram os assaltos feitos pelos corsários

¹⁶³ MONZÓN, Francisco. *Op.Cit.*

¹⁶⁴ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 166.

¹⁶⁵ VASCONCELOS, Luís Mendes. *Do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1803, p.18.

¹⁶⁶ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Op.cit.* p.180.

¹⁶⁷ VASCONCELOS, Luís Mendes. *Op.cit.* p.187-188.

à cidade, como noticiado pelos testemunhos da época¹⁶⁸. Rafael Valladares, por sua vez, apresenta uma justificativa distinta: a fortificação lisboeta não teria sido capaz de proteger a cidade das investidas espanholas, por essa razão o autor manifestou a demanda por reformas em sua estrutura e assim ofereceu uma explicação para a vulnerabilidade de Lisboa nesse episódio recente da sua história¹⁶⁹.

Talvez Lisboa não tenha sido saqueada nem incendiada pelos exércitos hispânicos, a *princesa* fora apenas abandonada e desassistida por seu rei, ironiza Rafael Valladares. O alvo de suas críticas são aqueles historiadores que deram excessiva importância ao símbolo da ausência. Por conseguinte, se esqueceram de investigar a violência sofrida por Lisboa quando foi capturada pelo Duque de Alba e o rastro que deixou naquela comunidade¹⁷⁰. *La Conquista de Lisboa*, o último livro de Rafael Valladares, trata da guerra que ocorreu no verão de 1580 entre as tropas espanholas e aqueles portugueses que fizeram oposição à incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica, buscando recuperar a violência a qual o reino foi submetido na ocasião e compreender os impactos que proporcionou no corpo político luso. O estudioso preenche assim o vazio deixado pela historiografia, que não creditou muita importância à conquista militar no quadro geral da sucessão dinástica¹⁷¹.

Além da habitual indisciplina dos soldados estrangeiros, que praticavam roubos e saques, e a desproporcionalidade entre as infantarias, a violência da guerra pode ser traduzida pelos milhares de portugueses que vitimou. Embora em termos quantitativos o número de mortos e feridos não tenha sido tão significativo quando comparado com outras guerras contemporâneas. Qualitativamente, o impacto foi agravado pelo fato de o reino ter ficado muitos séculos sem peijas em seu território e ainda ter vivenciado uma série outros eventos funestos, como a “peste grande” que ocorreu em Lisboa em 1569, a derrota de Alcácer-Quibir em 1578 e outras epidemias ocorridas justamente entre 1579 e 1581. O que gerou uma carência de recursos naturais e humanos, anulando a capacidade de resistência dos lisboetas aos excessos cometidos pelos invasores. Rafael Valladares considera que o drama da geração de 1560 a 1580 afetou de tal forma o corpo político luso que gerou intensos conflitos domésticos, que, em algumas ocasiões,

¹⁶⁸ CURTO, Diogo Ramada. Descrições e Representações de Lisboa. In: *O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal, 1989, p.136.

¹⁶⁹ VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madri: Marcial Pons Historia, 2008, p.275.

¹⁷⁰ *Ibidem*.p.280.

¹⁷¹ *Ibidem*.p.27.

beiraram a revolta social e a guerra civil. As marcas que essa geração deixou na mentalidade portuguesa teriam se prolongado durante toda União Ibérica¹⁷².

Diante da repercussão do livro, Fernando Bouza Álvarez fez uma réplica aos apontamentos de Rafael Valladares, ainda que singela. Em *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*, o historiador está de acordo com a atenção oferecida ao elemento bélico, identificado como definidor na incorporação de Portugal à Monarquia dos Áustrias, e com proposição de que o enfretamento militar teria ocorrido logo nos primeiros momentos da sucessão, reafirmando a importância da conquista armada nesse processo. Em compensação, questiona o fato de seu colega ter como recorte temporal os anos de 1578 a 1580, desconsiderando o que aconteceria ao longo da União Ibérica, como se esse período fosse por si mesmo um processo histórico¹⁷³.

Catástrofes como aquelas vivenciadas pelas gerações de 1560 a 1580 foram reincidentes nas décadas seguintes. Em seus estudos de comportamento demográfico, Teresa Rodrigues diz que a peste de 1569 assinalou uma nova fase no cotidiano da cidade, selando um dos áureos períodos de Lisboa. Sua população, que cresceu em ritmo contínuo por cerca de cem anos e até mesmo acelerado no primeiro quartel do século, após a década de 60, é afligida por sucessivas conjunturas desfavoráveis que aumentaram os níveis de mortalidade, embora minorados em termos populacionais efetivos pelo poder de atração que a cidade mantinha¹⁷⁴. Para além da larga utilização dos registros paroquiais, foi indispensável à historiadora recorrer às atas de vereações camarárias, crônicas e também às descrições da cidade, que, mesmo oferecendo informações dispersas e não quantificáveis, esclareceram alguns pontos que lhe eram obscuros. Desde que submetidos a uma cuidadosa crítica, a historiadora defende a utilização dessas fontes nos estudos demográficos, principalmente aqueles que são voltados para os períodos protoestatísticos, como os séculos XVI e XVII¹⁷⁵.

Cronistas régios ou conventuais, escritores ou pintores, naturais ou estrangeiros, foram muitos aqueles que testemunharam a sua forma de ver a capital portuguesa e ofereceram imagens coevas sobre sua dinâmica cidadina¹⁷⁶. Sendo assim, os infortúnios sofridos por Lisboa, de algum modo, estariam representados nos escritos dedicados à

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010, p.20-21.

¹⁷⁴ RODRIGUES, Tereza. *Crises de Mortalidade em Lisboa Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990, p.101.

¹⁷⁵ *Ibidem*. p. 9.

¹⁷⁶. *Ibidem*. p. 37,

cidade e repercutiram na sua maneira de pensá-la. Entre uma excelência e outra, quais teriam sido então os vestígios deixados nas descrições de Lisboa? E qual a validade desse tipo de fonte?

A CONQUISTA MILITAR DE LISBOA.

É um equívoco dizer que, na ocasião da morte do Rei D. Henrique e sucessão de D. Filipe II, Portugal foi derrotado pelos castelhanos, afirmou António de Sousa de Macedo em *Flores de España, Excelências de Portugal*. Tratava-se antes de guerras civis entre nobres portugueses partidários dos Filipes e os opositores. Não envolvia estrangeiros. Assim, ninguém venceu os portugueses, pois eles foram vencidos por si mesmos. Sousa de Macedo ainda diz que, por estarem tão divididos e entenderem que a candidatura de Filipe II era justa, os portugueses não impuseram grande resistência ao seu reinado, mesmo aqueles que lhe declararam guerra fizeram de forma despreziosa. O monarca considerou que não havia necessidade de armas para conquistar Portugal, pois o reino lhe era obediente. Deste modo, ele não teria enviado mais que vinte mil homens para combater D. António, que, por sua vez, tinha consigo menos de quatro mil homens, que desconheciam a guerra, não estavam armados e nem mostravam muita vontade de resistir. Por fim, o autor ratifica que não havia ordem de peleja, caso contrário o rei prudente não teria enviado um número tão ínfimo de soldados. Quer por esforço, quer por ventura, a experiência mostrava que o exército castelhano não era suficiente para derrotar os portugueses. Na batalha de Aljubarrota, final do século XIV, foram quase quarenta mil castelhanos para seis mil portugueses. Vinte mil castelhanos, portanto, não seriam capazes de abater quatro mil portugueses¹⁷⁷.

O testemunho de António de Sousa de Macedo negligencia o assédio militar castelhano o qual Portugal teria sido submetido durante o processo de substituição dinástica. Semelhante nesse aspecto, em sua explicação sobre o início da União dos Reinos, Frei Nicolau de Oliveira diz que, após a morte de D. Henrique, Portugal não tinha rei, gentes, armas e dinheiro. A desastrosa cruzada de D. Sebastião a África teria despojado o reino de todas essas coisas e o deixado exposto a muitas confusões e guerras civis, como houve entre os candidatos ao trono português. A disputa teria se

¹⁷⁷ MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de España, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Oficina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737, p.175.

instalado antes mesmo da morte do cardeal-rei. Dona Catarina, Dom António Prior de Crato, Manoel Felisberto e Dona Maria apresentaram seus direitos e pretensões ao trono nas cortes que D. Henrique fez em Almerim, mas na linha de sucessão os direitos pertenciam a Filipe II. Diante da recusa de D. António em reconhecer sua legitimidade e da postura de se assumir como defensor de Portugal contra o Católico Rei, Filipe II enviou um fortíssimo exército por terra e uma grossa armada de Galés e Galeões por mar. Seu intuito não era dominar militarmente Portugal, uma vez que ele era o herdeiro legítimo ao trono; mas sim prevenir os males e calamidades que poderiam atingir o reino que ele tanto amava e estimava. A posse do Reino foi selada com a viagem do monarca ao seu território. Reuniu ali cortes na Vila de Tomar, onde os figurões, prelados e procuradores das cidades juraram lealdade a ele e ao Príncipe Dom Diogo, que morreu pouco tempo depois. Deslocou-se depois para a Cidade de Lisboa onde todos o receberam com muitas festas e alegria. A estadia de Filipe II teria sido marcada por obras, mercês aos criados, anistia aos envolvidos nas alterações, reformulação das leis e acréscimo nos salários para garantir a idoneidade dos oficiais de justiça, entre outras ações que contribuíram para afirmar o novo regime político¹⁷⁸.

De acordo com Rafael Valladares, o esforço dos testemunhos em evidenciar a importância da negociação no processo de substituição dinástica, inevitavelmente, atraía também a memória dos aspectos militares. Mesmo que não despertassem o mesmo interesse que a tônica da negociação, estes não eram ignorados. O que de fato pode ser observado nos relatos acima. O historiador atreve-se a dizer que nenhum dos escritos produzidos sob o reinado dos Filipes que trataram de 1580 deixou de ao menos mencionar a questão da guerra, que, por vezes, era suavizada ou falseada com meias verdades¹⁷⁹. Quando os testemunhos não discutiam esse capítulo da história portuguesa, a memória da violência da conquista poderia ser lida nas entrelinhas, como nos diálogos de Luis Mendes Vasconcelos, que oferecem a oportunidade de avaliar o impacto da guerra a partir de elementos indiretos. Em outras palavras, mesmo não discutindo os saques e assaltos de 1580, ao oferecer uma explicação sobre a vulnerabilidade lisboeta, ele nos dá base para refletir sobre o assédio sofrido por Portugal¹⁸⁰.

Os trabalhos desenvolvidos por Rafael Valladares suscitaram importantes discussões acerca da União Ibérica e também da História Militar, campos em que,

¹⁷⁸ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p.104-111.

¹⁷⁹ VALLADARES, Rafael. *Op.Cit.* p.278.

¹⁸⁰ *Ibidem.* p.275.

segundo o próprio estudioso, a historiografia portuguesa ainda se encontra defasada devido a uma forte tradição militarista e nacionalista. Mesmo aqueles historiadores que combatem essa tradição têm se recusado a estudar o âmbito militar. As melhorias anunciadas por P. Barbosa em um ensaio publicado em 1991 tardariam muito acontecer, somente na década seguinte se poderia vislumbrar as primeiras mudanças. Esse quadro desolador não intimidou os estudos de Rui Bebianno. Em 2000, ele publicou “A pena de Marte. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa”, que analisava o discurso da guerra em Portugal. Apesar de incentivar os estudos referentes à história militar portuguesa. O historiador não oferece muita atenção à crise de 1580, limitando-se a citar os eventos sem grande detalhamento, e por vezes não consegue fugir do determinismo. Outro trabalho de relevo foi *Nova História Militar de Portugal*, organizado por António Manuel Hespanha. Rafael Valladares considera a obra como aquela que melhor traduz o empenho mostrado pela academia portuguesa em se reformular e adequar a historiografia militar às perspectivas da época. Entretanto, não incorpora estudos que relacionam guerra e comunidade, analisando o impacto da violência na população e nos seus códigos culturais. Além de também deixar à margem um dos principais capítulos da história portuguesa no século XIV. Daí a importância dos trabalhos que desenvolveu nos últimos anos. Atualizado dos atuais debates que se fazem na história da guerra, o historiador oferece às batalhas de 1580, cujos relatos são balizados pela historiografia, novas possibilidades de análise¹⁸¹.

Outro historiador que partilha do esforço de valorização desse campo de estudo é Augusto Alves António Salgado. Em 2008, mesmo ano de publicação do controverso livro de Rafael Valladares, ele lançou *A conquista de Portugal através dos frescos do Viso del Marquês*. De maneira similar ao historiador espanhol, que fez uma reflexão sobre a conquista militar de Lisboa e sua historiografia através dos frescos de Lázaro Tavarone, localizado no grande salão do palácio Spinola de Genova e até então despercebido pelos consagrados estudiosos do Portugal filipino. Augusto Salgado recorre a sequência de frescos do Viso del Marquês (Figura 9), presentes no palácio construído por Marquês de Santa Cruz próximo a Madrid, para abordar o mesmo tema. O livro do historiador não teve tanta repercussão como o escrito por Rafael Valladares, tampouco a mesma pretensão historiográfica¹⁸².

¹⁸¹ *Ibidem*. p.30-31

¹⁸² SALGADO, Augusto. *A Conquista de Portugal Através dos Frescos do Viso del Marquês*. Edição/reimpressão: 2008.



(Figura 9)BAZAN, Admiral Alvaro. *Conquest of Lisbon*, August 28, 1580, detail of fresco in Portugal room, Palace of Marquis of Santa Cruz, Viso del Marques, Spain. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Fresco_del_Palacio_del_Marqu%C3%A9s_de_Santa_Cruz_en_el_Viso_del_Marqu%C3%A9s_%28RPS_19-08-2012%29.png. Acessado em: 26/01/2013.

Sua tese de doutoramento, intitulada *Portugal e o Atlântico. Organização militar e acções navais durante o período Filipino (1580-1640)*, defendida em 2009, propõe analisar as mudanças que ocorreram na estrutura militar naval lusa quando Portugal foi incorporando ao Império Hispânico. Nesse período, os ataques estrangeiros se tornaram mais frequentes e diversos. Tornou-se então necessário que o reino português ampliasse suas capacidades militares para fazer frente às investidas externas no Oriente e no Atlântico. A participação da marinha portuguesa no confronto entre o Império Hispânico e os reinos protestantes da porção Norte do continente europeu também é analisada na tese. O historiador destaca a importância de Lisboa nas ações navais, sendo que muitas permanecem desconhecidas pela historiografia. A cidade seria beneficiada por suas características naturais e sua bem consolidada estrutura militar naval, que antecedia 1580¹⁸³.

Não obstante dizer que Lisboa não poderia ser acometida repentinamente nem pelo mar nem pela terra. Luis Mendes Vasconcelos sugere que se acrescente a sua fortificação alguns melhoramentos, além da intervenção nos rios de Alcântara e Sacavém. Deveria ser edificado ao longo destes um parapeito que contaria com a presença permanente de ao menos dez soldados marchando em sua extensão. E na parte da cidade, um afundamento e alguns baluartes e plataformas, onde a artilharia ficaria disposta em uma distância conveniente para impedir que os inimigos atingissem o fosso e os rios. Essa faraônica construção permitiria que os rios supracitados se tornassem navegáveis e ofereceria a Lisboa maior comodidade e segurança. O militar diz que, embora a fábrica fosse muito trabalhosa e despendiosa, seria possível e proveitosa¹⁸⁴. Além desse plano de complementar a fortaleza lisboeta, o autor português irá sugerir que outras melhorias sejam feitas na cidade, o que fez a pesquisa de dissertação questionar a imagem de Lisboa como modelo ideal de cidade que foi construída pelos autores.

GUERRA, PESTE E FOME.

¹⁸³ Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/580/1/21501_ulsd057787_td.pdf. Acessado em: 01/02/2013.

¹⁸⁴ VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1803, p.193.

Na dedicatória de *Descrição do Reino de Portugal*, Gil Nunes de Leão não dispensa elogios a Duarte Nunes de Leão, seu tio. Autor de obras insígnies, Duarte Nunes de Leão não teria se contentado em ser um dos doutores em direito civil e canônico mais eminentes de sua época, cuja compilação das ordenações e leis dos reinos teria sido empregada por sua Majestade com grande satisfação. Lançando mão de outras áreas do conhecimento, mostrou também notável erudição nas histórias antigas e modernas. Por honra de Portugal, teria se dedicado a escrever suas histórias, tarefa difícil que demandava grande eloquência. Entre as obras que deixou, estava essa descrição que teria sido escrita nove anos antes de sua morte (datada em 1608) e ficou sob o poder do mencionado sobrinho, sendo publicada em 1610¹⁸⁵. A Descrição de Portugal teria mostrado de forma curiosa e culta o passado do reino, as mudanças e divisões que ocorreram no seu território, suas principais coisas e seus santos e varões ilustres. Gil Nunes de Leão diz ainda que seu tio encontrou algumas dificuldades ao escrever o livro. As ocupações cotidianas com o desembargo da casa da Suplicação teriam lhe tomado muito tempo e as enfermidades teriam lhe deixado sinais de selinidade. O autor terminou de compô-lo em 1599 quando esteve recolhido na Vila de Alverca por causa do “mal de quem nos Deos livre” que acometeu o reino¹⁸⁶. O sobrinho referia-se à peste que levou Duarte Nunes de Leão e muitos outros a se ausentarem de Lisboa na passagem dos séculos, período que também teria sido marcado por epidemias, guerras e fome.

Várias epidemias de cólera, varíola e sífilis teriam devastado Lisboa, além do surto pestífero de 1598. Neste mesmo ano, os ingleses teriam cercado a cidade e aprisionado seus navios. Depois que Portugal foi incorporado à Monarquia Católica, a capital passou a viver o clima latente de guerra uma vez que se tornou alvo potencial dos inimigos da Espanha, dentre os quais, os ingleses, que realizaram ataques contínuos à sua costa. Homens válidos foram então recrutados para defendê-la e para compor a armada espanhola. O esvaziamento de mão de obra da cidade, em uma época de inflação e escassez de alimentos, provocou ainda revoltas e tumultos populares. Somado aos desastres causados pelas guerras e por doenças, as baixas safras comprometeram o

¹⁸⁵ LEÃO, Duarte Nunes de. Ao Ilustrissimo, e muito excellente senhor Dom Diogo da Sylva, Duque de Franquilla, Côde de Salinas, & Rivadeo, Presidente do Conselho de Portugal. In: *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Impresso por Jorge Luiz, 1610.

¹⁸⁶ LEÃO, Duarte Nunes do. *Op. Cit.* p.6-7.

abastecimento regular da capital e atingiram a população com a fome. Lisboa seria ainda assolada no ano de 1598 por tremores de terra¹⁸⁷.

Os sucessivos infortúnios sofridos por Lisboa após a segunda metade do século XVI e no século XVII, depois de um longo período de prosperidade, teriam sido inaugurados pela Peste Grande de 1569. Seus efeitos foram catastróficos. O grande número de mortes que causou desestabilizou a vida da cidade e de seus habitantes. No final da década de 70, a cidade sofreria outro duro golpe, a morte de parte dos 30 mil homens da armada que partiu para o Norte da África, inclusive de seu Rei. As más colheitas provocadas pela seca em todo reino foram somadas a instabilidade política e a mobilização de tropas. E ainda doenças de caráter contagioso, identificadas como um novo surto de peste. A epidemia prolongou-se até a década de 80 quando cedeu lugar a batalha de Alcântara e aos saques feitos pelos castelhanos como represália ao apoio que a cidade ofereceu ao Prior de Crato. Os confrontos entre as tropas hispânicas e a população civil foram seguidos pela falta de alimentos e pelo aumento dos preços¹⁸⁸.

Até o final da União dos Reinos, a Lisboa Seiscentista passaria por mais duas conjunturas desfavoráveis, porém, de menor intensidade. Entre 1615 e 1622, a peste perde espaço para outras doenças epidêmicas, como o tifo e a difteria. Houve também uma crescente oposição aos Filipes, cujas imposições enfraqueceram o poder de compra da população, que seria abatida pela fome derivada da crise no abastecimento de cereais¹⁸⁹. E, no decorrer década de 1630, um surto de varíola gera uma sobremortalidade em 1636; na proporção de novos pedidos, imposto e recrutamento de homens válidos, protestos e motins tornam-se comuns e já fazem parte do cotidiano da cidade; a crise econômica se agrava pelos sucessivos anos de más colheitas e a necessidade de um volume maior de provimentos para alimentar também a população faminta vinda de outras comarcas¹⁹⁰.

Invariavelmente, as adversidades vinham acompanhadas por um número súbito de mortes que intervinham no crescimento populacional, de acordo com Tereza Rodrigues. As crises demográficas de Lisboa, como na maioria das cidades na Época Moderna, seriam influenciadas por condições naturais, nomeadamente com relação ao clima, mas principalmente teriam como causas a baixa salubridade, o tipo de habitação, a escassez de alimentos, a má qualidade e falta de água, dentre outros fatores ligados à

¹⁸⁷ RODRIGUES, Tereza. *Op.cit.* p.116-117.

¹⁸⁸ *Ibidem.* p.108-110.

¹⁸⁹ *Ibidem.* p.124-125.

¹⁹⁰ *Ibidem.* p.131-139.

infraestrutura¹⁹¹. Esses problemas e imperfeições foram mascarados nas descrições de Lisboa, de acordo com Joaquim Romero Magalhães. O historiador não considera esse tipo de fonte válido para compreender a realidade social da cidade, que poderia ser conhecida através dos relatos de viajantes estrangeiros principalmente¹⁹².

Fernando Castelo Branco diz que são escassas as fontes dos viajantes estrangeiros. Pois foram poucos os estrangeiros que visitaram Portugal naquela época e estes produziram uma quantidade ínfima de descrições que ofereciam informações pertinentes ao seu tema de estudo, a vida e os costumes dos habitantes de Lisboa no século XVI. Além disso, as descrições dos viajantes estrangeiros eram tão confiáveis quanto aquelas produzidas pelos nativos. Ele recorre a diferentes testemunhos de estrangeiros (um alemão, um francês, um sueco, dois espanhóis e um inglês) para mostrar que também há um exagero ao tratar de Lisboa e suas qualidades. Não podia ser diferente, dado a beleza das suas paisagens e suas excelentes condições geográficas. Caberá então ao historiador não se distrair com as descrições das belezas naturais e lembrar que Lisboa também (e principalmente) era o centro político, social e cultural de Portugal, de modo a tentar perceber a forma de viver dos lisboetas seja nas descrições de estrangeiros seja de portugueses. No que tange a estas fontes, o que se percebe é a predileção do historiador pela descrição de Frei Nicolau de Oliveira e certo receio com relação a Luis Mendes Vasconcelos. As muitas e fantásticas virtudes que o último atribui a Lisboa poderiam ser somente aceitas, segundo Castelo-Branco, como imagem literária¹⁹³.

DISSIMULAR LISBOA.

Quando foi escudeiro fidalgo da casa de D. João III e rendeiro de suas rendas, João Brandão (de Buarcos) prestou muitos serviços à cidade de Lisboa, o que lhe permitiu conhecer melhor a terra onde nasceu. Depois de obter um grande volume de informações acerca das suas atividades comerciais e da sua população, o nobre escreveu sobre suas grandezas e ofereceu o impresso à Sua Majestade, na expectativa de se

¹⁹¹ *Ibidem.* p.84.

¹⁹² MAGALHÃES, Joaquim Romero. O enquadramento do Espaço Nacional. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993, p. 51.

¹⁹³ CASTELO-BRANCO, Fernando. *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

promover em sua corte. O manuscrito apresentava uma série de dados numéricos (nem sempre coerentemente dispostos e com cálculos precisos) de Lisboa, datados de 1552. Segundo o autor, foi a melhor e mais verdadeira forma encontrada para escrever sobre a cidade. Embora ele também desejasse enaltecê-la e comprovar seu triunfo sobre outras cidades, como Veneza, Cairo, Babilônia e a mãe das monarquias, Roma. Por entre os números levantados, era possível perceber os vícios e as misérias de Lisboa¹⁹⁴.

Seu manuscrito teria sido analisado por Frei Nicolau de Oliveira que anotou pelo seu punho algumas passagens à margem e utilizou no seu *Livro das Grandezas de Lisboa* muito de seus dados¹⁹⁵. Talvez, a influência dos estudos quantitativos de Barros tenha comprometido qualitativamente o tratado do religioso e por esse motivo os leitores da época o acusaram de escrever mais em descrédito da cidade que em sua honra, como António de Sousa de Macedo deu notícia¹⁹⁶. De qualquer maneira, por mais que o autor exagerasse as qualidades de Lisboa e dissimulasse suas imperfeições, como foi largamente feito por Luis Mendes Vasconcelos, a realidade social da cidade e suas carências estavam de alguma forma subentendidas nos seu tratado.

Não se pode descartar também a hipótese de que o silêncio teria prevalecido por se tratar de experiências traumáticas. A iniciativa de analisar as condições urbanas de Lisboa e as estratégias intelectuais utilizadas nessa empreitada por si só seriam indícios de medo e temor, conforme Diogo Ramada Curto. Não por acaso, o modelo de análise desenvolvido por Luis Mendes Vasconcelos destacavam três parâmetros: a salubridade, o abastecimento e a defesa. Estes representavam o medo que o europeu tinha da peste, da fome e da guerra, que foram responsáveis pela queda de várias cidades ao longo da sua história. O historiador argumenta que, ao destacar as excelências de Lisboa nesses quesitos, Luis Mendes Vasconcelos estaria oferecendo argumentos para conter os pânicos coletivos. Seu modelo serviu de referência para outros autores e foi aperfeiçoado por Frei Nicolau de Oliveira¹⁹⁷.

O primeiro aspecto é a defesa, o religioso examina suas fortalezas, armas e os soldados da milícia corporal (há também os soldados da milícia espiritual, que são seus religiosos e aqueles que imitam sua santa vida e costume, e as fortalezas espirituais, os

¹⁹⁴ BRANDÃO, João. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. (1552)

¹⁹⁵ ALVES, José da Felicidade. Introdução. In: BRANDÃO, João. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.5-21.

¹⁹⁶ MACEDO, Antonio de Sousa. *Op.cit.* p.31.

¹⁹⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Descrições e Representações de Lisboa*. In: *O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal, 1989, p.136.

mosteiros). A principal fortaleza portuguesa seria os próprios portugueses, com seus fortes peitos, robustos braços e invencíveis ânimos. Contudo, como os inimigos fazem uso de armas, foi necessário que eles também recorressem a outras forças, porém não se valendo dos mesmos artifícios que os inimigos. De Lisboa a Cascais, havia seis fortalezas que impendiam o desembarque e estorvavam a entrada dos inimigos, diferente de outros sítios portugueses onde o invasor encontra facilidade para desembarcar e recolher armas¹⁹⁸.

A primeira fortaleza é a Torre de Belém que, localizada no meio do Tejo, possuía grossa artilharia. A Torre Velha guardava a entrada e saída de Lisboa, situada em terra firme. A fortaleza de São Julião era cercada por fortes baluartes com grossas peças de artilharia e era estrategicamente localizada em terra firme entre o Tejo e o Oceano. Ainda havia nessa fortaleza um presídio com quatrocentos soldados. Em frente, no meio do mar, outra fortaleza mais forte que a de Belém, chamada de Cabeça Seca. Mais adiante um pouco, a fortaleza de Santo Antônio, próxima do Mosteiro de Franciscanos. E a última fortaleza estava em Cascais, com boa artilharia e bem provida de todas as munições, sendo responsável pela segurança daquela vila¹⁹⁹.

Além das fortalezas, Lisboa tinha um cômodo porto que era capaz de comportar muitas e grossas armadas. Quando morou no Paço Real localizado junto ao rio, Filipe II teve a oportunidade de conhecer as facilidades do porto lisboeta e determinou que fizesse ali uma armada para conquistar a Inglaterra em 1585. Esse Paço tinha uma vista privilegiada para a Praça da Ribeira, onde se faziam e consertavam as naus utilizadas na navegação das Índias, e para todas as armadas que o rei tinha a sua disposição e suas conquistas. Ali, segundo Frei Nicolau de Oliveira, o monarca teria percebido que, se fosse senhor do mar, seria também senhor de todo o mundo. E também teria compreendido (parte de) o conselho deixado por seu avô Carlos V, quando disse: *se eu fora Rei de Lisboa eu o fora em pouco tempo de todo o mundo*. O monarca não teria entendido somente que para ser senhor dos mares tinha antes que residir em Lisboa e tornar de fato seu rei. Mediante a exposição das qualidades da cidade, coube ao tratado de Frei Nicolau de Oliveira esclarecê-lo disso²⁰⁰.

Com relação ao abastecimento, o autor destaca a importância das freguesias para o provimento da capital. E mais, diz que a cidade de Lisboa superior em grandeza e em

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Op.Cit.*p.136-145

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem.*

comércio, e trato, que todas as cidades da Europa e do Mundo, devido à capacidade do seu rio e também ao grande número de vilas e quintas. Presentes em seu entorno e na banda além do Tejo, essas freguesias fornecem durante todo o ano pão, carne, peixe, leite, frutas, vestuário e todas as coisas necessária para o serviço e mantimento do domicílio²⁰¹. Pode-se dizer ainda sobre sua fertilidade. Muito embora, os portugueses mostrassem maior inclinação pelas armas que pela lavoura, que era mal cultivada, de acordo com Frei Nicolau de Oliveira. Desta maneira, não foram raras as ocasiões em que a capital comprou mercadorias produzidas pelos reinos vizinhos e pelas suas conquistas, o que contrariava os planos divinos. Prevendo a grandeza de Lisboa e aquilo que era necessário a sua sustentação, Deus dispôs seus arredores de modo que não dependesse de outros reinos e que fosse capaz de provê-los inclusive. O religioso explica que se agora Lisboa recorre aos reinos vizinhos seria em consequência das conquistas²⁰², possivelmente por comprometer a disposição de mão de obra portuguesa para agricultura.

A agricultura foi um dos sustentáculos da economia portuguesa da Idade Média, juntamente com o comércio interno e colonial e a produção industrial e artesanal, sendo a principal fonte de subsistência e renda dos diferentes setores sociais (clero, nobreza, povo e parte da burguesia) e das muitas instituições, como casas senhoriais, conventos, igrejas, confrarias, misericórdias, hospitais, colégios e universidades. O poder era fundado na posse de terras ou de rendimentos fundiários, que ainda era prerrogativa no processo de consolidação e ascensão social. Deste modo, para a compreensão do Antigo Regime e até mesmo o processo de importação da “revolução burguesa”, mostra-se fundamental o conhecimento do sistema de propriedade e de renda fundiário, de acordo com Margarida Sobral Neto²⁰³. Algo que ainda não foi muito explorado pela historiografia.

Em um dos poucos estudos agrários, Aurélio de Oliveira defende a hipótese que as frequentes lamúrias de misérias vindas das regiões agrárias e ecoados nas diferentes câmaras do reino seriam um subterfúgio para se esquivar das crescentes imposições fiscais dos Filipes. Os momentos difíceis pelos quais a produção agrícola teria passado, que, oportunamente, coincidiram com as agitações sociais e levantamentos populares e

²¹ *Ibidem*. p.145-161.

²⁰² *Ibidem*. p.168.

²⁰³ NETO, Margarida Sobral. Propriedade e Renda Fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Terras Lusas: A questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007. p.13-31.

com a derrama do real de água, não foram acompanhados por perda nos rendimentos dos grupos ligados a terra – o clero, por exemplo, chegou a ampliar suas rendas de forma, por vezes, acelerada²⁰⁴.

De acordo com Fernando Castelo Branco, a fragilidade no abastecimento pode ser facilmente revelada pelas diversas crises alimentares que afligiram Lisboa no século XVII, mostradas no tópico acima. Essas crises tinham como um dos aspectos mais marcantes as faltas agudas de trigo. Em 1622, a fome teria assumido tal proporção que houve um aumento considerável da mortalidade na capital. A situação não foi contornada nem mesmo após determinarem a isenção de imposto para o trigo das ilhas. Várias teriam sido as causas das deficiências no abastecimento de cereais, como o atraso no armazenamento do trigo, a dependência da importação, o fato de o trigo ser moído em regiões afastadas da cidade, entre outros. Mas, o historiador não considera que a atividade dos descobrimentos possa ser considerada um desses fatores que desencadearam a crise de alimentos²⁰⁵, como naquela época defendeu Luís Mendes Vasconcelos.

Luís Mendes Vasconcelos não se limita ao plano de complementar a fortaleza lisboeta, ele sugere melhorias no sistema de represamento, irrigação e regularização das águas do Tejo e seus altos custos também seriam compensados pelos benefícios que trariam a cidade. O autor diz que, embora as regiões às margens do principal rio português fossem bastante férteis, os anos de alta produtividade eram intercalados com longos períodos de escassez. A falha seria dos próprios portugueses que não sabiam aproveitar as potencialidades dos seus campos, deixando tudo à vontade da Natureza. Mendes Vasconcelos, então, sugere que os rios sejam encanados com grossos valados ou diques para que as cheias não fossem grandes o suficiente para levar as sementes ou impedir que germinassem²⁰⁶. E para garantir que a estação de seca não diminuísse a produtividade, a construção de um canal de Tancos até o cabo de Alfimar, ou onde for mais cômodo, para irrigar os campos, lezírias e todas as várzeas em que se plantam grandes quantidades de trigo na ausência de chuvas. Antonio Sérgio diz que essas propostas estariam integradas a uma nova visão econômica baseada em uma política de fixação e de desenvolvimento da agricultura no reino. Essa política almejava fortalecer as redes de abastecimento interno tornando o reino menos dependente da importação e

²⁰⁴ OLIVEIRA, Aurélio de. Economia e Conjuntura agrícola no Portugal de Seicentos. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, Jun. 1989.

²⁰⁵ CASTELO-BRANCO, Fernando. *Op.cit.* p.83-85.

²⁰⁶ VASCONCELOS, Luís Mendes. *Op.cit.* p. 90-91.

também estimular as exportações²⁰⁷. Mas parece razoável supor que o autor queria antes oferecer uma solução às sucessivas perdas de safras e aos problemas de abastecimento enfrentados pela cidade de Lisboa.

Lisboa teria também problemas no abastecimento de água. Castelo Branco diz que o fornecimento irregular e insuficiente de água à capital não foi um mal de época, manteve-se durante quase toda sua história. Ele recorda o Cerco de Lisboa de 1147, um dos primeiros episódios da história de Portugal e de sua capital, em que a falta de água teria sido um dos motivos que obrigaram os mouros à rendição. E sua qualidade não era boa, apesar de Luis Mendes Vasconcelos dizer sobre o benefício para a voz, o canto, o peito e a formosura das mulheres. A grande procura tornava o preço da água exorbitante e havia um número ínfimo de chafarizes na cidade, sendo que, não eram todos que possuíam água própria para o consumo. Por esse motivo, essas fontes eram muito disputadas e focos frequentes de desordem. Foi preciso que a Câmara regulasse o seu preço em 1611, estipulando que um pote de água do chafariz de El-Rei custaria seis réis, podendo esse preço sofrer variação conforme a região de procedência do comprador. A Câmara também chegou por diversas vezes a discutir o problema do abastecimento com os Filipes em busca de uma solução. Em 1618, foi lançado um imposto para promover obras de melhoramento. Filipe II chegou a acompanhar a medição do caudal da nascente quanto esteve na cidade. No entanto, não disponibilizou o dinheiro destinado para as respectivas obras, guardando-o para alguma eventualidade. O historiador conclui então que, se não é possível afirmar que a diligência foi nula, também não se pode dizer que serviu para fornecer água a capital. Em outras palavras, as medidas tomadas não tiveram nenhum efeito prático para a população²⁰⁸.

Fernando Castelo Branco identifica ainda outras deficiências da cidade, como a questão do trânsito, cujas dificuldades podem ser imaginadas considerando a topografia de Lisboa no século XVI, o traçado tortuoso e muito emaranhado das ruas e a sua estreiteza²⁰⁹, e a questão da iluminação pública, as noites lisboetas contavam apenas com a claridade da lua cheia e as pequenas luzes dos nichos e oratórios²¹⁰. Não obstante os elementos apresentados pelo historiador para caracterizar a Lisboa Seiscentista

²⁰⁷ SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974; ALVES, José da Felicidade. Nota Prévia. In: VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*. Lisboa: Novo Horizonte, 1990.

²⁰⁸ CASTELO-BRANCO, Fernando. *Op.cit.* p.97-100.

²⁰⁹ *Ibidem.* p.36.

²¹⁰ *Ibidem.* p.33.

possam sugerir uma fase de enorme decadência. Ele se afasta desse tipo de abordagem historiográfica pautada em duas teses básicas: a primeira diz sobre o atraso e o isolamento cultural e a segunda, o ambiente de miséria moral e social. Até mesmo porque, o quadro profundamente negro e trágico que a historiografia por muito tempo pintou não é confirmado nos diferentes documentos e testemunhos da época, em especial dos viajantes estrangeiros. Além disso, na França e na Inglaterra também reinava a desordem, o que demonstra se tratar mais de um mal de época que uma prova da decadência de Portugal com relação ao restante da Europa²¹¹.

O último aspecto analisado por Frei Nicolau de Oliveira foi a salubridade de Lisboa. Seu Céu estaria localizado no meio da Zona Temperado, onde o Sol não esquenta demasiadamente, como também não esfria. E sob o Signo de Áries, que emanaria as melhores influências. Em respeito da terra, estaria voltado para o oriente, onde o calor do Sol purificaria o ar, e o relevo é formado por sete montes, e ladeiras, e com um vale no meio, fazendo o sítio são e livre de enfermidades. Os ares e vapores seriam de excelente natureza e contribuiriam para a saúde das terras, rios e demais águas. A largura do Tejo impediria que os ares nocivos chegassem à cidade. A qualidade de sua água, própria para beber e com efeitos medicinais. A fertilidade e a bondade dos seus mantimentos. E, considerando todas as características apresentadas, bons pastos aos animais e boa carne. Por fim, Frei Nicolau de Oliveira acrescenta mais uma razão que concorre para a conservação da saúde de Lisboa, não menos importante que as demais. Trata-se da preocupação que seus regentes mostram com a limpeza da cidade²¹². A salubridade de Lisboa, assim como os outros aspectos, portanto, não seria determinada apenas pelas disposições naturais da cidade, agraciadas por Deus, mas também pela diligência dos seus representantes políticos.

A PARCELA DE CULPA QUE CABE AO REI.

Quando deixou de ser sede da Corte, Lisboa encontrou dificuldades para manter sua estabilidade socioeconômica, que teria sido sustentada em grande parte pelo açúcar que era produzido no Brasil. Estima-se que a produção açucareira em 1580 era de seis

²¹¹ VASCONCELOS, Luís Mendes. *Op.Cit.* p.11-13.

²¹² OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Op.cit.*p. 256-266.

mil toneladas, alcançando dez mil em 1610 e ultrapassando quarenta e cinco mil na década seguinte. Paralelamente, houve um aumento do número de engenhos, permitindo que outras regiões fossem ocupadas e incorporadas à dinâmica açucareira. A expansão do setor também veio acompanhada de um crescimento da população e da proporção de escravos, fornecidos principalmente por Angola desde o final do século XVI. O Brasil adquiria assim cada vez mais importância no conjunto das conquistas portuguesas. Sua prosperidade, entretanto, foi ameaçada pelos ataques que os holandeses realizaram em 1624-25 e 1630 em seu território, com a fracassada tentativa de ocupação da Bahia e o sucesso da conquista em Pernambuco e outras regiões setentrionais da América Portuguesa. Os holandeses invadiram também a Ásia portuguesa, juntamente com os ingleses. O que comprometeu ainda mais o domínio português ali, há tempo fragilizado²¹³. Os confrontos com os holandeses na América Portuguesa e o declínio do Império português no Oriente colocaram fim a relativa estabilidade de Lisboa, antes abalada pelas sucessivas perdas de safras, escassez de alimentos básicos e aumento dos preços. A cidade começou a acumular dívidas e o poder de compra da população diminuiu.

Como complicador, os sucessivos pedidos e imposições dos Filipes geraram uma crescente oposição ao regime em todo o reino, principalmente as exigências fiscais e os recrutamentos de homens para a guerra²¹⁴. Esses movimentos de resistência e revolta foram muitas vezes creditados ao “nacionalismo”. A historiografia atualmente defende que o sentimento nacional não seria capaz de desencadear nenhuma manifestação anticastelhana. As revoltas ocorriam quando determinava medida governativa resvalava nos interesses dos grupos sociais, que faziam uso do “nacionalismo” como suporte ideológico para legitimar suas contestações. Os trabalhos desenvolvidos a partir da década de 70 por António de Oliveira ofereceram bases para essa reformulação. O historiador minimizou a repercussão dos aspectos “nacionalistas” na conjuntura filipina – embora não se possa dizer que tenha superado uma tradição de afirmação nacional. Ele pesquisou as revoltas populares da primeira metade do século XVII e observou que os movimentos antiespanhóis eram efeitos de ações socioeconômicas do governo, notadamente medidas fiscais²¹⁵. O historiador Jean Frédéric Schaub aponta também generalizações nos estudos que eram feitos sobre os conflitos da época que ficavam

²¹³ COSENTINO, Francisco Carlos. *O mundo português e o mundo ibérico*. 2010.

²¹⁴ RODRIGUES, Tereza. *Op.cit.* p. 124.

²¹⁵ OLIVEIRA, A. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

limitados a uma oposição entre escolha “popular” nacional e escolha “política” pró-castelhana. Essa leitura binária cairia por terra se fosse feito um estudo minucioso das revoltas, diz o historiador. Além disso, desconsideram as repercussões da crise econômica que assolou todo o Império Hispânico, constituindo um incentivo aos levantamentos²¹⁶.

Em seu livro *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Jean Frédéric Schaub analisa as revoltas ou formas de rejeição que teriam permeado todo o período filipino, mesmo nos primeiros anos do reinado de Filipe II. E também, as formas de composição que conferiram durabilidade ao regime ibérico, mostrando que houve o estabelecimento de laços entre o reino português e a corte madrilena até mesmo no tempo de Olivares. Seu estudo exclui qualquer ideia dicotomista e reducionista, que atribui a Portugal uma situação de subordinação à Espanha, de dominação do mais fraco pelo mais forte. No que tange o estudo das formas de oposição, o historiador sugere que a união não estava consolidada por laços tão seguros. Logo, a Restauração não pode ser entendida como um movimento desencadeado por conjunturas breves. Ainda, diferente da forma simplificada como os historiadores analisaram os conflitos do período, entendendo a guerrilha antoniana, a corrente sebastiana e as revoltas populares como manifestações não confluentes. Jean Frédéric Schaub argumenta que, por mais distintas que aparentam, estão fundadas em uma mesma dinâmica social, cultural e política²¹⁷.

Os tratados sobre Lisboa escritos nessa época assumem assim um significado especial. Por mais que buscassem dar continuidade a uma tradição de escritos que, produzidos na idade dourada portuguesa, destacavam as qualidades da principal cidade do reino e sua supremacia entre as urbes europeias. Acabavam por oferecer suas impressões acerca das privações que a cidade estava passando, causadas seja pela desassistência do rei seja pela conjuntura socioeconômica desfavorável. Neste último tópico se discutirá a forma que os autores entenderam a crise e como a relacionavam com a figura real e sua ausência.

Luis Mendes Vasconcelos atribui aos danos gerados pela conquista da Índia a crise que se anunciava, embora alegue que não fossem capazes de diminuir a grandeza de Lisboa. Assim como os orientalistas, o autor era descrente quanto às vantagens de se

²¹⁶ SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime Português. *Penélope*. n°22, 2000, p. 132.

²¹⁷ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

manter um extenso Império Ultramarino, tido como motivo de orgulho para os portugueses. Embasado nas reflexões de Giovanni Botero sobre a “razão de estado”²¹⁸, *Della Ragione di Stato* (1589), Mendes Vasconcelos faz em seus diálogos uma longa discussão para mostrar que valores como *glória* e *honra* devem ser preteridos em benefício da *conservação* do Estado. E naquele momento o Império Ultramarino não lhe era mais *útil*²¹⁹, exceto a empresa do açúcar brasileiro que inseria Portugal no complexo atlântico e abria a possibilidade para descoberta de ouro e prata. O empreendimento das Índias, por sua vez, tinha deixado de ser lucrativo para o reino quando começou a colonizar efetivamente a região. Para Mendes Vasconcelos, as relações entre as Índias e Portugal deveriam ser restritas ao comércio, opondo-se ao deslocamento da mão de obra portuguesa para o Oriente e de recursos financeiros para socorrer a região com grossas armadas²²⁰.

António de Oliveira diz que, após a década de 1620, com o fortalecimento da ameaça estrangeira, o Império Ultramarino português despendeu ainda mais recursos para sua defesa. Entretanto, naquele momento não era mais possível utilizar a receita ordinária para cobrir os novos gastos, já que a ação estrangeira fez com que diminuíssem os lucros com o comércio, fazendo a economia entrar em recessão. Logo, os recursos para as crescentes despesas da Índia e de todo ultramar vieram do aumento de tributos. Isso gerou na população uma crescente oposição à manutenção do Império Ultramar do Oriente²²¹, posição assumida por Mendes Vasconcelos mais de uma década antes nos seus diálogos, que datam de 1608. Por fim, o autor sugere que o Estado luso estivesse ruído com perda de valores e com a incapacidade de receber bons conselhos, especialmente nas coisas públicas²²². Os prognósticos de Luis Mendes Vasconcelos não eram muito favoráveis, a expectativa era que o estabelecimento do monarca ali fosse capaz de contornar as crescentes dificuldades enfrentadas por Lisboa.

²¹⁸ Não obstante Maquiavel ser a principal fonte das discussões sobre a “razão de estado” que marcou o pensamento político humanista. Sua teoria política foi rechaçada em Portugal. O antimaquiavelismo deu destaque a obras secundárias, como as de Giovanni Botero. O que não significa dizer que, fundamentalmente, tinham uma proposta antagônica de *O Príncipe*. Apenas era “desejável assumir uma questão menos idealiza do comportamento dos príncipes”, como dito por Skinner. Este historiador diz que Botero, por mais que se mantivesse afastado de Maquiavel e sua reputação, tem “vários capítulos sobre como tratar os súditos e evitar insurreições, a importância da defesa, a obtenção de rendas e a conservação da disciplina militar”. SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Índias, 1998, p.60-61; ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Lisboa: Aletheia Editores.

²¹⁹ VASCONCELOS, Luis Mendes. *Op. Cit.* p.40.

²²⁰ *Ibidem.* p.19-20.

²²¹ OLIVEIRA, A. *Op. cit.* p.99-100.

²²² VASCONCELOS, Luis Mendes. *Op. Cit.* p.77.

Não era um momento propício para fazer um tratado das excelências do reino, e sua capital, melhor seria escrever sobre suas desventuras, alguns diriam na época. Mas António de Sousa de Macedo responde que Portugal teria naquele tempo e sempre todas as qualidades discutidas no livro, mesmo que a fortuna lhe fosse adversa. Muito se deve à forte vigilância do monarca. O autor ainda diz que Filipe IV demonstrava ser sensato e pontual na recompensa dos serviços prestados às armas, letras e ciências, sem comprometer o patrimônio real. Este era também preservado por seus ministros, que eram zelosos e claramente desejavam acertar. Deste modo, as misérias presentes não teriam outro culpado senão a própria sorte e as desgraças do tempo. Mesmo isentando o monarca e seus ministros de qualquer acusação e manifestando parecer favorável ao governo, Sousa de Macedo parecia acreditar que a presença permanente do principado em Lisboa seria capaz de remediar os infortúnios do reino. Por essa razão, ele tentou convencer sua Majestade que era melhor ser Rei somente de Portugal a ser Rei de todo Mundo sem Portugal. E utilizou como argumento as excelências do reino que eram tantas que não se encontraria semelhantes em nenhuma parte do mundo, nem mesmo se descobrissem novos territórios²²³. À revelia, Filipe IV acabou optando por não ser Rei nem de Portugal nem do resto do Mundo. Quando foi deflagrado o movimento restauracionista, o qual António de Sousa de Macedo fez parte, diga-se de passagem, a Espanha já enfrentava dificuldades para manter sua hegemonia na Europa.

Sobre a crise do Império Hispânico, a historiografia entende que esse processo transcorre na longa duração. O que significa dizer que, a hegemonia espanhola estabelecida no século XVI, após o descobrimento da América, com a formação de um império cuja dimensão territorial era de alcance mundial, é seguida por um período de decadência que se inicia ainda no século XVII (ou mesmo antes) e culmina no século XIX, quando o Império Francês toma à dianteira. Contudo, deve-se ter cautela ao empregar o conceito de decadência quando se faz referência ao Seiscentos, período que conjuga acontecimentos tão diversos que vão desde perseguições religiosas, crises demográficas e rebeliões populares à construção do Palácio do Retiro (e a afirmação da Cultura de Corte) e ao movimento intelectual dos Novatores. John Elliot apresenta então os dois significados que a palavra decadência assume nesse processo histórico. Primeiramente, um retrocesso geral do progresso econômico. E o fim do período de hegemonia espanhola no continente europeu. Esse historiador destaca-se não apenas

²²³ MACEDO, Antonio de Sousa. *Op. cit.* p.284-285.

como estudioso da história espanhola, mas acima de tudo como estudioso da história europeia. Ele estabelece um panorama dos países europeus que se encontravam em crise no século XVII, centrando-se no caso espanhol. Suas análises procuram dar conta da complexidade do fenômeno, utilizando uma abordagem mais ampla, que engloba o político, o social, o econômico, o religioso e o cultural (que ganha cada vez mais ênfase em seus trabalhos)²²⁴.

O historiador diz que a hegemonia espanhola era assentada em três pilares: o significativo aumento populacional, a alta produtividade e as riquezas no ultramar. Sendo que, antes mesmo do final século XVI, Castela havia sido assolada pela Peste que, somado a expulsão da população moura e os movimentos migratórios em direção à cidade e à porção sul da península, suprimiu o vigor e a resistência da população espanhola. Houve também uma alta nos preços em virtude dos gastos com a aristocracia e as dívidas assumidas desde o reinado de Carlos V. Com a inflação, os produtos manufaturados castelhanos perderam mercado para os produtos estrangeiros, mais baratos, o que desestimulou as indústrias espanholas. Não se investia em tecnologia e na formação intelectual dos estudantes, impedidos de estudar em universidades estrangeiras. A agricultura não mais satisfazia a demanda nacional de alimentos, suprindo apenas para o mercado americano. Iniciou-se um período de estagnação dos metais no qual os poucos lucros obtidos nessa atividade foram destinados ao pagamento dos banqueiros. A Espanha ainda entrou em uma longa guerra contra França. E, para completar, na tentativa de superar a crise, durante o reinado de Filipe III, Conde-duque de Olivares lançou um programa ambicioso que acabou por gerar descontentamento e tensões. O programa previa que as províncias periféricas também deveriam contribuir para a recuperação econômica de Castela mediante o pagamento de impostos. As coroas de Aragão e Portugal, que foram incorporadas sob a condição de terem mantidas e respeitadas suas jurisdições e tradições, não concordaram com as novas determinações. Após sucessivas medidas restritivas, cresceu a oposição ao regime filipino e o apoio aos movimentos de emancipação, no caso português, a Restauração. Deste modo, a centúria representou o progressivo desgaste e esgotamento dos pilares que sustentavam a hegemonia espanhola, como bem mostrou John Elliot, aqui sintetizado²²⁵.

²²⁴ PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p.403.

²²⁵ ELLIOTT, John. *España y Su mundo 1500-1700*. Madrid: Alianza, 1991, p.276-298.

Ora baseada no conselho ao monarca. Ora na pretensão de conceder aos cidadãos a possibilidade de se pronunciar sobre as matérias de utilidade pública. Da articulação entre essas duas culturas políticas, segundo Diogo Ramada Curto, surgiram em Portugal uma série de textos que diligenciavam participar da reforma do Estado e do Império, situados no intervalo de 1607 a 1613. Desde documentos oficiais, como advertimentos, relatórios e pareceres, até textos com maior valor literário, como memoriais, discursos políticos e diálogos, as várias formas assumidas por esse conjunto de escritos só não eram tão surpreendente quanto seus significados, que dependiam das posições ocupadas por cada autor, da própria diversidade de gêneros, vocabulários e classificações empregados, dos suportes materiais e diferentes públicos e instituições a que se destinavam. Inclusive, Luis Mendes Vasconcelos teria feito, à sua maneira, parte da mesma constelação quando refletiu sobre os conceitos de *útil* e *utilidade*, compreendendo-os como aquilo que é necessário a vida e a conservação dos homens, famílias e Estado²²⁶.

Os autores das décadas posteriores também fizeram da sua escrita forma de ação e meio para interagir politicamente, muito embora não demonstrassem a mesma cordialidade uma vez que o autoritarismo de Olivares provocou-lhes uma postura mais impositiva e menos delicada. António de Oliveira diz que a tradição da monarquia portuguesa concedia aos súditos direito de se dirigirem ao rei. Porém, é evidente que apenas alguns conseguiam ir ao seu encontro, em outras palavras, participavam dos centros de apreciação e decisão. Desta sorte, a escrita em suas diferentes formas foi o meio que os alvitres empregaram para chegar às instâncias de poder e para manifestar a opinião pública²²⁷. Eles noticiavam as misérias que o povo se encontrava, considerando serem desconhecidas pelo rei, cuja primeira virtude era fazer justiça. Logo, quando esta era ausente, a culpa era atribuída invariavelmente aos seus ministros que lhe escondiam a verdade, cabendo aos escritos revelá-la. A imagem de rei justiceiro, e enganado, que seria substituída pela imagem de rei tirano pelos idealizadores da Restauração, seria até então preservada²²⁸.

Nos poucos indícios encontrados nas descrições da cidade de Lisboa, não recai sobre o monarca a menor culpa dos vários reverses que a cidade sofreu. Entrementes, os coetâneos consideravam que a presença do monarca ali traria animo à principal urbe

²²⁶ CURTO, Diego Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 347-350.

²²⁷ OLIVEIRA, A. *Op. cit.* p.81.

²²⁸ *Ibidem.* p. 188-191.

portuguesa e todo reino. Assim sendo, eles tentaram aconselhá-lo a transferir a corte e a capital do império para lá. Além de devolver à cidade uma dinâmica cortesã ativa e ao reino a visibilidade no cenário europeu. A assistência real, aparentemente, seria capaz de abrandar suas adversidades socioeconômicas, apesar de as fontes eleitas não oferecerem muita margem a essa discussão. Isso porque, por um lado, o objetivo das descrições analisadas era fazer apologia a Lisboa de modo a mascarar os problemas e as imperfeições, que não eram poucos nem desconhecidos. Por outro, a escolha pelo silêncio nos escritos teria sido determinada pelo próprio impacto das guerras, moléstias e da falta de provisões que assolaram a cidade. De todo modo, é possível perceber a presença da imagem de uma cidade sitiada e a sua importância nas representações da Lisboa Filipina. E também estabelecer conexões com a tônica de uma cidade sem rei.

CONCLUSÃO

O SÍTIO

A palavra sítio apresenta três definições no dicionário composto pelo padre D. Raphael Bluteau. Considerado o primeiro dicionário de língua portuguesa, *Vocabulário portuguez e latino* é formado por dez volumes que foram publicados entre 1712 e 1728. Em uma primeira definição, a palavra sítio apresenta-se nesse dicionário como um substantivo utilizado para “Espaço de terra descoberto. O chão, em que se pode levantar edificio”. A palavra sítio também pode ser um adjetivo, sendo entendida como “Lugar. Disposição, aptidão”, exemplificada pela frase “Por ter o membro fraco, ou por ter *Sítio*, aptidão para receber”. Por fim, é definida como “Assedio. Cerco”, derivação do verbo *sitiar*²²⁹.

As três definições podem ser reconhecidas em *Do sítio de Lisboa: Diálogos* (1608), certamente a fonte mais importante dessa pesquisa de dissertação. Os parâmetros utilizados por Luís Mendes Vasconcelos em sua análise das condições urbanas de Lisboa serviram de modelo para outros trabalhos, como *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620) e *Flores de Espanã, Excelências de Portugal* (1631), de Nicolau de Oliveira e Antonio de Sousa Macedo, respectivamente, que também receberam destaque nessa pesquisa por sua repercussão na época. Esses autores também teriam seus escritos influenciados pela iniciativa de Mendes Vasconcelos em criar argumentos para convencer os Filipes a transferirem a sede do Império Hispânico para a principal cidade portuguesa. Não obstante ser peça fundamental para a compreensão das descrições sobre Lisboa feitas durante o período filipino e do discurso produzido sobre a

²²⁹ D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d. CR-ROM, vol. VII, p. Kkkijj.

ausência real, sendo por isso recorrentemente citado pela historiografia, foram poucos aqueles que assumiram a tarefa de dedicar estudos mais específicos aos diálogos de Luís Mendes Vasconcelos, bem como aos tratados que o seguiram.

Primeiramente, a descrição de Mendes Vasconcelos pode ser lida como um exame do espaço físico de Lisboa. Também, como um esforço em mostrar as excelências de Lisboa a fim de comprovar a aptidão do lugar para ser residência permanente da Casa de Áustria. E, finalmente, é implícita da fonte a denotação de cerco, fazendo referência ao assedio militar à qual Lisboa foi submetida quando Portugal foi incorporado à monarquia católica e aos outros flagelos que acometeram cidade. As três possibilidades de leitura dessa descrição, que podem ser do mesmo modo empregadas nos trabalhos que lhe são tributários, foram desenvolvidas ao longo da presente dissertação.

O primeiro capítulo apresenta o modelo de análise das condições urbanas proposto por Luís Mendes Vasconcelos em seu exame do espaço físico de Lisboa. Embora esse modelo pautasse maior parte de suas formulações em argumentos pretensamente racionais, inspirando-se nos clássicos e nas suas releituras, também traz consigo os mitos e profecias que permeavam o imaginário de Lisboa. O modelo de análise de Luís Mendes Vasconcelos estava inserido em uma conjuntura editoria favorável para a tematização da cidade. Em todo continente, teriam surgido formulações sobre a cidade ideal e acaloradas discussões sobre qual a cidade personificava a plena virtude. Essas discussões eram ainda mais intensas no Império Hispânico onde as cortes de rei ausente disputavam entre si qual seria a mais digna de ser sede da corte régia. A ausência real pode ser então considerada um importante estímulo, senão o principal, às descrições da cidade de Lisboa. Por fim, os diálogos de Luís Mendes Vasconcelos teriam sido ainda beneficiados pelos próprios Filipes, que incentivaram as atividades de impressão no reino português como maneira de propagandear e legitimar o regime ibérico.

A proposta do segundo capítulo é analisar os escritos que defendiam as qualidades de Lisboa como capital e sua aptidão para ser sede do Império Hispânico. A expectativa desses escritos era convencer o monarca a transferir a sede da realeza para a cidade. Os autores acreditavam que a presença do monarca fosse capaz de devolver a Lisboa uma dinâmica cortesã ativa e ao reino a visibilidade no cenário europeu, mas tiveram suas expectativas frustradas, se contentando com duas rápidas visitas.

Entretanto, a falta de assistência real teria contribuído para o processo de capitalização de Lisboa. Quando o rei tornou-se ausente, a cidade passou a intermediar as relações entre o poder central e os poderes periféricos, adquirindo junto ao reino uma crescente importância que lhe permitiu ser reconhecida como capital. Os próprios escritos analisados teriam também corroborado nesse processo ao ratificar o papel de Lisboa como primeira do reino. O que demonstra a importância das descrições feitas na época para prestigiar Lisboa. Por muito tempo esses textos foram ignorados pela historiografia por serem considerados favoráveis ao regime dos filipes. No século passado, a historiografia passou a interpreta-los como forma de resistência e manifestação de um incipiente sentimento nativista. A dissertação questionou esses dois tipos de abordagem típicos da historiografia nacionalista portuguesa, que foi combatida pela Nova História Política nos últimos anos.

O último capítulo discute as guerras, epidemias e crises de abastecimentos que assolaram a Lisboa Filipina. Apesar de negligenciados pela historiografia que estuda o período, essas calamidades teriam marcado seu espaço e suas representações simbólicas. As descrições por seu caráter apologético e exaltador teriam negado e silenciado as misérias da cidade, no entanto, essas podem ser percebidas nas entrelinhas. Nos poucos indícios que a pesquisa de dissertação encontrou nas descrições, não é atribuído ao monarca e a sua ausência culpa pelas adversidades socioeconômicas que a cidade passou. Mas, possivelmente, os autores acreditavam que a presença do rei seria capaz de amenizá-las. Por essa razão, eles se propuseram a defender a candidatura de Lisboa para sede do Império Hispânico. O que reitera a ausência real como tônica para se compreender a Lisboa Filipina e os textos que se propuseram a contempla-la.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. CURY, Mário da Gama. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BOTERO, Giovanni. *Delle cause della grandezza e magnificienza delle città*. Roma: Biblioteca Italiana, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecaitaliana.it>> . Data de acesso em 5 de Julho de 2010.

BRANDÃO, João. *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BRAUN, Georg. *Olisipo, sive ut persetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysipo, vulgo Lisbona Florentissimum Portugalliae Emporiv*.1572.

BRAUN, Georg e HOGERBERG, Franz. *Urbium praeci Puarum mundi theatrum*. 1598.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d. CR-ROM.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP.s/d

GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. ALVES, José da Felicidade trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

FONSECA, Fernando Solis da. *Regimento para conservar saúde e vida*. Lisboa: Impresso por Geraldo da Vinha, 1626.

LAVANHA, Juan Baptista. *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal*, 1622.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Impresso por Jorge Luiz, 1610.

LOBO, Francisco Rodrigues. *La jornada que la Magestad Catholica del Rey Don Phelippe III. de las Hespañas hizo a su Reyno de Portugal; y el triumpho, y pompa con que le recibió la insigne ciudad de Lisboa el año de 1619 : compuesta en varios romances*. Lisboa: por Pedro Crasbeeck Impressor del Rey, 1623.

_____. *Corte na aldeia, e noites de Inverno*. Lisboa: na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1670.

MACEDO, Antonio de Sousa. *Flores de Espanã, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Officina de Antonio Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, Anno de 1737.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitânia História, Critica e Cronologica*. Tomo 2. Na Officina de Ignácio Rodriguês, 1747.

MONZÓN, Francisco. *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. Lisboa, 1544.

OLIVEIRA, (Frei) Nicolau. *Livro das Grandezas*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1804.

PLATÃO. *A República*. Apresentação e comentários de Bernard Piettre. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Editora Universidade de Brasília, 1985.

SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 5 vol., 1858-1923.

VASCONCELOS, Luís Mendes. *Do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1803.

_____. *Arte Militar*. Impressa no termo d'Alenquer. Na quinta do Mascotte : por Vicente Alvarez, 1612.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. MACIEL, M. Justino. São Paulo: Martins, 2007.

BIBLIOGRAFIA

ADÁN, José Cepeda. El Madrid Cultural en la España de Filipe II. *Madrid. Revista de Arte, Geografía e Historia*. Comunidad de Madrid, nº1, 1998, p. 21-46.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Lisboa: Aletheia Editores.

ALVES, José da Felicidade. Nota Prévia. In: VASCONCELOS, Luis Mendes. *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*. Lisboa: Novo Horizonte, 1990.

ARAÚJO, Renata. *Lisboa, a Cidade e o Espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. *Poder e Doença: epidemias em tempos de centralização (Portugal - sécs. XIV/XVI)*. In: ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (org.). *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antigüidade e Idade Média*. São Paulo, Editora Solis, 2005. p. 491-499.

BOURDIEU, P. Los ritos como actos de institución. In: RIVERS, J. Pit; PERISTANY, J.G. (eds.). *Honor y Gracia*. Madrid: Alianza, 1992

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

_____. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

_____. Para qué imprimir. De autores, público, impressores y manuscritos em Siglo de Oro. *Cuadernos de História Moderna*. Universidade Complutense. Madrid, nº18, 1997.

_____. Realeza, Aristocracia y Mecenazgo. [Del ejercicio del poder modo calamo]. In: EGIDO, Aurora, y LAPLANA, José Enrique (eds.). *Mecenazgo y Humanidades en tiempos de Lastanosa. Homenaje a Domingo Ynduráin*. Zaragoza: IFC – IEA, 2008, p.69-88.

BROWN, Jonathan, e ELLIOT, John H. *A Palace for a King: The Buen Retiro and The Court of Philip IV*. Yale University Pres, 2003.

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº13.

_____. *Cortes e Cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASTELO-BRANCO, Fernando. *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

_____. *A Breve História da Oisipografia*. Câmara Municipal de Lisboa, 1959.

CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d.

CRESPO, Angel. *Lisboa Mítica e Literária*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640 Práticas Senhoriais e redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa. 1988.

_____. Descrições e Representações de Lisboa (1600-1650). *Anais do Congresso O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1989.

_____. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Kahar Editor.

ELLIOTT, John. *España y Su mundo 1500-1700*. Madrid: Alianza, 1991.

FANTONI, Marcello. Una ciudad con forma de palacio:cortes y modelos urbanísticos en la Itália del Quinientos. *Espacios de poder : cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*. Vol. 2 Universidad Autónoma de Madrid, 2002, p.3-20

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HESPANHA, A. Manuel. As cortes e o reino. Da União à Restauração. *Cuadernos de História Moderna*, n.11, 1991.

_____. O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. nº2, FEV.1989, p.49-73.

JIMENEZ, José Miguel Muñoz. Aproximación al urbanismo griego: la ciudad como obra de arte. *Estudios Clásicos*.1991, p.19-20.

JORGE, Ricardo. *Francisco Rodrigues Lobo, Estudo Biográfico e Crítico*. Lisboa: Fenda, 1999.

KAMEN, Henry Arthur Francis. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O enquadramento do Espaço Nacional.In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993, p. 51-55.

MARQUILHAS, Rita. A Faculdade das Letras. *Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2000.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III.

MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Terras Lusas: A questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007. p.13-31.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. *Relações Luso-Brasileiras. Revista Convergência Lusitana*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 19, 2002, p.47-50.

MENDES, António Rosa. A Vida Cultural. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol3.

MILLÁN, José Martinez. La Corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studios históricos, História Moderna*. Ediciones Universidad de Salamanca, 28, 2006.

MONTOLIU, Pedro. *Madrid. Villa y Corte*. vol1. Madrid: Sílex, 1996.

OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

OLIVEIRA, Aurélio de. Economia e Conjuntura agrícola no Portugal de Seicentos. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, Jun. 1989.

PEREIRA, Paulo. Lisboa (séculos XVI-XVII). Discurso proferido no simpósio internacional *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a época dos Descobrimentos*. Deutsches Historisches Museum, Berlim, 23-25/11/2006.

RODRIGUES, Tereza. *Crises de Mortalidade em Lisboa Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

RODRIGUEZ, Manuel Rivero. Una monarquía de casas reales y cortes virreinales. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José, VISCEGLIA, M^a Antonietta. *La monarquía de Felipe III: los reinos (vol. IV)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008.

SALGADO, Augusto. *A Conquista de Portugal Através dos Frescos do Viso del Marquês*. Edição/reimpressão: 2008.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. Cidade Ideal, Imaginação e realidade. *Rua 6*. p.54-65

SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1640)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

SIEBER, Harry. The magnificent Fountain: Literacy Patronage in the Court of Philip III. *Cervantes: Bulletin of the Cervantes Society of America*. 1998, p.85-116.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____. Novas aproximações ao Antigo Regime Português. *Penélope*. n°22, 2000.

TEGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000.

_____. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2008.

VELOSO, Cláudio William. A Verdadeira Cidade de Platão. *Kriterion*, Belo Horizonte, n° 107, Jun/2003, p.72-85.

YUN, Bartolomé. *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.